

ALFA
Revista de Línguaística

U^{Editora}
UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

José Carlos Souza Trindade

Vice-Reitor

Paulo Cezar Razuk

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

José Carlos Souza Trindade

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hemani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Ikeda

Alfredo Pereira Junior

Antonio Carlos Carrera de Souza

Elizabeth Berwerth Stucchi

Kester Carrara

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Maria Heloísa Martins Dias

Paulo José Brando Santilli

Ruben Aldrovandi

Tania Regina de Luca

Editora Assistente

Joana Monteleone

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.47	n.1	p.1-127	2003
------	-----------	------	-----	---------	------

ALFA - Revista de Lingüística
Praça da Sé, 108
01001-900 - São Paulo - SP - Brasil

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Cristina Carneiro Rodrigues
João Batista Toledo Prado
Marco Antonio Domingues Sant'Anna
Renata Maria Facuri Coelho Marchezan
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite
Sílvia Dinucci Fernandes

Editor Responsável

Sílvia Dinucci Fernandes

Assessoria Técnica

Ana Cristina Jorge

Capa

Adriana Bessa Dammann

Revisão dos Abstracts

Bento Carlos Dias da Silva

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (LEAPLE-CNRS), Cláudia Maria Xatara (UNESP), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailat Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (Unicamp), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Junior (USP), João Wanderley Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (Unicamp), Laurent Danon-Boileau (Université René Descartes - Paris V), Leonor Scliar-Cabral (UFSC), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luis Carlos Travaglia (UFUB), Maria Aparecida Caltabiano M. B. da Silva (PUC-SP), Maria Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Abaurre (Unicamp), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria do Rosário de F. V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Luiza Braga (Unicamp), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda de Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A. Kato (Unicamp), Pedro de Souza (UFSC), Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Regina Peret Dell'Isola (UFMG), Renata Maria Facuri Coelho Marchezan (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Sírio Possenti (Unicamp), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP).

Publicação anual/*Semestral publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA: revista de lingüística / Universidade Estadual Paulista. - Vol. 1 (1962)
- Vol. 23 (1977); Vol. 24 (1980) - São Paulo, Fundação Editora da
UNESP, 1962-1977; 1980 -

Semestral

Publicação suspensa de 1978-1979

Publica números especiais

ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA - Revista de Lingüística são indexados por:

The articles published in ALFA - Revista de Lingüística are indexed by:

Banco de Dados DARE - Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; BLL: Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB: Bibliography of Linguistic Literature Data Base; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação, CENP - SP; Clase-Cich-Unam; Francis Data Base; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts; Sumários Correntes em Lingüística; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

A ALFA: Revista de Lingüística mantém seu significativo papel na produção acadêmica da área da Lingüística, promovendo a divulgação e o debate de idéias e de diferentes abordagens nesse campo do conhecimento. A partir deste ano, desempenha essa função de forma ainda mais marcante – passa a circular semestralmente e a dedicar um de seus números anuais à discussão de um tema particular.

Este volume, de tema livre, reúne assuntos relevantes e diferentes enfoques dos fenômenos da linguagem, alguns com posturas polêmicas, outros recuperando e problematizando questões clássicas, já consagradas.

Encontram-se, aqui, reflexões sobre o ensino de segunda língua, que propõem considerar a leitura como uma produção disseminada de sentidos, uma produção (infinita) de outros textos. Na perspectiva gerativa, analisam-se as possibilidades de distribuição de advérbios modalizadores na sentença, comparando-se as línguas portuguesa e inglesa. O léxico recebe um tratamento de três pontos de vista diferentes. O primeiro deles traz uma reflexão sobre o início e o momento atual da produção lexicográfica em língua portuguesa; o segundo examina o léxico que aparece em redações de vestibular e detecta a concentração de frequência de um pequeno número de unidades lexicais; o terceiro, na perspectiva da Análise do Discurso, configura as formações discursivas veiculadas em um dicionário, de modo a explicitar a historicidade de suas definições. Um outro artigo vale-se também da Análise do Discurso, mas vai se ocupar de textos difundidos pela mídia para observar o modo como se realiza neles a delegação de vozes. Finalmente, podem-se ler, neste volume, dois artigos que discutem o papel da métrica na composição de poemas clássicos e que enfatizam a importância tanto do indicador temporal na prosódia latina quanto do engendramento do ritmo nos versos em latim.

Vale ressaltar que a diversidade dos temas abordados e a complexidade do tratamento que receberam contribuem efetivamente para ampliar nosso olhar no que se refere à análise e à interpretação de fatos lingüísticos.

Sílvia Dinucci Fernandes

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

- O jogo da leitura e da escrita no ensino-aprendizagem da língua estrangeira
Reading and writing game on teaching and learning a foreign language
Francisco de Fátima da Silva 9

 - Segundo eles,
According them,
João Carlos Cattelan 21

 - Discurso lexicográfico: as reedições do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes
Lexicographic discourse: the reeditions of the *Dicionário da Língua Portuguesa* by Moraes
José Horta Nunes e Kátia Seligman 37

 - Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade
Traditional and contemporary Portuguese dictionaries
Maria Tereza Camargo Biderman 53

 - Frequência de palavras: um diagnóstico do vocabulário de redações de vestibular
Frequency of words: a diagnostic of the vestibular compositions vocabulary
Roseli Imbernom do Nascimento e Aparecida Negri Isquerdo 71

 - A distribuição dos advérbios modalizadores na sentença: uma análise de base gerativa
The distribution of modal adverbs in English and Portuguese sentences: a generative-based analysis
Patrícia Tosqui e Beatriz Nunes de Oliveira Longo 85
- Alfa, São Paulo, 47(1): 1-127, 2003 7

■ De metrificação e poesia latina	
Latin meter and poetry	
<i>Alceu Dias Lima</i>	99
■ A desumana neutralidade da métrica	
The inhuman neutrality of metrics	
<i>João Batista Toledo Prado</i>	111
ÍNDICE DE ASSUNTOS	119
<i>SUBJECT INDEX</i>	121
ÍNDICE DE AUTORES/ <i>AUTHOR INDEX</i>	123

O JOGO DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Francisco de Fátima da SILVA¹

- RESUMO: Com o objetivo de discutir as implicações que a desconstrução promove nas reflexões que buscam entender a linguagem, este artigo defende a leitura em língua estrangeira como produção disseminada de sentidos, como tradução inter e intralingual, como produção (in-finita) de outros textos. Pretende-se com essa consideração trazer importantes reflexões sobre o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, enfatizando a questão da leitura e da escrita. Com o intuito de buscar valiosas colaborações, servimo-nos de leitura da psicanálise, de Derrida e da Análise do Discurso.
- PALAVRAS-CHAVE: Ensino de língua estrangeira; leitura; escrita; desconstrução.

[E]u careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja
o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito
e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados ...
Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si;
mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero.
Ao que, este mundo é muito misturado...

João Guimarães Rosa
Grande Sertão: Veredas

Este trabalho tem por objetivo discutir as implicações que uma noção desconstrutivista suscita nos estudos acerca da leitura e da escrita (*grámmata*), especialmente quando se trata de ensino e aprendizagem de língua estrangeira. Tal noção traz à tona a questão do jogo (*paidiá*) – o conceito de jogo, aqui, se refere ao de estrutura, uma estrutura, segundo Derrida (1971, p. 230), “neutralizada”, pelo centro, cuja função seria limitar seu próprio *jogo* mediante um “princípio de organização”. Nesse sentido, a linguagem deve ser entendida como um conjunto de regras. Aprender uma língua é saber

¹ Doutorando na área de Tradução do Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP – Brasil. Endereço eletrônico: chicorei66@hotmail.com.

lidar com suas regras, o que implica também subvertê-las. Tal subversão se dá de uma forma *instituída* no texto (o literário seria tão-somente a hipérbole dessa subversão), lugar por excelência da escrita e da leitura enquanto produtoras de sentido; daí Derrida (1992, p.45) dizer que "a essência da literatura ... é produzida enquanto conjunto de regras objetivas numa história original dos 'atos' de inscrição e leitura" (tradução nossa).

Consoante às reflexões empreendidas por Derrida (*ibidem*), é impossível determinar uma fronteira rígida entre leitura e escrita (*écriture*). Existe entre elas um entrelaçamento (*sumploké*). Resulta disso que um estudo da leitura só se torna rigoroso, coerente, se se levar em conta também a problemática da escrita. Pois não há escrita sem leitura, e o mesmo se pode dizer para o inverso. Se admitirmos tal hipótese, há que se considerar que, numa situação de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, leitura e escrita têm de estar lado a lado, o que pode representar maior compreensão das regras envolvidas nesse tipo de jogo (o do ensino-aprendizagem).²

Quando se tenta determinar tal fronteira, esquece-se da porosidade que ela apresenta; constantemente migra-se de um campo para outro. Nesse intercâmbio, procura-se explicitar seus papéis a fim de que se estabeleça o jogo, no qual o leitor irá construir seu próprio texto ("tecido").³ Não um texto exclusivo, mas aquele que traz outras vozes, que deixa disseminar o sentido. Como qualquer jogo, toda produção de texto consiste no apagamento (silenciamento) de outras possibilidades. Cada vez que alguém lê, procede a uma sutura, faz um corte que, por sua vez, deixará marcas. São essas marcas que se constituem no rastro, naquilo que resta, que não se deixa apagar.

A leitura é um jogo sem fim e violento (apropria-se sempre do que o autor diz) contra o texto e o leitor está numa luta perpétua com a lei (*nómos*) desse texto. A leitura se constitui nessa lei, até mesmo quando ela contraria o texto; ela é um vetor que dirige o movimento da lei e lhe dá significado. A lei estabelece o livro enquanto obra cheia de significado, enquanto produto de um autor dentro de um sistema de intercâmbio que torna a obra disponível como peça de propriedade. Contudo, o leitor determina o valor do livro, no que se refere à obra e ao texto, no qual se inscreve a língua, que tanto pode ser a "minha", quanto a "do outro".⁴

Tanto quem aprende quanto quem ensina uma língua estrangeira precisa retrabalhar esse texto que foi construído na língua alheia. Nesse caso, ao ler, processa-se também a tradução que irá possibilitar a construção de outro texto em sua própria língua. Esse processo é denominado por Derrida (2001, p.26) de "transformação regulada" e é essa transformação que o aprendiz-leitor deve aprender a processar no aprendizado de uma língua estrangeira.

Para tanto, é preciso que as regras estejam postas, a fim de que se reconheçam suas diferenças, variações em cada situação em que elas se façam necessárias, como no caso da língua estrangeira, em que as regras obedecem a uma lógica própria.

2 "A criança está sempre brincando de adulto, imitando em seus jogos aquilo que conhece da vida dos mais velhos" (FREUD, 1969, p.151).

3 "O mundo é tecido de livros: não apenas imaginário partilhado; mas textos que são todos comprovados da mesma maneira" (RANCIÈRE, 1995, p.68).

4 Para uma discussão mais apropriada sobre esse jogo de palavras, ver Derrida (1996).

No jogo das diferenças, entra em cena o leitor que, por ora, vamos distinguir, hipoteticamente, do que chamaremos de não-leitor. Um tal não-leitor (pensemo-lo a partir do ponto de vista do ensino de uma língua estrangeira) se caracterizaria pelo desconhecimento de um alfabeto estrangeiro. Tal é a situação limite. Tomemos como exemplo a ilustração de Wittgenstein (1984, p.70) de um leitor que não conhecesse a língua russa e tentasse empreender a leitura de caracteres cirílicos: para ele, as palavras escritas, eventualmente, “desapareceriam”; elas se desintegrariam em forma de blocos obscuros na página branca. Isso porque o não-leitor olha para as marcas físicas e não para o que elas significam. As palavras desaparecem em materialidade pura; elas se tornam depósitos, sem significados, de tinta no papel. As palavras não se alteram fisicamente, mas são apagadas em sua significação potencial. Elas param de ser preenchidas com aquilo que Frege (1978, p.63) denomina de “sentido”; tornam-se sem sentido.

Assim como ocorre com a escrita cirílica, a japonesa e a hebraica, só para citar algumas, também permitem experiências semelhantes: tais experiências requerem todo um processo de alfabetização que, aqui, se aplica aos falantes de línguas românicas; para esses falantes-aprendizes, a situação seria a de um “não-leitor” em busca de seu estatuto de leitor (nessas línguas); uma vez alfabetizados, podem tornar-se leitores, e enquanto tal sua atenção, que antes estava no significante, passa para o significado.

Dito de outra forma, as palavras que antes desapareciam, para os não-leitores, porque não eram decodificadas em razão do “analfabetismo”, também desaparecem para os leitores, mas por um motivo inverso e na direção contrária. À medida que se aprende a ler, o significado das palavras gradualmente domina o texto físico. Aprende-se a conceitualizar tendo como referência as marcas concretas que formam as palavras e as frases, para se poder “perceber” os significados ou idéias que estão representadas, a fim de se ouvir a linguagem mentalmente. À medida que a leitura se torna mais fácil, a materialidade da escrita enquanto obstrução ao sentido se torna quase invisível, transparente; o que se lê não é a palavra escrita, mas seu significado. Só se lêem as palavras impressas assim que elas desaparecem, dando lugar ao sentido que o leitor lhes atribui. O que se lê é a idéia; talvez por isso deixe de ser agradável uma leitura em que a materialidade da palavra obstrui a idéia.

Essa materialidade se revela de forma mais contundente no caso de uma língua estrangeira. No processo de aprendizagem, essa obstrução se impõe de forma mais categórica, exigindo um esforço maior; isso porque, nessa situação, para que a leitura seja possível é preciso não só recorrer à língua “materna” como forma de auxílio à compreensão da língua estrangeira, por meio da tradução, mas, principalmente, aprender a dominar as regras que compõem o jogo dessa língua.

A leitura se torna possível no deslocamento da palavra que é escrita. Toda leitura é uma tradução, uma transferência (ou metáfora) de algo que, alegadamente, existe na página – no sentido fregeano – para algum outro lugar na mente do leitor. Contudo, quando o leitor se torna impossibilitado de ler, como no exemplo do “não-leitor” (o do exemplo de Wittgenstein), ele deixa claro que esse algo não é a coisa física dos livros em si, mas algo inteiramente outro. De acordo com Derrida (1997a), “a escrita [o que inclui a leitura] não tem essência ou valor próprio, seja ela positiva ou negativa. Ela se joga no simulacro. Ela imita no seu tipo a memória, o saber, a verdade”. A leitura é intertextual, uma justaposição e um intercâmbio sem fim de textos, o que é um tipo

de tradução, mas não tradução termo a termo, pois essa ilusão é estilizada justamente no contato com a língua estrangeira; desse modo, o que temos são traduções.

A leitura de um texto em língua estrangeira se dá, portanto, por meio de traduções inter e intralinguais. Mas não basta somente a leitura num aprendizado de uma língua estrangeira: assim como é necessário escrever para ser alfabetizado numa língua como a russa, a japonesa etc., da mesma forma há que se proceder naquelas línguas (por exemplo, o inglês, o francês, o alemão) em que a alfabetização é quase dispensável. O processo de escrita cria um hábito que coloca o leitor num processo de automatização com relação ao uso das regras que compõem uma determinada língua. É o que coloca Revuz (1998, p.221) ao afirmar que a dificuldade de sair do automatismo fonatório da língua materna se dá “quando acontece a passagem à escrita”; o mesmo ocorre em termos de língua estrangeira. Daí a leitura não poder ser desvinculada da escrita numa situação de ensino-aprendizagem.

Aprende-se a jogar jogando e esse gesto se revela com mais intensidade no processo de escrita: a escrita exige que a leitura seja mais apurada, cuidadosa e atenta às regras da linguagem em questão. Essa exigência passa a ser o critério que se torna necessário numa metodologia que leva em conta o fato de não privilegiar um ou outro aspecto do ensino, mas de considerá-los conjuntamente. A escrita, porém, não é estável, assim como um jogo não é igual ao outro. Ao mesmo tempo que se mostra, a escrita se oculta, para deixar revelar o sentido.

A palavra escrita pode desaparecer em duas direções, que correspondem a dois componentes que formam a linguagem: o meio físico (o significante) e o conteúdo inteligível (o significado). Pois para o leitor a palavra é capturada na tensão entre esses dois componentes – uma tensão que se deseja desfazer e que é imaginada como um meio ponto entre dois extremos. Quando as diferenças que tornam a significação possível – diferenças entre significantes ou entre significados na língua e mesmo entre elas, o que Derrida (2001, p.34) denomina de “efeitos de transformações” – vêm à tona, tornam-se visíveis, a palavra desaparece. Pois para aqueles que sabem ler, e isso inclui o não-leitor em relação à língua estrangeira, um dos componentes deve vir à tona. Diferentemente do não-leitor, os leitores escolhem destacar o significado: os conceitos, os sentimentos e as demais representações derivadas da leitura. Enfatizar o significante da escrita em detrimento do significado, assim como o não-leitor wittgensteiniano faz, parece lúdico e irresponsável para nós: vai contra o senso comum, não é natural.

A não-leitura se aproxima da letra física, da palavra escrita. Isso corresponde a *text of bliss* (texto de prazer), ao texto escrito. Com relação à escrita, podemos considerar duas situações distintas: a que corresponde ao caso em que a língua dita materna se diferencia da língua dita estrangeira em sua inscrição gráfica (por exemplo, o alfabeto românico contrastado com o cirílico). Nesse caso, um leitor (de uma língua românica, por exemplo) pode se tornar um não-leitor (numa língua russa, por exemplo). A outra situação pode ser descrita como aquela em que as línguas mantêm laços de parentesco, ou seja, compartilham dos mesmos sinais gráficos (um exemplo seria a língua portuguesa em relação à língua inglesa); nesse caso, o leitor terá a impressão de ser um não-leitor, mas só até o momento em que ele se sente incapaz de reconhecer os significantes; pois é sempre possível identificar alguns deles, especialmente

aqueles que denominamos de cognatos (ainda que sejam falsos cognatos, alguma leitura é possível). Nesse último caso, a não-leitura é resultado da dificuldade de se lidar com a economia do texto (tal economia se revela de forma mais contundente nos idiomatismos, dos quais falaremos adiante).

Assim como o hipotético não-leitor, caracterizado pelo exemplo de Wittgenstein (1984), recusa as categorias do texto, os leitores de língua estrangeira reforçam essa recusa ao re-criar o texto em sua própria língua, seja mentalmente (na leitura silenciosa), seja materialmente (na escrita), acreditando que o aprendizado se dará de forma mais satisfatória. Leitores, e de forma mais marcante os de língua estrangeira, também podem se tornar não-leitores, como tentei mostrar há pouco. Ao se tentar ler um texto cujo alfabeto difere daquele do leitor, a ênfase no significante é inevitável e sempre desagradável, o que pode produzir um efeito de não-leitura.

Porém, não se pode aprender a não ler. O não-leitor wittgensteiniano representa um objetivo inatingível para nós, porque a subversão da literalidade não nos incomoda. Ao invés disso, ela nos agrada. Agrada-nos tanto mais quando aprendemos as regras, principalmente quando as dominamos. Não ler é um ideal impossível, pois os hábitos inconscientes da leitura não podem ser inteiramente desaprendidos. O não-leitor rejeita o significado e escolhe o significante. Contudo, um significante sem um significado é impossível; portanto, o não-leitor se torna impossível.

A não-leitura aponta para a condição limite que define a leitura: sua situação material. Ela traz à luz a teologia implícita no entendimento tradicional do texto. Uma teologia do texto que o entenda como palavra encarnada, completamente espiritual.

Questões como tradução literal, não-leitura, materialidade da leitura e da escrita oferecem enfoques para uma teologia da leitura, bem como da escrita, com consequências para o ensino-aprendizagem da língua estrangeira que afirme os aspectos concretos e físicos do texto, de forma que o aprendiz-leitor possa compreender as regras envolvidas em sua construção. Benjamin (1968) fornece exemplos do que podemos chamar “teologia concreta”. Em oposição à teologia do texto, a teologia concreta é uma teologia da leitura que procura descobrir a materialidade essencial daqueles pontos em que ela (se) incorpora (d)a realidade concreta, longe de qualquer significação, excedendo seus próprios limites metafísicos.

A teologia concreta deseja a “nova palavra”, a palavra que é sem significado – não realmente uma palavra, mas apenas a sua possibilidade. Procura essa palavra num *nonsense*, na incoerência. Nisto, ela é, ao mesmo tempo, materialística e mística, sem contudo deixar de se dedicar àqueles pontos nos quais a linguagem resiste à análise racional ou empírica; nos quais as regras do significado são transgredidas, por exemplo, em questões como ficcionalidade, denotação e metáfora.

São essas questões que revelam, marcadamente, a forma dessa tessitura – a do texto – que não permite ser apropriada, porque ela não se constitui de um fio único a ser seguido, mas do entrelaçamento de uma infinidade de fios que vão em todas as direções. Ainda assim, a teologia concreta procura um significado inerente à letra. Tal significado é produto da visão tradicional de texto. Mas, tal como coloca Derrida (1972, p.290, tradução nossa), “nunca houve [uma] teologia do texto”. A noção de que há um significado imanente ao texto começa a ser desconstruída, quando Nietzsche (1984)

problematiza a própria literalidade, ao afirmar que a linguagem é essencialmente metafórica. Essa problemática, que é a do signo, as desconstruções a tornarão explícita.

Desconstruir o conceito metafísico de signo fez que Derrida considerasse a filosofia enquanto filosofia da linguagem, tanto porque tematiza questões lingüísticas quanto porque funda o discurso e a instituição, determinando-os de forma logocêntrica. O *lógos* representa a filosofia enquanto instituição. Nessa perspectiva, Derrida (1997a) lê os textos filosóficos a partir de sua textualidade, como se dá, por exemplo, na *Farmácia de Platão*. O discurso filosófico configura um sistema de signos que, entrelaçados, compõem um texto ao mesmo tempo fechado e aberto à exterioridade, ao outro.

Mas para interagir com o mundo e seus eventos em qualquer sentido significativo, deve-se fazer uso de conceitos e os conceitos são lingüísticos. A necessidade de refletir sobre o componente lingüístico é tão apodítica que Immanuel Kant já se preocupava com uma terminologia alemã, rigorosamente comparada a termos latinos; da mesma forma, Hegel prezava o gênio da língua alemã, que, em seu entendimento, traria em algumas de suas palavras o princípio de teses importantes do saber absoluto. Se se admite que a teoria da linguagem sempre esteve a serviço do logocentrismo, esse, por sua vez, não faz mais do que se desfazer do invólucro lingüístico, considerado muito mais estorvo do que como essência do pensamento. Ao dispensar o instrumento que lhe serve, a reflexão da filosofia sobre a linguagem torna-se acidental. Essa acidentalidade, porém, se transforma num dado problemático, pois a escrita (o suplemento do qual fala Derrida) acaba se revelando bem mais do que um simples meio para atingir a realidade das coisas. A reflexão de Derrida (1973) sobre a grande importância da linguagem na atualidade, como avanço em relação ao positivismo do século XIX, abre a *Gramatologia*, informando o que se designa como a “parte teórica”⁵ do livro; apóia-se na dupla necessidade de pensar a filosofia como texto, tanto quanto de desconstruir a teoria da linguagem e do signo que informam a nossa ocidentalidade.

Desde o *Crátilo* de Platão e a *Poética* de Aristóteles, passando pelas *Confissões* de Santo Agostinho, pelos *Ensaio*s de Montaigne, pelo *Ensaio sobre a origem das línguas* de Rousseau, até as *Investigações filosóficas* de Wittgenstein e as *Investigações lógicas* de Husserl, a filosofia especulou sobre a origem e a função da linguagem em geral e, conseqüentemente, sobre sua importância na investigação filosófica. Mas a necessidade de se estabelecer como texto escrito não foi totalmente considerada. Porque a filosofia precisou se fixar naquilo que ela mais desprezava, isto é, o mito, a linguagem (figurada e escrita). Tal suplemento parece contingencial, já que sem ele não se pode imaginar um texto filosófico, como é exemplo o próprio Platão na sua necessidade de transcrever os diálogos socráticos.

Eis como a questão se torna paradoxal: trata-se aqui de saber como a essência da linguagem enquanto presença plena e imutável depende, em princípio, da instabilidade da fala. A história da filosofia enquanto história do sentido do ser como presença encontra sua explicação na negação de um suposto veículo – a saber, a escrita – que, uma vez utilizado, não pode mais ser descartado. A busca da verdade como revelação

5 O adjetivo teórico não poderia se aplicar aos textos da desconstrução, pois o próprio Derrida (1980, p.536) afirma que a desconstrução não é uma teoria.

do ser se encontra nessa impossibilidade de denegar o texto escrito, o que o torna um suplemento essencial. Diversos são os nomes que o definem, dentre eles, rastro, *différance*, interpretação, retardo, brisura, espaçamento, traço, grama.

Escrita e leitura, ambas se dão no apagamento uma da outra. A escrita é o suplemento da leitura e vice-versa. O texto, esse palimpsesto, se constitui, então, no acontecimento de ambas. Elas se entrelaçam formando o tecido no qual o texto irá se manifestar. É no limite desse *tecido* que devemos nos manter. Pois quando se procede à leitura, não é cada fio que se considera, e sim o conjunto deles, e a escrita será sempre esse re-construir que a leitura des-constrói. De acordo com Bloom (1975, apud ARROJO, 1992, p. 8), “para que uma leitura (desleitura) seja produtora de outros textos, essa leitura tem que afirmar sua singularidade, sua totalidade, sua verdade”.

Verdade, não no sentido teleológico, mas no sentido da des-construção do que se lê e se escreve. Ler e escrever tornam-se, para Derrida (1997a), a afirmação da não-origem, da inscrição da diferença, da ausência, do suplemento e da morte. Negando os princípios de totalidade e origem, Derrida (1973) enfatiza o domínio intermitente das bordas e margens textuais (notas de rodapé, notas de fim de capítulo, parênteses, espaços em branco, pontuações) – lugares esquecidos pelo olhar do senso comum – e des-constrói aqueles invocadores de começos e origens – lugares da fala paterna (prefácios, títulos, *incipits*).

No deslocamento da questão da realidade do plano da ontologia para o plano linguístico-semântico, descobre-se que a linguagem é por demais flexível para comportar um conjunto de regras imutáveis que permita defini-la e, com isso, criar soluções de caráter universal. Descobre-se aí que o significado está na trama das convenções linguísticas (ARROJO, 1992, p. 39), resultando disso que a linguagem está mais para formas de vida do que para estruturas linguísticas concretas.

Essas formas de vida são aquilo que possibilitarão ao leitor-aprendiz trabalhar com as regras que as caracterizam e, com isso, reconhecer as possibilidades que o texto articula nesse jogo incessante com o leitor. Cada texto de uma língua estrangeira poderá ser reconhecido a partir das formas de vida que representa, são essas formas de vida que iremos descrever, seja na “nossa” língua, seja na “língua do outro” (isso, se se admite que há realmente uma língua estrangeira no sentido em que ela não nos pertence). Formas de vida ou mesmo modos de designação são o que promovem uma tensão entre o significado e o significante no ato da inscrição e da leitura.

As desconstruções das noções tradicionais de leitura e de escrita se situam no limite dessa tensão. O que se descobre, exatamente aí, é o entrelaçamento (*sumploké*) desses componentes e a leitura e a escrita resultam dessa *sumploké*. Ao problematizar as distinções construídas por Platão, que são, por sua vez, as da filosofia clássica, Derrida (1997a) sugere que no lugar das distinções há, na verdade, um entrelaçamento. Como ele aponta, “a condição de um discurso, *seja ele verdadeiro ou falso*, é o princípio diacrítico da *sumploké*”.

É importante considerar que Derrida (1973) se utiliza da noção de que a leitura é um tipo de escrita ou reescrita. De acordo com essa noção, o leitor não processa simplesmente as palavras na página, mas constrói ativamente um texto próprio. Um texto numa língua que não é sua, a partir de outro, numa língua que não é a sua. A esse respeito, Maria José Coracini afirma que

aprender uma língua estrangeira, assim como compreender um texto em língua materna, significa apropriar-se do "estranho", do outro, vozes que se somando a outras, vêem constituir, de forma heterogênea e cindida, a identidade do indivíduo, ilusoriamente uno, indiviso, original, inconfundível. (CORACINI, 2001, p.195)

No seu trato usual com a linguagem, o sujeito aprende o inteligível e se constitui em intérprete. A compreensão, no entanto, supõe uma relação com a cultura, com a história, com o social e com a linguagem, que é atravessada pela reflexão e pela crítica, e isso é colocado de forma mais contundente no contato com a língua estrangeira.

Se é assim, perguntaríamos: a escola, quando ensina uma língua estrangeira, propicia ao aluno condições para que se produza a compreensão das regras que compõem o jogo daquela língua? Atinge o funcionamento ideológico da linguagem, suas formas de vida?

Somos tentados a dizer que não, principalmente se admitirmos que a concepção de leitura e de escrita veiculada nas nossas escolas é ainda fundamentada numa visão tradicional que separa leitura e escrita, como domínios independentes. É o que observa Coracini (ibidem, p.186), em sua crítica ao ensino tradicional, ao afirmar que "ainda hoje nas aulas de língua estrangeira e materna, [exibe-se...] uma preocupação, muitas vezes excessiva, com a assimilação de formas [...] e veicula[-se] a concepção de linguagem transparente".

Tal preocupação revela uma concepção tradicional de leitura, que coloca o professor atuando na centralização da produção de sentido, definindo o tema, conduzindo o pensamento do aluno, as idéias, "propondo, muitas vezes, com o apoio do livro didático, um roteiro de procedimentos a seguir" (ibidem, p.187).

Essa crítica nos ajuda a refletir sobre a necessidade de se levar em conta a produção do próprio aprendiz e, mais ainda, de considerá-la em sua heterogeneidade, principalmente por causa da tentativa de homogeneização, que é empreendida para que não se perceba a grande "taxa de insucesso" no ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Revuz (1998, p.213) chama a atenção para o fato de que "não são muitas as pessoas que alcançam um bom conhecimento de uma ou várias línguas estrangeiras". Tal insucesso se deve, principalmente, ao que a autora chama de "confronto": "o encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com nossa língua" (ibidem, p.215). Para ela, tradicionalmente, a didática de línguas estrangeiras não tem se interessado por esse confronto. Contudo, para a autora, estudar "uma língua estrangeira é se colocar em uma situação de não-saber absoluto" (ibidem, p.221), o que nos faz retomar à idéia do não-leitor wittgensteiniano. Sabe-se, porém, que essa idéia é impossibilitada pelo fato de que, muito freqüentemente, se percebe um possível entrelaçamento entre a metodologia usada no ensino da língua materna e a usada no ensino de língua estrangeira, pois é impossível descartar todo conhecimento que trazemos da nossa língua quando aprendemos uma língua estrangeira, como nos adverte Coracini (1995, p.10):

no que diz respeito à aprendizagem de línguas, o conhecimento, a reflexão e as habilidades desenvolvidas numa influem, com certeza, na aprendizagem da outra: não é apenas a língua ma-

terna (LM) que está sempre pressuposta, quer queiramos quer não, na aprendizagem da língua estrangeira (LE), mas esta também tem influência sobre a aprendizagem daquela.

Então, ler numa língua estrangeira seria não apenas desconstruir a concepção do modo de designação da própria língua materna, mas também suplementar essa mesma língua. A leitura acrescenta, ajunta e dissemina os sentidos, e a escrita produz novas formas de designação. As desconstruções contribuem para expor a problemática da multiplicidade que envolve leitura e escrita, chama a atenção para os aspectos mais irrelevantes no processo de ensino-aprendizagem, aquilo que sempre foi evitado, como os “erros”, os silenciamentos e a expressão de subjetividade. Desse modo, privilegiar um ou outro aspecto, numa metodologia da leitura (como a gramática, o vocabulário etc.), é desconsiderar aquilo que está na dinâmica da linguagem, ou seja, o entrelaçamento desses elementos, o qual se revela de forma mais contundente na leitura e na escrita.

Nesse sentido, uma concepção de leitura enquanto processo interativo (leitor-texto, leitor-autor, por exemplo) tenta tão-somente apaziguar esses lugares, nos quais habitam os elementos apontados há pouco, desconsiderando, por vezes, a problemática que as desconstruções suscitam. A metodologia da leitura disseminada em nossas escolas não leva em conta a impossibilidade de uma “homogeneidade”, homogeneidade essa que só serve para encobrir uma “superposição de textos lidos, ouvidos, repetidos”, ocultar “os princípios pedagógicos” assimilados ao longo dos anos pelos métodos adotados – “tradicional, estruturalista, comunicativo, funcional, freqüentemente misturados nos manuais pedagógicos, de tal modo que fica difícil discernir as diferenças” (CORACINI, 1995, p.83).

Diferenças são constitutivas da linguagem e, numa aprendizagem de uma língua estrangeira, são percebidas na forma de um estranhamento, algo que nossas metodologias tradicionais tentam apagar. Essas diferenças são o produto do que Revuz denomina de “tempo de nominação”. Segundo ela,

a operação de nominação em língua estrangeira, mais do que uma regressão, vai provocar *um deslocamento das marcas anteriores*. A língua estrangeira vai confrontar o aprendiz com um outro recorte do real mas sobretudo com um recorte em unidades de significação desprovidas de sua carga afetiva. (REVUZ, 1998, p.223)

Tal recorte já é em si um tipo de leitura (diferente de outras numa mesma língua), o que coloca o problema da homogeneização da língua dita nacional. A leitura encontra seus limites no que se denomina idiomatismo, que se caracteriza pela necessidade de ser traduzido na própria língua em que é produzido. Contudo, o idioma exemplifica o caráter singular, próprio de uma determinada língua, revelando a especificidade do recorte que cada língua faz da realidade, e isso se dá quando se descobre, por exemplo, que o verbo “ser”, numa frase em russo no presente do indicativo, simplesmente é omitido; que senhorita (*fräulein*) é um gênero neutro em alemão; que os ingleses dizem “estou triste” (*I am sorry*), quando, na verdade, querem se desculpar; e que os alemães dizem “a mim vai bem” (*mir geht's gut*). São situações desconcertantes, principalmente para aqueles que resistem em aceitar as diferenças: nos dizeres de Revuz

(ibidem, p.223), “muitos são os que ficarão fiéis a suas faltas de gênero ou de sintaxe antes de adotar uma outra maneira de ver as coisas”. Ela afirma ainda que “o *eu* da língua estrangeira não é, jamais, completamente o da língua materna”, diríamos que nem o “eu” da língua materna é sempre o mesmo; estamos constantemente mudando nossas maneiras de dizer e ver o que, aparentemente, é a mesma coisa. A língua estrangeira é tão-somente uma situação hiperbólica, na qual sentimos esse tipo de estranhamento; já a leitura-escrita se constitui num *double bind*⁶ desse acontecimento.

Esse paradoxo, ou mesmo contradição, é o resultado da ambigüidade que Revuz (1998, p.227, grifo do autor) denomina de “maldição de Babel”: “ao separar os homens de maneira radical, ela cria também o espaço para uma diferença legítima: *aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se um outro*”, da mesma forma, diríamos, que isso também vale para a leitura-escrita.

A leitura-escrita cria, assim, o espaço para o reconhecimento daquilo que realmente nos constitui, ou seja, a alteridade, o outro que habita em nós desde o momento em que articulamos as primeiras palavras; é o instante em que entramos no jogo da linguagem. A esse respeito, Sigmund Freud já se questionava ao formular a seguinte questão:

será que deveríamos procurar já na infância os primeiros traços de atividade imaginativa? A ocupação favorita e mais intensa da criança é o brinquedo com os jogos. Acaso não podemos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo? (FREUD, 1969, p.149)

Evidentemente, não se trata, aqui, de tentar buscar soluções para a questão do ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira naqueles procedimentos adotados para a aquisição da língua materna, mas não se trata também de ignorá-los completamente. O que se espera é poder admitir que cada jogo de linguagem comporta um conjunto de regras que não devem ser consideradas somente em suas semelhanças com as regras de outros jogos, mas sobretudo em suas diferenças. Além disso, trata-se de reconhecer o próprio entrelaçamento que é produzido na dinâmica das línguas, as quais só se tornam possíveis num movimento de disseminação, num gesto de “hospitalidade”⁷ que umas mantêm com as outras.

O que se desconstrói aqui é a noção de que é possível manter apartadas as habilidades investigadas na linguagem. Ler, escrever, ouvir e falar se entrelaçam de modo a não ser possível vislumbrar os limites nítidos entre essas aparentes formas de produzir sentido. O sujeito se constrói com essas habilidades em jogo. Portanto, privilegiar uma ou outra modalidade da linguagem – e o mesmo vale para as modalidades de ensino – é esperar que o funcionamento possa ser apreendido de uma maneira única,

6 A relação da língua “materna” com a língua “estrangeira” pressupõe uma tradução (o que inclui leitura-escrita); além disso, como Derrida aponta em “Des Tours de Babel”, todo texto “original” exige um tradutor. Sua afirmação é que “como em *La folie du jour*, de Maurice Blanchot, a lei não comanda sem exigir ser lida, decifrada, traduzida. Ela exige a transferência (*Übertragung, Übersetzung e Überleben*). O *double bind* está nela...” (DERRIDA, 1988, apud GRAHAM, 1985, p.215). O *double bind* entendido como “a multiplicidade irredutível dos idiomas, a tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade como impossibilidade” (DERRIDA, 1988, apud GRAHAM, 1985, p.228).

7 Há um imbricamento entre hospitalidade e hostilidade que é discutido em *De l'hospitalité* (DERRIDA, 1997b).

absoluta, capaz de dar conta de todas as implicações presentes no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira.

Portanto, não há uma solução definitiva que em si contenha uma metodologia absoluta; há, sim, soluções para as diferentes metodologias, que já contêm a própria diferença em sua singularidade. É a partir dessa concepção que as desconstruções devem ser consideradas. É no trabalho de des-construir (ler-escrever) que se permite uma conscientização das próprias armadilhas que a linguagem (e marcadamente aquela que nos é alheia) revela quando se quer apreendê-la, quando se quer tornar sua a língua do outro. Conclui-se com isso que na compreensão das regras torna-se possível aprender a jogar com as palavras, tanto numa língua estrangeira como na sua própria língua que, em última instância, também não é sua.

Desconstruir as noções tradicionais acerca do ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira é revelar as aporias sobre as quais essas noções se apóiam. Mais do que isso, procurar problematizar a tendência de se separar a leitura da escrita, mostrando o quão entrelaçadas e imbricadas elas se encontram em qualquer das metodologias adotadas, mesmo naquela que se denomina de instrumental.

SILVA, F. F. Reading and writing game on teaching and learning a foreign language. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.9-20, 2003.

■ *ABSTRACT: This paper intends to discuss the implications promoted by deconstruction in those analyses concerning the language understanding. Thus, one defends the reading into a foreign language as the disseminated production of meanings, interlingual and intralingual translation, (in-finite) production of others texts. We also intend to bring important reflections about teaching and learning a foreign language, emphasizing the question of reading and writing. In order to get valuable collaborations, one has served from the readings about psychoanalysis, deconstruction, and discourse analysis.*

■ *KEYWORDS: Foreign language teaching; reading; writing; deconstruction.*

Referências bibliográficas

ARROJO, R. (Org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992.

BENJAMIN, W. *Illuminations*. Trans. Harry Zohn. New York: Schocken Books, 1968.

CORACINI, M. J. R. F. *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Autonomia, poder e identidade na sala de aula. In: PASSEGI, L.; OLIVEIRA, M. S. *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. [S.l.]: Terceira Margem, 2001.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.

- DERRIDA, J. *La dissémination*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.
- _____. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman, Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1973.
- _____. *La carte postale: de Socrate à Freud et au-delà*. Paris: Flammarion, 1980.
- _____. *Psyche: inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1988.
- _____. *Acts of literature*. New York: Routledge, 1992.
- _____. *Le monolingüisme de l'autre ou la protèse de l'origine*. Paris: Galilée, 1996.
- _____. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1997a.
- _____. *De l'hospitalité*. Paris: Calmann-Lévy, 1997b.
- _____. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 2001.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1978.
- FREUD, S. Escritores criativos e devaneios. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Comentários e notas de James Strachey em colaboração com Anna Freud, assistido por Alix Strachey e Alan Tyson. Direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.9, p.149-58.
- GRAHAM, J. F. (Ed.). *Difference in translation*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1985.
- NIETZSCHE, F. *O livro do filósofo*. Trad. Ana Lobo Porto: Rê, 1984.
- RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. Trad. Raquel Ramallete, Lais Eleonora Vilanova, Lígia Vasalo e Eloísa de Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Trad. Silvana Serrani-Infanti. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Fapesp, 1998.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

SEGUNDO ELES,

João Carlos CATTELAN¹

- RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral, a partir da análise de um texto de Gabriela Athias publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, a respeito de uma das tantas denúncias de maus-tratos a menores da Febem, estabelecer um postulado de validade mais geral sobre a forma com que se dá o processo de atribuição de valor às vozes que um articulista traz para o texto. A presente análise pretende observar como se processa, naquele texto, a delegação de vozes aos menores, aos promotores e à Febem, tentando produzir um pleito de caráter mais geral sobre uma das atividades discursivas levadas a efeito em textos escritos veiculados pela mídia.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso; comunidade pressuposicional; citação de vozes; coerção discursiva; efeito de sentido.

Introdução

Este artigo se impõe como objetivo central efetuar uma análise possível do texto *FEBEM tinha sala de tortura, diz promotoria*, assinado por Gabriela Athias e veiculado pela *Folha de S.Paulo*, na página C3 do caderno *Cotidiano*, em 30 de abril de 2002. Buscar-se-á verificar que atividade ele realiza sobre as vozes (a citação do discurso de outrem) que traz para o seu tecido e como acaba, por meio de tal trabalho, denunciando uma representação social da voz dos promotores encarregados da investigação, da voz dos menores denunciantes dos maus-tratos sofridos e da unidade denunciada da Febem.

Para efetuar a análise e afirmar um princípio de validade mais geral sobre a forma de atuação da mídia no que diz respeito ao problema específico da delegação de vozes, lançar-se-á mão de dois tópicos teóricos que dão suporte para a discussão a ser

¹ O autor é docente da Unioeste e atua no curso de Letras Português (Espanhol/Alemão), no Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná – 85960-000 – Brasil. Endereço eletrônico: cattelan@rondonet.com.br.

realizada e o pleito a ser assumido: a) o conceito de intertextualidade ou processo de citação do discurso de outrem: uma das formas da heterogeneidade mostrada; e b) a noção de apoio coral, comunidade filosofante ou horizonte de expectativa: em termos genéricos, uma comunidade interpretativa.

Como o objeto tomado para análise é constituído de um texto apenas, é óbvio que não se pretende que o artigo deva ser visto como um trabalho exemplar daquilo que se faz, quando se busca tratar cientificamente um objeto, reduzindo-se ele ao desejo de ser tão-somente um *insight* que alguém poderá julgar pertinente, dando um tratamento mais exaustivo e sistemático ao tema.

Saliente-se, por fim, que se optou por manter os enunciados retirados do texto assim como eles ocorrem no artigo original, sem ajustes e acréscimos, embora possam, às vezes, parecer sentenças interrompidas ou frases inacabadas, para que se pudesse evitar a atitude pouco recomendável de efetuar algum tipo de manipulação que force o objeto a se adequar à teoria.

A citação do discurso de outrem

Se as várias classificações para ocorrências de intertextualidade produzem uma grade analítica heteróclita e multicolorida, tal dubiedade não é menos forte em relação ao conceito desse tópico teórico: ora ele remete à relação entre gêneros e, então, é chamado de arquitextualidade ou intertextualidade genérica; ora à relação interna de uma obra consigo mesma e, então, ele é autotextualidade ou *mise em abîme*; ora à relação de um texto com outro e, então, tem-se a intertextualidade ou transtextualidade; ora à relação de uma obra de um autor com outra obra sua e, então, tem-se a intratextualidade. Encontram-se ainda, nos manuais, os conceitos hipertextualidade e hipotextualidade. É recorrente entre os autores, e isso é elucidativo, que o termo *intertextualidade* é reservado para os casos em que a materialidade de um texto se preserva naquele que o cita.²

Para Genette (1982, p.8), a intertextualidade é definida como "une relation de co-présence entre deux ou plusieurs textes, c'est à dire, eidétiquement et le plus souvent, par la présence effective d'un texte dans un autre".³ Jenny (1979, p.14), por outro lado, propõe-se a "falar de intertextualidade desde que se possam encontrar num texto elementos anteriormente estruturados para além do lexema, naturalmente, mas

2 Um estudo exemplar, nesse sentido, é a obra de Gérard Genette, que sistematiza cinco formas diferentes de relações entre textos (o palimpsesto): intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, arquitextualidade e hipertextualidade. Na obra, o autor se dedica especificamente ao estudo do último tipo, entendendo-o como "toute relation unissant un texte B à un texte antérieur A sur lequel il se greffe d'une manière qui n'est pas celle du commentaire", ou seja, "un texte dérivé d'un autre texte préexistant" (toda relação que une um texto B a um texto anterior A, em que sobre este aquele se desenvolve de uma maneira diferente da que ocorre no comentário" – ou seja – "um texto derivado de um outro texto preexistente) (GENETTE, 1982, p.11-2, tradução nossa).

3 A intertextualidade é definida como "uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto é, de forma crucial e mais frequentemente, como a presença efetiva de um texto na materialidade do outro" (GENETTE, 1982, p.8, tradução nossa).

seja qual for o seu nível de estruturação". Para esses autores, as relações intertextuais devem poder ser detectadas como presença material de um texto efetivo num outro.

Para Jenny (1979, p.14), porém, não basta que tal acontecimento simplesmente se resuma a uma "unidade textual abstraída do seu contexto e inserida assim mesmo num novo sintagma textual", mas que entre o texto citado e o citante haja uma relação estruturante, de desvio, negação ou paráfrase: que a cadeia realize um conjunto estruturado de textos postos em relação. Além de uma materialidade remanescente, positivamente detectável, também uma relação dialogante deverá ser mantida na polissemia e equívocidade que se abrem, portanto, no enunciado recente.

Poder-se-ia pleitear, portanto, que a intertextualidade em sentido estrito, mais do que a um ponto de contato entre gêneros ou temáticas, remete ao fato de a materialidade formal de um texto ser reencontrada noutra e ao fato de essa materialidade, por sua vez, remeter ambigualmente a ambos. Os dois textos se sobrepõem, fazendo-se ouvir duas vozes: a que é citada e mantida a distância, com uma gramática e uma condição de produção própria, e a que cita, com a sua sintagmática, contexto e efeito de sentido. Nesse caso, a leitura demanda que o sentido seja construído nos entremeios de dois textos que dialogam e se condicionam mutuamente.

Jenny (1979, p.20), ao comentar o caso da intertextualidade genérica, afirma que, neste caso, "'intertextualidade' seria, aliás, pouco adequado, uma vez que a relação se estabeleceria entre dois sistemas 'abertos' e não entre dois textos". Por outro lado, Bakhtin (1997, p.145) postula que

a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semântico, mas também a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de tal forma que a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente.

A partir desses dois pensadores, poder-se-ia afirmar que, às vezes, faz-se um uso um tanto quanto amplo do conceito (nada impede, porém, que tais sentidos existam e sejam assumidos), preferindo-se, aqui, aplicá-lo aos casos em que a materialidade de um texto resta no fio de outro e em que as retomadas têm uma relação semântica detectável de encadeamento significativo sobre o texto anterior.

Tomar-se-á como fio condutor crucial de raciocínio, na análise que se fará, a afirmação que Bakhtin (ibidem, p.144) elabora para esse princípio, dizendo que "O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação". Esse pleito tem a ver com a análise que se fará, uma vez que nela estar-se-á buscando detectar como se dá o processo de citação das vozes dos menores da Febem da unidade de Parelheiros, dos promotores encarregados de investigar a denúncia de maus-tratos sofridos por aqueles e da assessoria de imprensa da instituição. Buscar-se-á perceber até que ponto o fato de os promotores serem representantes da justiça que possuem um certo *status* social e o de os menores serem tidos como portadores de condutas desviantes e ocasionadoras de problemas acabam por determinar que suas vozes recebam uma ou outra roupagem formal para serem citadas. Ou seja: estar-se-á buscando verificar até que ponto o discurso que cita, mais do que meramente inserir a voz de

um outro na sua trama, realiza essa atividade de uma certa maneira, sendo conduzido, inconscientemente, pela representação que faz de uns e de outros.

Um lastro cultural

Um dos princípios que dão o lastro teórico geral sobre o qual se sustenta a História Cultural (ele, na verdade, lhe dá sustentação) é o de que grupos sociais distintos estabelecem diferentes sentidos sobre o mundo, diferenciando-se entre si. Para Chartier (1990, p.16-7), "A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler". Assumindo esse ponto de vista, há que se admitir que as leituras não são nem únicas nem homogêneas, sendo sempre tributárias da "posição de quem as utiliza" (CHARTIER, 1990, p.17); posição, no sentido de pertença social. Isso significa que, para além dos gestos de leitura que os homens realizam, podem ser encontrados os lastros culturais que os orientam e os induzem a afirmar que os sentidos impostos sobre o mundo são uns e não outros.

Bakhtin (1976) conceptualiza esse lastro cultural, denominando-o de *apoio coral*. Para ele, um enunciado só se torna inteligível na sua remissão ao contexto extraverbal que circunda seu aparecimento. Na falta deste, o efeito de sentido peculiar do enunciado fica comprometido. Um enunciado, mesmo que tenda a parecer auto-suficiente e passe a impressão de que, por si só, detém todos os ingredientes necessários para a sua descrição semântica, somente será captado na sua peculiaridade, se for associado às suas condições históricas de aparecimento. Para Bakhtin (p.6),

a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte subentendida.

Para o autor russo, o extraverbal seria composto "pelo horizonte espacial dos interlocutores", que lhes dá acesso a um "conjuntamente visto", pelo "conhecimento e a compreensão comum da situação", que os faz terem acesso ao "conjuntamente sabido", e pela "avaliação comum da situação", que lhes dá acesso ao "unanimente avaliado" (BAKHTIN, 1976, p.6-7). Para Bakhtin (p.7), "é disto tudo que o enunciado depende diretamente, tudo isso é captado na sua vida real, viva implicação – tudo isso é sua própria sustentação. E, no entanto, tudo isso permanece sem articulação ou especificação verbal".

Como se vê, para esse autor, a parte propriamente lingüística do discurso de forma alguma pode ser pensada como autônoma em relação às suas circunstâncias históricas. Uma visibilidade, um saber e um sistema de avaliação comuns são necessários para que dois interlocutores, quando presentes numa situação intersubjetiva partilhada, possam interagir e dialogar, entendendo-se.

Segundo Vigner (1988), o extraverbal constitutivo do texto dar-se-ia na forma de um **horizonte de expectativa**. Para ele, para a leitura de um texto, além, obviamente, da forma como este se apresenta, conta a “trajetória de previsibilidade” da sua inserção num percurso intertextual de construção. Caso o leitor não faça parte da “comunidade de leitores” (ibidem, p.34) à qual o texto se endereça, terá dificuldade de interpretação, por não participar do “sistema ideológico compartilhado pelo escritor e o leitor” que permite “representar e interpretar o mundo de maneira idêntica” (p.35). Essa partilha de conhecimentos necessários para que a leitura de um texto possa acontecer é o que o autor vai chamar de “horizonte de expectativa” (p.32), noção que remete, assim como a de apoio coral, ao saber partilhado anterior ao texto que é necessário para que a legibilidade se torne possível, conhecimento que é relativo à circulação de saberes, valores e crenças que constituem um grupo social organizado. Os interlocutores devem estar de posse dos saberes que um espera que o outro possua, para que a legibilidade se faça possível. Caso isso não ocorra, o texto se transforma em uma máquina lacunar, que não logra o objetivo de permitir a interação entre os locutores.

Certeau (1995) denomina essa noção de *comunidade filosofante*. Em *As revoluções do crível*, o autor procura demonstrar que uma autoridade só se mantém na medida em que possui legitimidade, a qual é garantida por um conjunto de crenças que lhe dá sustentação, entrando em derrocada assim que o conjunto das coisas críveis deixa de sê-lo. Sobre o crível é que se tornaria possível “fundar uma sociedade sobre razões para viver próprias a todos e a cada um”; ele forneceria “os circuitos que possibilitam um reconhecimento recíproco” e permitiria a “um grupo social formular, ele próprio, seus quadros de referência e seus modelos de comportamento” (ibidem, p.39, grifos do autor). Enfim, assim como nos outros autores, percebe-se a defesa de que, para além do texto, para além das materialidades com que os leitores se deparam, há um suporte de crenças ou lastro cultural, garantindo a possibilidade de dizer e a interpretabilidade do discurso.

Parece perfeitamente possível resumir, na afirmação de Certeau (p.3, grifos do autor), que esse lastro cultural fornece “o ar que torna uma sociedade respirável. Ele permite uma comunicação e uma criatividade sociais, pois fornece *referências comuns e vias possíveis*”, o princípio que é recorrente entre os três postulados anteriores: todos eles defendem que deva haver um solo comum e partilhado entre os comunicantes para que a produção e a recepção textual se façam.

Trata-se de buscar, neste artigo, a elucidação de um solo cultural determinado: aquela que faz que a articulista do texto em análise proceda da maneira que procede, e não de outra, quando, durante a articulação do seu texto, delega vozes aos promotores, à assessoria de imprensa e aos menores abandonados envolvidos no caso da denúncia da existência de maus-tratos na unidade da Febem de Parelheiros. Trata-se de responder à pergunta: *por que, quando delega voz aos menores, a redatora do artigo faz de uma forma distinta daquela que utiliza, quando delega vozes aos promotores encarregados de averiguar a denúncia apresentada e aos assessores da Febem?*

Paralelamente a essas duas noções conceituais, como *leitmotiv* para a discussão a ser realizada, poder-se-ia levar em consideração duas afirmações de Barthes, que traduzem de forma exemplar o ponto de vista que se estará buscando sustentar. Uma delas está na *Aula* (BARTHES, 1997, p.14): “a língua, como desempenho de toda lin-

guagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer". A outra está em *O óbvio e o obtuso* (1990) e será apresentada adiante, ao final da discussão.

O Texto

INFÂNCIA *Inspeção na unidade de Parelheiros (SP) levou à descoberta de instrumentos supostamente usados para agredir menores.*

FEBEM TINHA SALA DE TORTURA, DIZ PROMOTORIA

GABRIELA ATHIAS

Promotores de justiça encontraram ontem num esconderijo na unidade da Febem de Parelheiros (zona sul de São Paulo) objetos que eles classificam como instrumentos de tortura: um cassetete de ferro, duas barras de madeira, uma "chave chinesa" e um "espancador de costas" feito com o bico de um extintor de incêndio.

O esconderijo foi descoberto durante uma vistoria feita pelos promotores para investigar denúncias de duas supostas pancadarias ocorridas no dia 15 de março e no dia 14 de abril.

Após ouvir os menores da "ala verde", que seriam as supostas vítimas dos espancamentos, os promotores foram à sala da coordenação. O objetivo era encontrar os objetos que, segundo os adolescentes, estariam sendo usados para aplicar castigos físicos.

Os instrumentos foram encontrados no fundo falso de uma escrivaninha que estava encostada na parede, aparentemente sem uso. Sobre a mesa havia ainda um arquivo de papéis e algumas peças de roupas.

Os promotores descobriram que a mesa tinha um tampo que escondia a barra de madeira feita a partir de um cabo de enxada. Na única gaveta, encontraram uma corrente e a "chave chinesa" (chave grande e comprida com cabo circular utilizada, segundo eles, para agredir a parte interna da base dos dedos das mãos sem deixar marcas).

Os outros instrumentos foram encontrados no vão deixado pelo espaço que deveria estar sendo ocupado por outras duas gavetas.

Na sala onde os objetos foram encontrados, só entram coordenadores de turno e agentes de proteção (monitores). Segundo o relato dos menores, eles só entram nessa sala para apanhar.

Os promotores Ebenezer Salgado e Wilson Tafner, responsáveis pela fiscalização, chamaram cinco adolescentes que teriam apanhado até a sala para que fizessem uma "demonstração" sobre a suposta forma de utilização dos objetos. As cenas foram gravadas e a **Folha** teve acesso à fita.

Segundo os menores, os funcionários encaixam a "chave-chinesa" debaixo do dedo médio – entre o indicador e o anular – dos "castigados" e giram o cabo do objeto, que é áspero.

Já o bico do extintor (parte circular) seria usado para espancar o abdômen, na região da cintura. A corrente de ferro é acoplada a um cadeado (que foi encontrado na mesa) e é usada para o mesmo fim, só que na parte superior das costas. Para evitar marcas, os adolescentes teriam as costas cobertas com toalhas durante os espancamentos.

Os objetos encontrados foram legados para o 25º DP (Parelheiros), que irá investigar o caso.

Outro lado

A assessoria de imprensa da Febem informou que instaurou sindicância para apurar a origem dos objetos. Ontem foram afastados "previamente" seis funcionários.

Também será investigada a possibilidade de o material ter sido "plantado" por algum funcionário que "discorda da nova política socioeducativa" da Febem, diz a nota oficial. Segundo a assessoria, os objetos haviam sido encontrados anteontem à noite e seriam enviados à polícia.

A nota diz que a direção da Febem não compactua com qualquer "prática de violência" em suas unidades. A unidade de Parelheiros deverá ser desativada até o dia 15 de julho, conforme anunciado na semana passada pelo governador Geraldo Alckmin.

Folha de S.Paulo, caderno **Cotidiano**, terça-feira, 30 de abril de 2002, folha C3.

A análise

Por não se distanciar das teses de Bakhtin (1976, 1997), Vigner (1988) e Certeau (1995) sobre a existência de um lastro cultural que dá sustentação aos discursos, a afirmação a seguir, de Chartier (1999), pode ser tomada como outro *leitmotiv* para a análise (juntamente com os dois permitidos por Barthes (1990, 1997), pois parece indicar um programa de pesquisa que cai como uma luva para a discussão que se pretende efetuar aqui.

Pensado (e pensando-se) como um demiurgo, o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável. (CHARTIER, 1999, p.9)

Estar-se-á objetivando, aqui, determinar, dentre as dependências que existem (e que são em número enorme), uma delas: aquela já qualificada: *o que leva o autor do texto, ao se valer do processo de citação de vozes, fazê-lo de maneira distinta, dependendo de quem seja o seu produtor?*

Dentre as entradas possíveis de análise para o texto ora apontado, o olhar estará atento à observação de um aspecto em especial: como se processa a delegação de vozes aos menores, aos promotores e à assessoria de imprensa,⁴ buscando-se detectar, a partir daí, que lastro cultural, apoio coral, horizonte de expectativa ou comunidade filsofante se encontra pressuposto e dirigindo a enunciação. Posto de outra forma: a partir da observação da delegação de vozes a menores, promotores e assessores, o que o texto de Athias (2002) revela sobre o funcionamento da citação do discurso de outrem na nossa cultura (revelação que provém muito mais do *como* a autora diz o que diz do que de *o quê* ela diz, uma vez que o *como* viria de um suposto fascismo da língua)?

4 O leitor mais atento não terá deixado de notar que não se encontram relatos de discursos feitos na forma codificada de fazê-lo: isto é, por meio da introdução de verbo *dicendi*. Entretanto, parece óbvio que o único acesso de Athias (2002) às informações que ela veicula ocorreu por meio da fita a que a *Folha* teve acesso, da fala dos promotores encarregados de investigar o caso e da fala dos assessores de imprensa da unidade da Febem. A articulista não esteve presente na investigação. O relato que ela apresenta, portanto, vem filtrado pelas vozes autorizadas a falar com a imprensa. Isso significa que o seu texto é, todo ele, produzido na forma de um discurso relatado, ocorrendo uma filtragem de vozes em diversos graus.

A voz autorizada

Considere-se, inicialmente, o processo de inserção de algumas das afirmações que são tomadas como pertencentes às vozes dos promotores encarregados de averiguar a denúncia de maus-tratos sofridos por menores da Febem em 15 de março e 14 de abril. Embora nesses enunciados os relatos não apareçam na forma canônica, ou seja, introduzidos por verbos *dicendi*, pode-se pleitear que eles não sejam mais do que narração da fala dos promotores, dado que a equipe de reportagem da *Folha* não os acompanhou na investigação, tendo acesso às informações divulgadas *a posteriori*. Isolem-se, para efeitos de análise, alguns deles.

- a) Promotores de justiça **encontraram** ontem num esconderijo na unidade da Febem
- b) O esconderijo **foi descoberto** durante uma vistoria feita pelos promotores
- c) os promotores **foram** à sala da coordenação.
- d) Os instrumentos **foram encontrados** no fundo falso de uma escrivaninha
- e) Sobre a mesa **havia** um arquivo de papéis e algumas peças de roupas.
- f) Os promotores **descobriram** que a mesa tinha um tampo que **escondia** a barra de madeira
- g) Na única gaveta, **encontraram** uma corrente e a "chave chinesa"
- h) Os outros instrumentos **foram encontrados** no vão deixado pelo espaço
- i) Os promotores ... **chamaram** cinco adolescentes
- j) As cenas **foram gravadas** e a *Folha* teve acesso à fita.

Parece evidente que em todos esses enunciados estejam presentes eventos aos quais a *Folha* teve acesso somente após a ida dos promotores à Febem. Ela não esteve no local e não presenciou o encontro, a descoberta, a ida, a existência, a chamada e a gravação. Desses fatos, ela só deve ter sabido no retorno dos promotores, devendo os enunciados que remetem ao que ocorreu durante a visita serem atribuídos a eles, ficando ao encargo do jornal a reprodução das falas. No entanto, todas as formas flexionais, como se pode ver (elas estão destacadas em negrito/itálico), encontram-se no modo indicativo, que, para Almeida (1979, p.225), indica que "a ação expressa pelo verbo é exercida de maneira real, categórica, definida, quer o juízo seja afirmativo, negativo ou interrogativo". No entanto, para Bechara (1999, p.221), os modos do verbo são usados de acordo com "a posição do falante em face da relação entre a ação verbal e o seu agente", sendo usado o modo indicativo "em referência a fatos verossímeis ou tidos como tal". Por fim, para Cegalla (1985, p.163), os modos "indicam as diferentes maneiras de um fato se realizar". No caso do modo indicativo, ele seria usado quando se "exprime um fato certo, positivo". É o que pode ser verificado nos enunciados destacados anteriormente: eles remetem a episódios que sugerem fatos estabelecidos: além do conteúdo intelectual ou referencial a que se referem, estão postos no modo que indica certeza e necessidade.

Em sendo razoável o que afirmam esses autores e em se sabendo que as formas verbais destacadas pertencem a tempos do indicativo (pretérito perfeito simples e composto e pretérito imperfeito), pode-se afirmar que a articulista toma os fatos como verdadeiros, já que os põe no modo da certeza, ou do alto grau de probabilidade. Eles não são narrados como fatos sobre os quais possa pesar algum índice de incerteza ou

improbabilidade de ocorrência. Parece justo perguntar de onde vem essa certeza, já que nem a autora nem a *Folha* presenciaram o que parece ter-lhes sido relatado pelas autoridades. E parece justo concluir: a veracidade das afirmações não vem de a produtora do texto tê-las acompanhado, constatado ou presenciado. O que conduz a autora a usar o modo indicativo, modo do real, do certo e do necessário, é tão-somente a autoridade e a posição social dos autores dos enunciados, que impõem sobre a sua enunciação o valor que ela adquire no relato feito pela articulista. Nesse caso, para Ducrot (1987, p.146),

o enunciador de P desempenha o papel de uma autoridade no sentido de que seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torne enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q.

Como se pode verificar, o princípio da verificação *in loco* e da não-dubiedade para a divulgação não precisa ser seguido (se é que alguma vez ele o é), dado terem sido pessoas com um certo peso social que garantem os eventos informados. A imagem e a representação que se faz dos promotores, nesse caso, é o elemento que justifica o uso do modo verbal empregado e não a atitude de verificação daquele que será o responsável pela publicação da matéria. Como afirma Bourdieu (1999, p.45), os "atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que 'faz', de certo modo, a violência simbólica que ela sofre".

A voz desautorizada

Considere-se a seguir alguns dos enunciados que parecem que devem ser atribuídos aos menores que disseram que foram agredidos. Contrariamente aos anteriores, que não apareciam com marcas de voz relatada ou de heterogeneidade enunciativa, sendo incorporados radicalmente à voz da narradora, que com eles se identifica e os transforma em voz própria, estes denunciam um procedimento de inserção de vozes, seja pelo fato de se fazer por meio do uso de tempo verbal adequado, de conjunção atributiva de voz, de recursos modalizadores (tanto internos quanto externos ao modo verbal usado, isto é, por meio de marcadores especiais) ou de aspas. Eis os enunciados:

- a) levou à descoberta de instrumentos **supostamente** usados para agredir.
- b) investigar denúncias de duas **supostas** pancadarias
- c) que **seriam** as **supostas** vítimas dos espancamentos,
- d) os objetos que, **segundo** os adolescentes, **estariam** sendo usados
- e) **Segundo** o relato dos menores, eles só entram
- f) chamaram cinco adolescentes que **teriam apanhado** até a sala
- g) sobre a **suposta** forma de utilização dos objetos.
- h) **Segundo** os menores, os funcionários encaixam a "**chave-chinesa**"
- i) o bico do extintor (parte circular) **seria usado** para espancar
- j) Para evitar marcas, os adolescentes **teriam** as costas cobertas com toalhas
- l) uma "**chave-chinesa**" e um "**espancador de costas**"
- m) debaixo do dedo médio – dos "**castigados**" e giram

A tese de fundo que tem sustentado os trabalhos realizados por Ducrot (1987) é a de que os recursos lingüísticos empregados para construir um texto servem como pistas orientadoras cuja meta é empurrar o leitor para determinadas conclusões: esse fato permitira, segundo o autor, afirmar que a argumentatividade está inscrita na língua (embora Ducrot acabe por se valer da noção de *topos* para mostrar que a argumentação é circunstanciada, isto não muda a essência do seu ponto de vista). Nesse sentido, portanto, as pistas materiais deixadas pelo autor no texto são marcas que não podem passar em branco ou com tal barulho, que façam que outras sejam apagadas ou inaudíveis. Para o autor, deve-se “considerar o sentido como uma descrição da enunciação. O que o sujeito falante comunica por meio do seu enunciado é uma qualificação da enunciação deste enunciado”, ou seja, “o sentido do enunciado é uma representação da enunciação” (DUCROT, 1987, p.172).

Levando em consideração esses pleitos do autor e buscando isolar as estratégias textuais que são usadas por Athias (2002) para modalizar as vozes que polifonizam seu texto, cumpre determinar que efeitos de sentido tais recursos geram, por que eles são esses e não outros, e o que determina, em última instância, o seu uso. Trata-se, em suma, de determinar se eles apontam para algum tipo de representação da autora, e da sociedade, em relação às vozes que ela cita.

Contrariamente aos enunciados anteriores em que a autora relatava episódios informados pelos promotores, aqui, todos os eventos informados são provenientes de afirmações dos menores e todos são mantidos a distância por ela, numa demonstração de não-compromisso com os fatos narrados. Embora, tanto no caso dos promotores como nos dos menores, a autora não tenha estado presente e verificado no local a ocorrência dos acontecimentos que narra, aqui, ela assume um distanciamento marcado, que poderia ser esperado em ambos os casos.

A operação de pôr a voz dos menores a distância, evitando um compromisso com a afirmação que nela se efetua, é obtido por meio de, pelo menos, quatro estratégias. Ou ela se vale de um conectivo atributivo de voz, *segundo* (enunciados *d*, *e* e *h*), deixando implícito o verbo *dicendi*; ou do futuro condicional (*c*, *d*, *f*, *i* e *j*); ou de elementos modalizadores, baseados em *suposto*, na forma de adjetivo ou advérbio (*a*, *b*, *c* e *g*); ou de aspas (*h*, *l* e *m*). No caso do tempo condicional, a estratégia é muito interessante. Esse tempo põe em suspenso a afirmação fatural que se faz por meio dele, como se sempre viesse introduzido por um enunciado do tipo *Desde que x esteja dizendo a verdade*, o que, desde o início, já é uma forma de pôr sob suspeição a fala do outro, mostrando-a como merecedora de descrédito. Não que o mesmo princípio de distanciamento e colocação sob suspeição não ocorra também nas outras estratégias, mas, no caso do futuro condicional, o enunciado que hipotetiza a falsidade da afirmação (acima) parece se aplicar de forma mais efetiva.

E é com justiça que também aqui se pergunte de onde vem essa suspeição ou desconfiança apriorística sobre o que o outro diz. Tanto no caso dos promotores, quanto no dos menores, a autora não presenciou o que relata; ela é uma narradora de segundo ou terceiro grau: nem onisciente, nem onipresente. Porém, ela assume as afirmações de uns como verídica e as de outros como passíveis de desconfiança. Por quê? Parece justo concluir que a suspeita que a autora demonstra, no caso dos menores, está calcada no fato de eles serem quem são e não necessariamente no fato de eles

estarem mentindo; na verdade, o que está em jogo é a imagem que ela faz de menores recolhidos a institutos penais de correção, socialmente concebidos como marginais violentos e falsos.

É digno de nota o fato de que, no caso das afirmações dos promotores, a autora não tem nenhuma evidência fatural que comprove o que eles dizem, o que impediria o uso do indicativo, ao passo que, com relação às afirmações feitas pelos menores, os objetos usados foram encontrados e ela tem fotos deles, assim como da sala usada para as sessões de espancamento, o que parece depor a favor dos últimos. Esses elementos fatuais deveriam dispor a autora a crer menos na fala dos promotores do que na dos menores. Porém, como se sabe, o discurso dos primeiros não tem socialmente o mesmo peso argumentativo que o dos últimos.

Novamente, poder-se-ia ouvir Bourdieu (1999, p.70) a afirmar: "Essa anamnese ... traço incorporado de uma história coletiva e de uma história individual ... impõe a todos os agentes ... seu sistema de pressupostos imperativos".

Um deslize aparente

Em quatro momentos, a análise feita até aqui parece poder ser contradita, já que neles a delegação de vozes aos promotores é feita da mesma maneira que aos menores, o que poderia invalidar a discussão. Neles, são usados verbos *dicendi* (enunciados *a* e *b*), operação de distanciamento (*b*), conjunção atributiva de voz (*c*) e aspas (*c* e *d*).

- a) Febem tinha sala de tortura, **diz** promotoria
- b) Promotores de justiça encontraram ontem num esconderijo ... objetos que **eles classificam** como instrumentos de tortura:
- c) Os promotores descobriram ... encontraram uma corrente e a "**chave-chinesa**" (utilizada, **segundo** eles, para agredir a parte interna da base dos dedos das mãos
- d) uma "**demonstração**" sobre a suposta forma

No caso desses quatro enunciados, os mesmos procedimentos de atribuição ou de relato da voz dos menores foram usados para relatar a fala dos promotores, como se suas afirmações estivessem sendo postas sob suspeição e a verdade afirmada nelas, em princípio, não pudesse receber crédito.

No entanto, parece poder-se manter todas as reflexões efetuadas até aqui, dado que, nesses casos, a operação de distanciamento entre a voz da autora e a dos promotores mostra ter como causa o fato de que aquilo que é informado pelas autoridades tem como base o que foi relatado pelos menores, tendo-se, então, um relato de terceiro grau. Ou seja, o que é relatado, nesses casos, provém de falas dos menores que depois são reenunciadas pelos promotores. Portanto, o princípio de que os discursos valem aquilo que valem os usuários que os proferem está mantido.

A voz dos assessores

Na segunda parte do artigo, a autora apresenta o que deveria ser considerado como o pronunciamento da assessoria de imprensa da Febem sobre o episódio, valen-

do-se novamente do discurso relatado e fazendo-o a partir do uso de determinadas estratégias, o que acaba sendo revelador, por servir para demonstrar também o tipo de representação que ela faz do discurso daquela instituição. A citação do discurso da assessoria de imprensa da unidade da Febem aparece de forma mais decisiva nos enunciados destacados a seguir.

- a) A assessoria ... **informou** que ... foram afastados "**previamente**" seis funcionários.
- b) será investigada a possibilidade de o material ter sido "**plantado**" por algum funcionário que "**discorda da nova política socioeducativa**" da Febem, **diz** a nota
- c) **Segundo** a assessoria, os objetos haviam sido encontrados ... e **seriam** enviados à polícia.
- d) A nota **diz** que a direção da Febem não compactua com qualquer "**prática de violência**" em suas unidades.

As estratégias a que a autora recorre para inserir o discurso da Febem sobre os eventos denunciados são o uso de aspas (enunciados *a*, *b*, e *d*), de conjunção atributiva de voz (*c*), de verbo *dicendi* (*a*, *b*, e *d*) e do tempo condicional (*c*).

Algumas questões devem ser consideradas sobre a forma escolhida para relatar o discurso da assessoria de imprensa. Antes de mais nada, essa parte do texto é uma das poucas a que a autora teve acesso direto às informações, isto é, sem mediação, já que, com grande probabilidade, foi ela mesma quem entrevistou os assessores; portanto, aqui, ela poderia ter optado com maior segurança pelo modo indicativo (e ela o faz em algumas passagens) do que quando relata a fala dos promotores: no entanto, a autora se vale das mesmas estratégias usadas para relatar a fala dos menores, distanciando-se e não querendo comprometer-se com os conteúdos referenciais que são informados. Nesse sentido, pode-se dizer que a fala da assessoria de imprensa da Febem é tida como portadora de uma credibilidade medida pela mesma escala de valor que mede a fala dos menores e não dos promotores.

Depois: ao colocar entre aspas certas passagens da voz da Febem, a autora demonstra, explicitamente, estar pondo sob suspeita aquilo que lhe é informado, como se dissesse: *eles é que dizem, não eu*. Ao se valer desse recurso, o *previamente* passa a ter o valor de algo que é feito já com um certo atraso e de prévio não tem nada; o *plantado* é posto sob desconfiança, como se já se soubesse que os objetos encontrados não foram colocados lá propositadamente; o *nova política socioeducativa* é sobre-determinado com um efeito de ironia, sendo questionado, principalmente o *nova*, onde se pode sentir um acento de negação; e o *prática de violência* é definitivamente negado, já que faz parte do saber comum que os menores postos em unidades corretivas sofrem maus-tratos seguidamente.

Por fim, chame-se a atenção para o enunciado *c*, em que um dos recursos usados é o futuro condicional (sobre essa estratégia se comentou anteriormente). Aplica-se aqui o mesmo raciocínio que se fez para o caso dos menores: pode-se sentir a voz da autora sendo polifonizada por uma outra que a complementa, retifica ou especifica, dizendo *se eles estiverem dizendo a verdade*, o que permite inferir que, transversalmente, a autora esteja dizendo que acha muito pouco provável que os objetos seriam encaminhados para a polícia, até porque eles haviam sido encontrados há três dias.

Parece razoável concluir que as formas de relatar o discurso dos assessores de imprensa da Febem tenham sido estas pela mesma razão que se aventou para os outros

casos: a representação social que se tem do produtor da voz que se relata acaba por ser marcada no texto por meio de recursos lingüísticos que denunciam essa imagem: isto é, a língua é marcada pela cultura e pelos valores sociais vigentes numa sociedade.

Pode-se terminar a discussão com a afirmação de Barthes (1990), anunciada antes, porque ela resume de forma cabal o que parece ocorrer no texto analisado:

a análise dos códigos talvez permita definir historicamente uma sociedade, mais facilmente e com mais segurança do que a análise de seus significados, pois estes podem, muitas vezes, aparecer como trans-históricos, fazendo parte mais de um fundo antropológico do que de uma história verdadeira: Hegel definiu melhor os antigos gregos através da maneira pela qual significavam a natureza, do que através da descrição do conjunto dos seus "sentimentos e crenças" com relação à natureza. (p.24)

Conclusão

Frise-se que se tem consciência de que, considerados o *corpus* de dados e o espaço de análise, as afirmações não têm a pretensão de ser mais do que um *insight*. Resta, e isso apazigua um pouco a consciência, o fato de que a discussão parece plausível e razoável. Se a afirmação de Barthes (1997) de que a língua é fascista porque obriga a dizer, estando em suas marcas, no seu fio, um conjunto de categorias e de formas de pensar o mundo, é plausível, talvez se devesse pensar que, no caso discutido, os modos do relato mostram a existência de uma maneira para representar as vozes dos que têm uma posição de prestígio na sociedade e outra para os que não a têm ou gozam de um certo preconceito com relação às afirmações que fazem.

Resta como lição o fato de que a mídia (especificamente aquela veiculadora do texto analisado), mais do que confirmar empiricamente os eventos que lhe relatam, para só então publicar, parece se contentar com que o lhe narram, usando como modalidade veridictória a representação social do informante e não os critérios de objetividade e imparcialidade que seriam, de acordo com ela, os elementos característicos de seus procedimentos de trabalho. Fica como sugestão a possibilidade de um trabalho de investigação mais demorado e sistemático e uma inquietação: será que esta forma de relatar o discurso dos outros é apenas da articulista do texto, da *Folha de S. Paulo*, de toda a mídia, ou da nossa cultura?

Darnton (1990), escritor que viveu a experiência de ser jornalista, por falar a partir de dentro, pode fechar o texto. Ele conta que um dia teve sua atenção atraída pelo enunciado *Toda notícia que couber a gente publica*, que um grafiteiro rabiscara na parede da sala do jornal em que ele trabalhava. Eis seu comentário: "O grafiteiro queria dizer que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço, mas ele também podia estar expressando uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia" (ibidem, p.96). Como se vê na análise esboçada, essas concepções culturais prévias podem estar presentes no conteúdo que se explicita, mas também podem estar sendo veiculadas pelo jeito com que determinado texto ganha materialidade.

Chame-se a atenção, no entanto, para o fato de que não se está propondo que Gabriela Athias faça o que faz por alguma forma de atitude conspiradora e mal-intencionada. Ela, como todos, está sujeita aos procedimentos de inculcação de violência simbólica, cuja eficácia, de acordo com Bourdieu (1999, p.51), está "duradouramente inscrita no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições".

Talvez, trapaceando com o plano do significante, como quer Barthes (2000), pudesse ficar como sugestão a realização da experiência, útil, de reescrever o texto, aplicando-se as estratégias usadas para relatar a fala dos menores e dos assessores de imprensa da Febem aos episódios que são narrados pelos promotores e vice-versa.

CATTELAN, João Carlos. According them, *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.21-35, 2003.

- **ABSTRACT:** *This article has as a basic aim, based on an analysis of a text by Gabriela Athias published by Folha de S.Paulo journal related on one of many denunciations about mistreatments of Febem minors, try to establish a postulate of validad in a general way of the value attribution process is used to the voices that an articulator brings to the text. It will be observed from the analysis about how it is processed, in that text, the delegation of voices to the minors, to the lawyers, and to Febem, and it will be tried to discuss a general principle about one of the discoursives activities gotten by effect on written texts transmitted by media.*
- **KEYWORDS:** *Discourse; pressupositional community; citation voices; discursive coercion; meaning effect.*

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 1979, 658p.
- ATHIAS, G. Febem tinha sala de tortura, diz promotoria. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2002. Caderno Cotidiano, p.3.
- AUTHIER REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 200p.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. 2.ed. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316p.
- _____. *A psicanálise do fogo*. 2.ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 196p.
- _____. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. 2.ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 275p.
- BAKHTIN, M. *Discurso na vida e discurso na arte*. Trad. Cristóvão Tezza. New York: Academic Press, 1976. 23p. (Não publicado).
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 196p.

- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Trad. Léa Novaes. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. 237p.
- _____. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 1997. 89p.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. 669p.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli et al. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 188p.
- _____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 158p.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 26.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. 556p.
- CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papiрус, 1995. 351p.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990. 244p.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2.ed. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da UnB, 1999. 111p.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 330p.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. 222p.
- ECO, U. *Lector in fabula*. Trad. Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986. 219p.
- _____. *O signo de três*. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991. 263p.
- _____. *A obra aberta*. 8.ed. Trad. Giovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 1997. 284p.
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 184p.
- GENETTE, G. *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, 1982. 452p.
- JENNY, L. A estratégia da forma. Trad. Clara Crabbé Rocha. In: *Intertextualidades*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. p.5-49.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989. 198p.
- VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI. *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1988. p.31-37.

DISCURSO LEXICOGRÁFICO: AS REEDIÇÕES DO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE MORAIS

José Horta NUNES¹
Kátia SELIGMAN²

- **RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise discursiva de uma amostragem de verbetes da primeira edição e de algumas das reedições do *Dicionário da língua portuguesa*, de Antônio de Morais Silva (1789, 1813, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889).³ A perspectiva teórica é a da Análise do Discurso de linha francesa, aliada ao campo da História das Idéias Lingüísticas. O *corpus* é formado de verbetes dos domínios de nomes de árvores, nomes de animais, nomes de partes do corpo, designações sociais, verbos de estado e movimento e verbos de ações sociais. Mostramos as transformações no discurso, as rupturas, os deslocamentos de sentido de uma edição a outra, explicitando a historicidade das definições e a configuração das formações discursivas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso; dicionário; definição; lexicografia; língua portuguesa.

Este artigo aborda o dicionário como um objeto discursivo.⁴ O objetivo é analisar a primeira edição e as reedições do *Dicionário da língua portuguesa*, de Antônio de Morais Silva. Trata-se do primeiro monolíngüe do português, o mais utilizado durante o século XIX, que teve sua 1ª edição em 1789 e contou com oito reedições (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889, [19-?]),⁵ tendo o autor participado até a 3ª edição. Na análise, consideraremos também a edição de Silva (1949). O dicionário de Morais propõe realizar, em 1789, uma redução do dicionário de Bluteau (1712), o que de fato ocor-

1 Docente do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários, Ibilce-UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: horta@lev.ibilce.unesp.br.

2 Graduada de Letras no Ibilce-UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: katiaseligman@yahoo.com.

3 Visto que não localizamos a edição de 1823 e a 9.ed. [19-?], elas não foram analisadas.

4 Este artigo foi concebido com base em um trabalho de Iniciação Científica realizado por Kátia Seligman com apoio da Fapesp (processo n.01-10546-3), relacionado ao projeto *Dicionários Brasileiros de Língua Portuguesa do Século XX: História e Análise*, desenvolvido por José H. Nunes (FAPESP, processo n.01-10281-0).

5 Confira nota 3.

re, quando o autor (SILVA, 1789) reduz a dois volumes os oito de Bluteau, permitindo uma circulação mais ampla, inclusive nas escolas. Esse, como aponta Verdelho (2002), é um dos motivos de seu sucesso editorial. Considerem-se também as mudanças na forma da definição, que deixa de apresentar os comentários etimológicos e enciclopédicos de Bluteau (1712) e passa a mostrar formulações breves, características de um dicionário de língua.

A perspectiva teórica adotada é a da Análise do Discurso, inaugurada na França por Pêcheux (1990) e tal como trabalhada no Brasil por Orlandi (1999). Dessa perspectiva, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação entre o homem e a realidade natural e social, por meio do discurso.

Seguindo alguns trabalhos em Análise do Discurso (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997; DELESSALE; VALENSI, 2002; NUNES, 1996) e em História das Idéias Lingüísticas (AUROUX, 1992; AUROUX; MAZIÈRE; ORLANDI, 1998), consideramos o dicionário como um objeto histórico e discursivo. Dessa perspectiva, realiza-se uma crítica à transparência das definições e ao sentido literal, pois considera-se que os sentidos do dicionário constituem-se historicamente. Tanto as definições do dicionário como os sujeitos que as produzem (as posições de sujeito dos lexicógrafos) aparecem em determinados contextos históricos. A análise discursiva visa relacionar a superfície textual do dicionário (as seqüências textuais lingüisticamente realizadas) com sua exterioridade, isto é, com suas condições de produção, incluindo-se aí o contexto enunciativo e o contexto mais amplo, ou seja, a conjuntura sócio-histórica de um período. Objetiva-se, desse modo, compreender o processo de produção dos sentidos, relacioná-los com a ideologia e mostrar as regularidades do funcionamento do discurso.

As reedições do dicionário de Moraes (SILVA, 1789) apresentam mudanças significativas, sobretudo em algumas edições. Nesses momentos ocorrem transformações significativas, as quais estão relacionadas com mudanças históricas que afetam a ordem do discurso. Explicitaremos os deslocamentos discursivos produzidos nessas circunstâncias, o aparecimento e as transformações de certas formações discursivas (religiosa, política, científica, jurídica), as mudanças na estrutura dos verbetes e o modo de significação dos domínios lexicais em questão.

O corpus de base desta pesquisa reuniu 240 verbetes relativos a seis domínios lexicais. Para cada um desses domínios, selecionamos cinco entradas, as quais foram coletadas em todas as edições mencionadas. Os domínios e as entradas são os seguintes:

Nomes de animais	Nomes de árvores	Nomes de partes do corpo	Designações sociais	Verbos de estado/movimento	Verbos de ações sociais
<i>Cachorro</i>	<i>Castanheira</i>	<i>Perna</i>	<i>Habitante</i>	<i>Ser</i>	<i>Conquistar</i>
<i>Gato</i>	<i>Mangueira</i>	<i>Orelha</i>	<i>Proletário</i>	<i>Estar</i>	<i>Emprestar</i>
<i>Tigre</i>	<i>Paineira</i>	<i>Nariz</i>	<i>(i)migrante</i>	<i>Permanecer</i>	<i>Doar</i>
<i>Urso</i>	<i>Pinheiro</i>	<i>Tornozelo</i>	<i>População</i>	<i>Andar</i>	<i>Reivindicar</i>
<i>Papagaio</i>	<i>Goiabeira</i>	<i>Cotovelo</i>	<i>Povo</i>	<i>Correr</i>	<i>Protestar</i>

Neste artigo, vamos apresentar as análises de seis séries de verbetes, cada uma delas correspondente a uma entrada de cada domínio, a saber: *castanheiro*, *urso*, *tornozelo*, *povo*, *ser*, *doar*. Na série de verbos de estado, incluiremos também o verbo *permanecer*.

Definição, interdiscurso, formação discursiva

Para a análise do dicionário como um objeto discursivo, utilizamos os procedimentos metodológicos desenvolvidos por Collinot & Mazière (1997). Estes autores mostram que a heterogeneidade das definições faz sentido: as variações das formas lingüísticas (sintáticas e enunciativas) do enunciado definidor produzem diferentes discursos. O conjunto de verbetes selecionados constitui, assim, uma rede de variações formais, a partir de relações de substituição, paráfrase, sinonímia. Essa rede é interpretada de acordo com os percursos temáticos adotados na análise.

O conjunto das séries de verbetes constitui um *corpus* histórico que nos permite mostrar os deslocamentos da memória do dizer, ou mais tecnicamente, do *interdiscurso*. Este é composto pelo complexo das formações discursivas presentes em determinadas conjunturas históricas. Chegamos aí no conceito de formação discursiva. Para a Análise do Discurso, as palavras, as formulações, não têm sentido em si mesmas. Elas ganham sentido no interior das *formações discursivas* às quais se filiam. As formações discursivas são definidas como “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição em determinada conjuntura (PÊCHEUX, apud ORLANDI, 1999, p.43).

As formações discursivas são estabelecidas basicamente por relações de paráfrase, as quais ocorrem no interior do processo discursivo, ou seja, mediante processos de substituição, sinonímia, equivalência, próprios de uma ou outra formação discursiva (PÊCHEUX, 1988). De acordo com Orlandi (1999), sabe-se que, ao pensarmos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente, a tal ponto que se leva a considerar que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, retornando aos mesmos espaços do dizer – estando do lado da estabilização. Na polissemia, o que se tem é o deslocamento, a ruptura de processos de significação, jogando com o equívoco. O *corpus* que analisamos apresenta diferentes estados de um processo discursivo. Em cada um desses estados, as relações de substituição apresentam-se de modo específico: o funcionamento parafrástico caracteriza-se pela presença de uma ou outra FD. A paráfrase será examinada em marcas lexicais ou sintáticas, sempre associadas à enunciação. Por exemplo, em uma série do *corpus*, podem ocorrer as substituições do nome-cabeça da definição, sendo isso o índice de um deslocamento de sentido, ou mesmo da presença de uma outra FD na mudança de um estado a outro do processo discursivo. O mesmo ocorre com relação às variações sintáticas da definição ou quanto aos exemplos e citações.

As condições de produção

Com relação ao contexto amplo, podemos situar a primeira edição do Moraes (SILVA, 1789) como relacionada ao movimento das Luzes em Portugal, o que implica a passagem de um sujeito religioso a um sujeito de direito. A gramática filosófica substitui a gramática dos jesuítas. Do mesmo modo, o dicionário de definições curtas e breves substitui o dicionário enciclopédico e etimológico: ocorre uma separação entre o dicionário de língua e o dicionário histórico e de especialidades. Acompanha esse processo a formação do Estado Nacional, que adota a concepção da correlação entre um Estado e uma língua. A língua nacional portuguesa passa a ter seus instrumentos representativos, que constroem uma imagem homogênea da língua portuguesa e, em seguida, do “enriquecimento” dessa língua com os brasileirismos.

Acompanhando as reedições, constatamos que ocorrem mudanças significativas nas condições de produção. No século XIX, a crescente industrialização e o desenvolvimento das ciências trazem mudanças para a relação do lexicógrafo com seu público leitor. De um lado, o discurso da ciência ganha terreno com o desenvolvimento das ciências, das técnicas e com a industrialização, de outro, o discurso sofre modificações com as transformações da conjuntura política e social. Desse modo, as formações discursivas científica e política concorrem para as transformações que o dicionário sofre no período analisado. Acrescente-se a isso a predominância da formação discursiva jurídica em relação à formação discursiva religiosa. Para tratar desses fatos, vamos nos ater ao modo como, a partir do próprio texto do dicionário, podemos remeter a tais transformações ideológicas.

Em meados do século XX a lexicografia brasileira ganha autonomia em relação à lexicografia portuguesa, com o aparecimento dos dicionários brasileiros de língua portuguesa. O discurso do *Dicionário da língua portuguesa* (SILVA, 1789) pode ser considerado um dos discursos fundadores da lexicografia brasileira.

Análise das séries

Passaremos à análise de cada uma dessas séries, apresentando-as com os verbetes organizados em ordem cronológica. A data da edição será indicada no início de cada verbete.

Nomes de árvores: *castanheiro*

- 1789: Substantivo masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáes e rebordaos.
- 1813: Idem.
- 1831: Substantivo masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáes e rebordaos. Castanha.

- 1844: Substantivo Masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáas e rebordaos. Camões Soneto, 271: "sombra dos verdes". Arr.44.f.107.4. "castanheiro".
- 1858: Substantivo Masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáas e rebordaos. Camões Soneto, 271: "sombra dos verdes". Arr.44.f.107.4. "castanheiro" § da Índia, da árvore que dá castanhas amargas, mas que tem folhas lindas.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo Masculino. Árvore da família das *amentáceas eupulíferas*, que dá castanhas: há duas espécies, longáas e rebordaos. Camões Soneto, 271: "sombra dos verdes". Arr.44.f.107.4. "castanheiro." § da Índia, da árvore que dá castanhas amargas, mas que tem folhas lindas.
- 1949-1959: Substantivo Masculino. Árvore da família das *fagáceas* ou das *castanáceas*. *Castanea sativa* e *castanea vulgaris*, que dá castanhas vulgar. Em Portugal dá-se em quase toda a parte, exceto nos terrenos calcários, e abunda especialmente na região montanhosa do interior, cultivando-se em pequenos grupos (soutos) para fruto ou em maciços de talhadia (soutos bravos). "os castanheiros, titulados nas serras com respeitoso carinho os ossos de Portugal que levam trezentos anos a crescer, trezentos anos a nascer e trezentos amores." Aquilino Ribeiro, a voz dos nossos avós, 272.

Observamos que, da edição de 1789 até a de 1877, repete-se a definição que apresenta a imagem de uma natureza provedora: "X que dá", "X que produz". Como mostram Mazière (1989) e Nunes (1996), nessa forma sintático-enunciativa da definição o nome-cabeça aparece como sujeito da relativa. Com isso, produz-se um efeito de que a natureza fornece os seus produtos sem intervenção humana: o sujeito humano não aparece na cena da definição. Mas na edição de 1889-1891 e, em seguida, na de 1949-1959, tal forma de definição ou é substituída ou aparece em segundo plano em relação à de tipo científico que se introduz. Nesta apresenta-se uma classificação natural e uma descrição da árvore marcada por designações científicas. Percebem-se, assim, os índices de uma formação discursiva científica que se insere no dicionário. A edição de 1889-1891 traz algumas marcas desse discurso e a de 1949-1959 ainda mais, de maneira que ocorre o estabelecimento crescente dessa FD. Embora não apareça no verbete castanheiro, uma outra marca presente nas demais séries analisadas é a de marcação de domínio de especialidade. É regular a marcação do domínio da botânica (Bot.) nas séries de *mangueira*, *paineira*, *pinheiro* e *goiabeira*, o que atesta a delimitação de um lugar no interior do verbete para alojar o discurso científico. Um outro índice de discursividade está na citação literária que, a partir da edição de 1844, passa a ser utilizada. A citação do soneto de Camões aparece na edição de 1844 e é retirada na de 1949-1959. Nesta última, ao mesmo tempo em que é silenciado o sentido literário, surge um comentário de tipo enciclopédico. Desse modo, a literatura aparece em 1844 e estabelece-se nas edições posteriores. Finalmente, o verbete se torna, a partir das edições de 1889-1891/1949-1959, mais científico e enciclopédico e menos literário.

Nomes de animais: *urso*

- 1789: Substantivo masculino. Animal feroz, quadrúpede, peludo, de grandes unhas rombas. V. Usso.
- 1813: Idem.
- 1831: Substantivo masculino (do latim *ursus*). Animal feroz, quadrúpede, peludo, de grandes unhas rombas. V. Usso.
- 1844: Idem.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo masculino. Zool.: Gênero de mamíferos da ordem dos carnívoros, tipo da família dos ursídeos, que encerra animais de grande estatura, formas pesadas, cabeça terminada em focinho delgado e susceptível de se domesticar. Indivíduo feio e desairoso. Indivíduo muito metido consigo. V. Usso.
- 1949-1959: Substantivo masculino. Zool.: Gênero de mamíferos da ordem dos carnívoros, tipo da família dos ursídeos, que encerra animais de grande estatura, formas pesadas, cabeça terminada em focinho delgado e susceptível de se domesticar. Indivíduo feio e desairoso. Indivíduo muito metido consigo. Nome vulgar (Brasil) das larvas de inseto lepidóptero, da subordem do heteroneuros. Gíria. Indivíduo de pouco senso; imbecil. Fam. Indivíduo que é objecto de zombaria. Bras. Mandatário de assassinos. Adj. Falso.

Assim como na série de nomes de árvores, na série de nomes de animais ocorre uma repetição da forma da definição "natural" que vai desde a edição de 1789 até a de 1877. A partir da edição de 1889-1891, entra em cena o discurso científico, que em 1949-1959 assenta-se definitivamente.

Nas primeiras edições prevalece uma descrição natural do animal (*Animal feroz, quadrúpede, peludo, de grandes unhas rombas*). Em seguida, a partir da edição de 1889-1891, despontam a classificação naturalista e a descrição científica (*Gênero de mamíferos da ordem dos carnívoros, tipo da família dos ursídeos ...*). A marca de domínio de especialidade (Zoologia) é introduzida a partir da edição de 1889-1891, o que mostra o estabelecimento do discurso científico no interior do dicionário. Os comentários enciclopédicos também surgem a partir da edição de 1889-1891 e se acentuam em 1949-1959. Vemos, pois, que as regularidades presentes na série de *castanheiro* se repetem com relação à série de nomes de animais: os discursos científico e enciclopédico ganham terreno nas definições dos elementos naturais.

Nomes de partes do corpo: *cotovelo*

- 1789: Substantivo masculino. A ponta que se faz no meyo do braço, quando o cobrimos, e juntamos a mão ao seu hombro respectivo. § Figurativo: Coisa que tem essa figura: v.g.: "a rua faz um cotovelo", o rio com suas torturas, que faz ângulos ressaltados, ou salientes. Barros, D.L.L.4.c.7, segundo as

- enseadas, e cotovelos (da costa ao mar) se encolhem ou boião. § Pera de 7 cotovelos, que tem proeminências angulosas, ou angulares.
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Idem.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo Masculino. (Derivado do latim *cubilis*, do grego *kybilon*). O ângulo exterior do braço, no lugar em que se articulam o cúbito com o úmero; é a tuberosidade superior deste que forma a saliência do cotovelo. § Figurativo: Coisa que tem essa figura: v.g. : “a rua faz um cotovelo”, o rio com suas torturas, que faz ângulos ressaltados, ou salientes. Barros, D.L.L.4.c.7, segundo as enseadas, e cotovelos (da costa ao mar) se encolhem ou boião. Pera de sete cotovelos, que tem proeminências angulosas, ou angulares. § Dor de cotovelo, desconfiança, ciúmes.
- 1949-1959: Substantivo masculino. Anat. Parte exterior do braço que faz um ângulo saliente no sítio correspondente a articulação do úmero com o cúbito, protuberância exterior formada pela articulação do braço com o antebraço, ângulo saliente, esquina, canto. Nó da videira onde rebenta o cacho. Enseada em baía ou rio. Parte recurvada e cilíndrica da baioneta, em que a folha se liga ao alvado. Falar pelos cotovelos, falar muito. Dor de cotovelo, ciúmes.

Essa série apresenta regularidades que mostram períodos de estabilidade e alguns momentos de transformação dos sentidos. As partes do corpo são apresentadas, desde a primeira edição até a de 1877, como elementos observáveis pelo homem comum. A partir da edição de 1889-1891, passam a ser significadas por um olhar que não coincide com o homem comum e que pode ser identificado como o da posição do saber medical. Tal olhar se acentua na edição de 1949-1959, com a presença do discurso de especialidade da Anatomia.

A definição que permanece desde a primeira edição até a de 1877 apresenta uma descrição externa do “cotovelo”: *A ponta que se faz no meyo do braço, quando o cobrimos, e juntamos a mão ao seu hombro respectivo. A cena enunciativa dessa definição é construída com a presença de um sujeito cotidiano que observa o corpo e o descreve. A marca da presença desse sujeito está nos verbos “cobrimos” e “juntamos” em primeira pessoa do plural, o que aponta para as ações de um sujeito pessoal. Note-se também o vocabulário básico dos nomes do corpo humano e de caracterização da forma de objetos tais como observados externamente (ponta, braço, mão, ombro). Nenhuma menção é feita aí à parte interior do braço. Já na edição de 1889-1891, não aparece a primeira pessoa, que é substituída pela terceira pessoa do plural, acompanhada de um pronome indeterminado (se articulam): O ângulo exterior do braço, no lugar em que se articulam o cúbito com o úmero; é a tuberosidade superior deste que forma a saliência do cotovelo. Nessa definição, portanto, muda o modo de enunciação: desaparece a figura humana que observa o corpo e surge um olhar impessoal, em uma descrição sem marcas de uma primeira pessoa que enuncia. Podemos remeter esse olhar*

ao discurso da ciência que irrompe no dicionário, com as propriedades da impessoalidade, das formas descritivas e do vocabulário de especialidade (*ângulo, cúbito, humero, tuberosidade*). Por fim, na edição de 1949-1959, o discurso científico é ampliado na mesma direção com o acréscimo de termos técnicos e das explicações que consideram os elementos internos para interpretar a aparência externa: *Parte exterior do braço que faz um ângulo saliente no sítio correspondente a articulação do humero com o cúbito, protuberância exterior formada pela articulação do braço com o antebraço*. Saliente-se a marcação de domínio da *Anatomia*, que delimita um lugar para o discurso de especialidade.

A edição de 1949-1959 apresenta ainda duas modificações em relação às anteriores. Primeiramente quanto às citações. Até a edição de 1889-1891, temos a citação de uma frase de uso: "a rua faz um cotovelo" e de uma frase de Barros: "segundo as enseadas, e cotovelos (da costa ao mar) se encolhem ou bojam". Em segundo lugar, a marcação de domínio *figurativo*, presente até a edição de 1889-1891, é retirada na de 1949-1959. Assim, nessa edição, há um avanço do discurso científico e um recuo das citações literárias, bem como da indicação de sentido figurado. Note-se, porém, que nas edições de 1889-1891 e 1949-1959 é acrescentado o sentido de *dor de cotovelo*, como ciúmes, que não aparecia anteriormente. Desse modo, ao mesmo tempo em que o discurso científico avança quanto à descrição física, aparecem sentidos relacionados ao sujeito enquanto entidade psicológica: um sujeito das emoções.

Nomes de designações sociais: povo

- 1789: Substantivo masculino. Os moradores da cidade, villa ou lugar. Povo miúdo; a plebe, gentilha. Povo; nação, gente; V.g. O povo de Marte. O que tem os costumes, usos e credulidade do povo. V.g. "huns rumos povo": por vulgares, populares. "Achar os mares leite".
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Substantivo masculino. Os moradores da cidade, villa ou lugar. Povo miúdo; a plebe, gentilha. Povo; nação, gente; V.g. O povo de Marte. O que tem os costumes, usos e credulidade do povo. Povo diz-se mui propriamente dos habitantes de uma cidade, província, ou reino, em geral, e sem relação alguma a distinção de classes.
- 1858: Substantivo masculino. Idem.
- 1877-1878: Substantivo masculino. Todos os indivíduos que constituem uma nacionalidade tomados collectivamente: o povo portuguez, o americano. Os moradores da cidade, villa ou lugar. Povo miúdo; a plebe, gentilha. Povo; nação, gente; V.g. O povo de Marte. O que tem os costumes, usos e credulidade do povo. Povo diz-se mui propriamente dos habitantes de uma cidade, província, ou reino, em geral, e sem relação alguma a distinção de classes.
- 1889-1891: Substantivo masculino. Idem.
- 1949-1959: Substantivo masculino. Nome colectivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos as mesmas leis. Ant. Nome colectivo de todos os

indivíduos que constituem uma das classes primitivas da sociedade portuguesa. Aldeia ou lugarejo. Plebe. Fig.: Grande número, quantidade. Bras. Família. Pl. As nações.

Os verbetes de *povo* trazem sentidos ora de uma totalidade de moradores (*Os moradores da cidade, villa ou lugar*), ora de uma divisão social (*Povo miúdo; a plebe, gentilha*). Neste último caso, aparece como uma caracterização pejorativa de um grupo social. Apresenta-se ainda como equivalente de "nação", "gente". A partir da edição de 1844, é acrescentada a acepção de "habitantes de uma cidade, província, ou reino, em geral, e sem relação alguma a distinção de classes". Desse modo a contradição se instala no interior do verbete quando são mencionados na seqüência os sentidos da totalidade "sem distinção de classe" e os da caracterização de um segmento (*a plebe, gentilha*).

A partir da edição de 1877, a definição de *povo* passa a relacionar-se com a questão da nacionalidade: *Todos os indivíduos que constituem uma nacionalidade tomados colectivamente: o povo portuguez, o americano*. Há assim um deslocamento de *cidade* para *nação*. Isso vai de par com o contexto do século XIX, em que ganha espaço o discurso de formação e defesa das nacionalidades. Já no verbete de 1949-1959, o sentido de nacionalidade continua, mas então associado à questão das "leis": *Nome colectivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos as mesmas leis*. Vemos isso como um índice do discurso jurídico que passa a constituir o sentido de *povo*. E se, de um lado, *povo* como nacionalidade está relacionado com o discurso jurídico, de outro, o sentido de *povo*, como associado a *um povo* ("a sociedade portuguesa"), é delimitado e marcado como "Antigo". Observe-se ainda a marcação do domínio "Brasileirismo" que, ao instaurar o efeito de complementaridade do espaço brasileiro em relação ao português, traz o sentido de *família* para *povo*, deslocando-se assim o sentido jurídico e de nacionalidade para o sentido do contexto privado da família.

Verbos de ações sociais: doar

- 1789: Verbo ativo. Tratado forense. Dar alguma coisa a alguém, fazer doação. Ordem.
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Idem.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Verbo Transitivo (Do latim donare). Trat. Forens: Dar, transferir o domicílio d'alguma coisa a alguém, fazer doação. Ord.
- 1949-1959: Verbo transitivo. Fazer doação de, legar, transmitir gratuitamente a alguém os próprios bens.

A série apresentada demonstra que da primeira edição até a de 1877 há uma estabilidade do enunciado definidor (*Dar alguma coisa a alguém, fazer doação*). Nas edi-

ções de 1889-1891 e 1949-1959, ocorre a introdução de alguns elementos: *transferir o domicílio d'alguma coisa a alguém; legar, transmitir gratuitamente a alguém os próprios bens*. Tais acréscimos são o indício do avanço da formação discursiva jurídica no dicionário. Os termos jurídicos (*domicílio, bens, legar*) são explicitados e a definição ganha, na formulação, os contornos da fraseologia jurídica.

Verbos de estado/movimento: ser e permanecer

- 1789: Verbo Neutro. Existir. Deste verbo usamos para afirmar ou negar, que hum attributo existe em o sujeito. Eufr. 4. 5. ser de alguém: i. é. Seu criado, seu cativo, seu parcial, pessoa de sua obrigação. Ser exemplo a; servir de exemplo. *Barros: á manha serei de Lisboa: Estarei.*
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Verbo Neutro. (do italiano *essere*; do latim *esse*). Existir. V.g. Era meu mestre, foi muito douto. Deste verbo usamos para afirmar, ou, negar que um attributo existe em o sujeito. Ser de alguém, ou de alguma coisa, é, ser seu criado, ser cativo, ser parcial, pessoa de sua obrigação.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Idem.
- 1949-1959: Verbo Transitivo. Afirma no sujeito a existência de um atributo, para atribuir a alguém ou a alguma coisa uma qualidade, um modo de existir, ter a(s) qualidade(s) designadas pelo(s) objectivo(s) que determina(m) o verbo. Suceder, ocorrer. Indica o momento, o dia, o ano, a época. É verbo auxiliar conjugando com o particípio de outros verbos e, neste caso, representa a voz passiva.

A definição do verbo *ser*, desde a primeira edição até a de 1889-1891, coloca em cena um sujeito que “usa” (*usamos*) o verbo para estabelecer uma relação lógica (existência ou não de um atributo no sujeito). Nos exemplos aparece um discurso que tende a mostrar um sujeito ideologicamente passivo: *Ser de alguém, ou de alguma coisa, é, ser seu criado, ser cativo, ser parcial, pessoa de sua obrigação; Ser exemplo a; servir de exemplo; Barros: á manha serei de Lisboa*. A partir da edição de 1844 e até a de 1889-1891, surge a definição sinonímica (*Existir*), ao mesmo tempo em que é introduzido um exemplo que foge do discurso da passividade: *Era meu mestre, foi muito douto*. O verbo no pretérito indica que o sentido da passividade é colocado em um passado. Desse modo, mesmo mantendo os exemplos que trazem os sentidos da passividade, percebe-se já aí um deslocamento, uma resistência a esses sentidos. Tal deslocamento se acentua na edição de 1949-1959, quando os exemplos ligados à passividade são retirados. Note-se que o sentido da passividade, rejeitado como exemplo, aparece como sentido gramatical, mediante a distinção voz ativa/voz passiva.

Para compreendermos melhor os sentidos do verbo *ser* optamos por incluir no *corpus* a definição de *ser* como nome, visto que nela aparece a indicação de derivação do verbo *ser*. Observemos o verbete:

Ser:

- 1789: Substantivo Masculino. O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa. *O ser Supremo: Deus*; Ser, infinito verbal, é também um nome. Sujeito de si mesmo: "vosso natural não era serdes Pastora". Cam. Filod.
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Substantivo Masculino (do verbo ser). O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo Masculino (do verbo ser). O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa. Aquilo que é, que existe, ente. O ente humano.
- 1949-1959: Substantivo Masculino. Aquilo que é, que existe, ente. O ente humano. Essência, natureza, qualidade do que é. Existência, nascimento, vida. Qualidades físicas ou morais de uma pessoa.

Até a edição de 1831, a definição de *ser* (*O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa.*) é acompanhada de um exemplo do discurso religioso: *O ser Supremo: Deus*. Nota-se que *ser* é significado de início na forma de sinônimos abstratos (*o existir, existência*), em seguida como um ser divino, marcado com letra maiúscula (*Ente*), e, por fim, como uma *coisa* ou a *concepção* de alguma coisa como existente. Assim, o sentido vai do abstrato ao concreto e do divino ao humano.

A partir da edição de 1844, o exemplo religioso é retirado. A definição permanece, porém o discurso religioso é deixado de lado, ao menos como fórmula do dizer, como exemplo. Na edição de 1889-1891, além disso, aparece uma definição encabeçada por pronome indefinido (*aquilo que é, que existe, ente*), seguida de um exemplo ligado ao humano: *o ente humano*. Ocorre, como se vê, uma passagem, nos exemplos, do divino ao humano, ao passo que a definição com pronome indefinido produz um deslocamento do abstrato (*existência*) ao concreto (*aquilo que existe*). Tal processo se intensifica na edição de 1949-1959, quando a definição com pronome indefinido passa a figurar na primeira acepção. Além disso, são acrescentadas acepções com os sentidos de "nascimento" e "vida", bem como de *qualidades físicas ou morais de uma pessoa*. Podemos ver aí os indícios do discurso da biologia, da fisiologia e da moral, relacionadas com a caracterização do ser humano. Tais formações discursivas avançam, enquanto a formação discursiva religiosa (o ser divino) recua.

Analisemos a seguir o verbo *permanecer*.

Permanecer:

- 1789: Verbo Neutro. Durar, existir, aturar, conservar-se no mesmo estado: V. g. Ainda permanece esse tracto, esta amizade. Permanecer na obediência ao soberano. M.Lus. permanecer na opinião.

- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Verbo Neutro (do latim permanecere) Durar, existir, aliviar, conservar-se no mesmo estado: V. g. Ainda permanece esse tracto, esta amizade.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Verbo Neutro (do latim permanecere) Durar, existir, aliviar, conservar-se no mesmo estado: V. g. Ainda permanece esse trato, esta amizade. Permanecer nessa mesma opinião - insistir, durar nela, estar afincado.
- 1889-1891: Verbo Neutro (do latim permanecere) Durar, existir, aliviar, conservar-se no mesmo estado, lugar, opinião: V. g. Ainda permanece esse trato, esta amizade. Permanecer nessa mesma opinião - insistir, durar nela, estar afincado.
- 1949-1959: Verbo Intransitivo. Demorar-se em alguma parte. Perseverar. Ficar, conservar-se, durar. Manter-se no estado ou no lugar em que se encontra.

A definição de *permanecer* mantém-se inalterada da primeira edição até a de 1831. Assim como ocorre com o nome *ser*, prevalece nesse período o sentido da passividade, com o sinônimo *aturar* e a colocação *permanecer na obediência ao soberano*. O sentido de *opinião* aparece somente na última acepção. Nas edições de 1844 e 1858, o sinônimo *aturar* é substituído por *aliviar*. A colocação relativa à “obediência ao soberano” é apagada e surge a acepção *permanecer a amizade*. Nota-se nesse percurso a paráfrase: [aturar → aliviar → insistir], que mostra os sucessivos deslocamentos de sentido que vão da “passividade” à “amizade” e à “insistência”. Emerge assim, progressivamente, um sujeito de opinião e posicionamento, em detrimento da situação de obediência e passividade. Essa mudança pode ser remetida à passagem do sujeito religioso, ligado ao Estado absolutista, ao sujeito de direito na relação com seus “iguais” (“amizade”).

Conclusão: interpretação de redes

A análise mostrou que ocorrem transformações significativas em algumas reedições e explicitou as filiações discursivas que se depreendem da análise dos verbetes. Faremos agora uma reflexão final retomando as conclusões parciais de cada série e realizando a interpretação das redes, ou seja, do conjunto das séries.

As transformações mostradas constituem ora deslocamentos de sentidos, que não chegam a produzir rupturas profundas, mas que indicam transformações locais nas formações discursivas; ora rupturas que indicam o aparecimento de novas formações discursivas. De modo geral, podem-se notar processos discursivos que, de uma conjuntura a outra, fazem avançar algumas formações discursivas e recuar outras.

Algumas edições mostraram regularidades quanto à presença de marcas de ruptura nos discursos: são as edições de 1844, 1889-1891 e 1949-1959. Outras apontaram pequenos deslocamentos, como as de 1831 e 1877 e algumas mostraram maior estabilida-

de em relação às anteriores como as de 1813 e 1858. Quanto às rupturas mais significativas, mostramos que há uma passagem da formação discursiva religiosa à jurídica, do discurso que chamamos econômico-natural ao discurso da ciência, do discurso literário ao discurso científico-enciclopédico (sobretudo na edição de 1949-1959).

Podemos tecer algumas conclusões a respeito do conjunto dos domínios analisados. Os domínios de nomes de árvores, nomes de animais e partes do corpo humano apresentam um espaço discursivo que reúne a formação discursiva econômico-natural, a formação discursiva científica e a formação discursiva literária. Tais formações discursivas encontram-se em relação de substituição ou de complementaridade. O discurso utilitarista da FD econômico-natural prevalece nas edições iniciais, enquanto a FD científica prevalece nas duas últimas edições (1889-1891 e 1949-1959), esta vindo substituir ou complementar aquela. Enquanto isso, a FD literária vai ganhando espaço progressivamente, até ser substituída na edição de 1949-1959 pelo discurso científico-enciclopédico. Já os domínios de designações sociais, verbos de ações sociais e verbos de estado e movimento apresentam um espaço discursivo em que coexistem as formações discursivas religiosa, social, jurídica e também a literária. A FD religiosa prevalece nas primeiras edições. A partir da edição de 1844, e mais decididamente nas edições de 1889-1891 e 1949-1959, cede espaço para a FD social (significação dos segmentos sociais e da nacionalidade) e jurídica (relação com as leis, sujeito como origem de seus atos). A FD literária também aparece nesses domínios (citações, provérbios), assim como as colocações. Note-se que, nesse caso, a edição de 1949-1959 também substitui a FD literária pela científica e enciclopédica.

Nos verbetes de árvores e animais é marcante a passagem do discurso que chamamos econômico-natural ao discurso científico. Tal passagem pode ser localizada em uma regularidade freqüente: nas edições de 1889-1891 e 1949-1959 são inseridas definições de tipo científico, com a classificação das espécies e a descrição naturalista. Assim, a definição do tipo *que dá*, presente nas edições anteriores, é substituída por definições do tipo *árvore da família das...*. Por vezes, não chega a ocorrer uma substituição total, mas apenas um acréscimo, como em *castanheiro*, que antes apresentava somente a definição em *que dá: Árvore que dá castanhas*, e nas edições de 1889-1891 e 1949-1959 registra a definição científica em primeiro plano e a utilitária em segundo: *Árvore da família das amentáceas eupulíferas, que dá castanhas: há duas espécies, longáes e rebordaos*.

No domínio de nomes de partes do corpo humano também está presente o deslocamento do discurso natural ao discurso científico. Há aí uma transformação no modo de observação do corpo humano. Nas primeiras edições as partes do corpo são definidas da posição de um sujeito observador do corpo humano: uma posição que pode ser relacionada ao sujeito que observa cotidianamente o corpo, sua aparência externa, sem a mediação de instrumentos. A partir da edição de 1889-1891, surge a posição que remetemos ao saber medical, que observa os órgãos internos do corpo humano. Na edição de 1949-1959 aparece também a marcação do domínio da Anatomia, que atesta a estabilidade desse discurso no dicionário, delimitado em um espaço específico na estrutura do verbete.

Uma das marcas da passagem do discurso religioso ao jurídico está no deslocamento dos sentidos de "passividade" ao de "atividade". A passividade se mostra nas

situações de "obediência ao soberano", que podemos localizar no contexto histórico do Absolutismo, em que Estado e religião estão aliados. O verbo *permanecer* é um exemplo ilustrativo dessa passagem, em que se nota o deslocamento do sentido de *aturar* para o de *insistir*. Tal processo se apresenta também na análise de *ser*, em que se percebe o deslocamento do "ser divino" ao "ser humano", este último caracterizado como origem de seus atos. A passagem do religioso ao jurídico também se mostra nos verbos de designação social, como em *doar*, em que o sujeito de direito aparece de forma mais acentuada nas edições de 1889-1891 e 1949-1959, e também em *povo*, que apresenta na edição de 1949-1959 a definição que relaciona a nacionalidade com a lei. Note-se aí igualmente a passagem do discurso social ao discurso jurídico: o *povo* passa, de um conjunto total de moradores da cidade, a um ou outro segmento social e, finalmente, a um espaço nacional regulado por leis.

A análise da estrutura dos verbetes mostrou que há regularidades em alguns pontos e variações em outros. De início, os verbetes apresentam-se como um dicionário de língua, com a presença no início do verbete da marcação gramatical. Em seguida aparecem as definições, com as variações sintático-enunciativas que mostramos. As citações e os exemplos vão sendo introduzidos, principalmente a partir da edição de 1844. Na edição de 1949-1959, essas citações são retiradas e aparecem as marcações de domínio de especialidade, bem como de brasileiro, de maneira que os verbetes transitam da tendência literária para a tendência técnico-enciclopédica.

A amostragem analisada apresentou, assim, uma série de transformações nas reedições. Isso permitiu observar regularidades na constituição discursiva do dicionário de Moraes, os deslocamentos e as variações entre domínios e no interior de um mesmo domínio. Possibilitou, enfim, compreender a historicidade das definições e dos outros mecanismos inseridos na estrutura do verbete. As regularidades apontadas permitiram mostrar os percursos de sentidos de algumas formações discursivas, demonstrando que as transformações discursivas do dicionário estão relacionadas com o jogo das FDs em determinadas conjunturas.

HORTA, J. H.; SELIGMAN, K. Lexicographic discourse: the reeditions of the *Dicionário da língua portuguesa* by Moraes. *Alfa*, v.47, n.1, p.37-51, 2003.

■ **ABSTRACT:** *This paper presents a discourse analysis of a sample of entries from the first edition and some of the reeditions of the Dicionário da língua portuguesa, by António de Moraes Silva (1789, 1813, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889). The theoretical approach is based on the French Discourse Analysis and on the History of Linguistic Ideas. The corpus includes entries of names of trees, names of animals, names of parts of the body, verbs of state and movements and verbs of social actions. We show the discourse transformations, the ruptures, the displacements of sens from one edition to another and we explicit the historicity of definitions and the configuration of the discursive formations.*

■ **KEYWORDS:** *Discourse analysis; dictionary; definition; lexicography; Portuguese.*

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *A Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, S.; MAZIÈRE, F.; ORLANDI, E. P. *L'hyperlangue brésilienne*. Paris: Larousse, 1998: (Langages, n.130).
- BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v., 2 supl.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DELESSALE, S.; VALENSI, L. A palavra *Nègre* nos dicionários franceses do antigo Regime: história e lexicografia. *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*, Campinas, SP, n.8, p.9-42, mar. 2002.
- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p.47-59.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 4.ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 5.ed. aperfeiçoada, e acrescentada de muitos artigos novos, e etymologias. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1844.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 6.ed. melhorada, e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1858.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 7.ed. melhorada, e muito acrescentada com grande número de termos novos usados no Brasil e no portuguez da Índia. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877-1878.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. [8.ed.] Nova edição rev. e melhorada. Rio de Janeiro, Lisboa: Emp. Litteraria Fluminense, 1889-1891. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado. [Repr. fac-similada da edição de 1813: Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira]. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922.
- _____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. rev. corr. aum. atualizada ... por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. Lisboa: Confluência, 1949-1959.
- VERDELHO, T. Uma breve história da lexicografia portuguesa. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes, 2002.

DICIONÁRIOS DO PORTUGUÊS: DA TRADIÇÃO À CONTEMPORANEIDADE

Maria Tereza Camargo BIDERMAN¹

- RESUMO: Este artigo expõe uma visão panorâmica sobre dicionários no mundo latino, focalizando a produção lexicográfica em Língua Portuguesa, particularmente os dicionários gerais da língua. Depois de historiar rapidamente os primórdios da dicionarística na tradição ocidental, descreve, em linhas gerais, as primeiras grandes obras lexicográficas em Português. Discorre, a seguir, sobre o início da produção lexicográfica no Brasil. No último item, este estudo examina a lexicografia em língua portuguesa na contemporaneidade, analisando e criticando quatro dicionários gerais do Português contemporâneo, sendo três brasileiros – o *Aurélio* (FERREIRA, 1999), o *Houaiss* (2001), o *Dicionário de usos* (BORBA, 2002) – e um português, o *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa* (DICIONÁRIO..., 2001).
- PALAVRAS-CHAVE: Dicionários; lexicografia em língua portuguesa; tradição lexicográfica; dicionários gerais do português; dicionários contemporâneos do português.

1 O papel do dicionário na sociedade

O léxico de uma língua natural registra o conhecimento do universo na forma de palavras. Ora, o tesouro vocabular de um idioma constitui um conjunto de dimensões indeterminadas. De fato, o número total de palavras de uma língua de civilização pode atingir uns 500.000 vocábulos ou mais. Além disso, sendo um conjunto aberto, novas palavras são criadas continuamente pelos usuários, especialmente os mais cultos e mais criativos, e também pelos cientistas (as terminologias científicas), embora qualquer falante possa contribuir para a geração lexical.

Por outro lado, como afirma Lara (1992, p.20), “o dicionário representa a memória coletiva da sociedade e é uma de suas mais importantes instituições simbólicas”. E

¹ Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – UNESP Endereço eletrônico: mtbider@attglobal.net.

como diz Rey (1994, p.xvii), "o dicionário ... constitui o acervo e o registro das significações que nossa memória não é capaz de memorizar".

O dicionário é também e sobretudo um produto lingüístico; constitui "o resultado de uma infinidade de atos verbais que, na experiência social, desligaram-se de seus atores" (LARA, 1992, p.20) para passar a fazer parte do patrimônio cultural coletivo, especialmente o que foi dito inteligentemente no seio dessa sociedade. O conjunto dos usos sociais da língua estão refletidos no dicionário.

Além disso, o dicionário descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua – a língua culta e escrita. Só circunstancialmente registra os padrões subcultos, ou desviantes da norma padrão, tais como os usos dialetais,² populares, gíriáticos. Dessa forma o dicionário convalida e promove a linguagem aceita e valorizada em sua comunidade.

2 O dicionário na tradição ocidental: primórdios

Com a invenção da imprensa e sua popularização na Europa iniciou-se a produção de dicionários no século XVI.

Os primeiros dicionários eram glossários bilíngües latino-vernáculos. Nessa época em que o processo de globalização estava em seus primórdios, os estados, que se constituíam na Europa, intensificavam seus contatos recíprocos. Na cultura humanista do Renascimento os dicionários passaram a desempenhar um papel importante.

A interação dos diversos povos europeus motivou a produção de muitos dicionários bilíngües e até multilíngües para servir à comunicação de nações de culturas e línguas diferentes.

Pouco a pouco, a hegemonia exercida pelo latim foi sendo substituída pela crescente valorização dos vernáculos, especialmente os de origem latina. A compilação de vocabulários monolíngües dessas línguas para a produção de uma obra de cunho pedagógico iniciou-se na Itália, no século XVI. A requintada corte dos Médici em Florença atribuía grande importância à literatura e ao cultivo das artes, suscitando a aparição dos primeiros vocabulários da língua vulgar que passaram a ser valorizados *per se*. Os primeiros vocabulários da língua vulgar basearam-se nos autores fundadores da Literatura Italiana – Dante, Petrarca e Bocaccio –, considerados por esses dicionaristas pioneiros como suprema autoridade em matéria de língua. O primeiro dicionário abrangente da língua italiana é o *Vocabulario Della Crusca*, de 1612; pioneiro também enquanto dicionário acadêmico, o da *Accademia Della Crusca* (VOCABOLARIO..., 1612), de Florença. Fundamentando nos "melhores e mais nobres autores antigos", apresentava-se como obra normativa para aqueles que desejavam escrever bem a língua italiana.

Na Espanha do século XVI, período em que se consolida a unificação política espanhola sob os reis católicos, o Renascimento universalizou o humanismo, as letras e

² "Usos dialetais" foi empregado para referir palavras e acepções de uso regional, circunscritos a algumas regiões.

as artes; os estudos clássicos se instalaram nas universidades, sobretudo na Universidade de Salamanca. Uma grande efervescência cultural tomou conta da sociedade. A popularização da imprensa divulgou rapidamente as grandes obras do passado e do presente. Foi então que intelectuais e grandes humanistas espanhóis publicaram obras como o *Vocabulário universal* de Alonso de Palencia (1490) e Antonio de Nebrija suas obras-marco: os *Vocabulários Latino-Espanhol & Espanhol-Latino* e sua gramática do espanhol (cf. NEBRIJA, 1545), dando ao castelhano o estatuto de uma língua de civilização³ que podia competir com o latim.

Na França, a fundação da Academia Francesa pelo Cardeal Richelieu em 1635 tinha como principal *desideratum* a defesa da pureza e da perfeição da língua francesa. A Academia nasceu com a missão de elaborar um dicionário da língua francesa, que seria um tesouro do idioma e representaria uma autoridade lingüística, bem ao estilo daqueles tempos de governo monárquico autoritário. A primeira edição do dicionário da Academia Francesa em 1694 (DICTIONNAIRE..., 1694) constitui uma marco na história do francês. O fato importante a assinalar é a institucionalização de uma entidade com foros de autoridade lingüística – a Academia de Letras – para zelar pela língua. O dicionário é investido da autoridade de guardião da língua. Aliás, várias culturas latinas herdaram esse vezo ideológico não só com respeito às academias literárias e sua função cultural, mas também com relação aos dicionários. Instituiu-se assim o princípio da autoridade lingüística do dicionário na sociedade.

3 Primeiras grandes obras lexicográficas em português

3.1 No mundo de língua portuguesa, apesar de várias obras lexicográficas de menor alcance nos séculos XVI e XVII, o primeiro dicionário realmente digno do nome é o do Padre Rafael Bluteau (*Vocabulário português e latino*, 1712-28, 8v. e 2 supl.), obra monumental sobretudo para o seu tempo. Embora seja um dicionário bilíngüe (português-latim), a parte relativa ao português é praticamente uma descrição do léxico português daquela época.

Vale a pena lembrar uma afirmação de Bluteau (1712) em seu “prólogo ao leitor⁴”: “não temos outra prova da propriedade das palavras, que o uso dellas, & deste uso não há evidência mais certa, & permanente, que a que nos fica nas obras dos Autores, ou manuscritos ou impressos”.

Mostra, assim, clara consciência da importância da documentação escrita para registrar os usos das palavras. Bluteau (1712) considerou fundamental documentar esses usos e os significados das palavras com abonação de autores, indicando detalha-

3 Convém lembrar a hegemonia exercida pelo latim no contexto sociocultural do século XVI. Até então só o latim tinha prestígio universal no Ocidente. De fato, o latim era considerado a única língua a ser adotada como veículo universal para as ciências e as artes, sobretudo nos grandes centros de saber da época, as universidades.

4 Cf. o primeiro volume de *Bluteau* (1712), *Catalogo alphabetico, topographico e chronologico dos autores portuguezes, citados pella mayor parte nesta obra...*

damente a referência, o que é uma novidade para o início do século XVIII. Ele é um típico representante da cultura humanista de seu tempo.

O *corpus* com que Bluteau (1712) trabalhou totalizava 406 obras, aproximadamente, de autores dos séculos XVI a XVII.

O dicionário de Bluteau (1712) tem caráter enciclopédico, dando muitas informações em cada um de seus verbetes, além de indicar quando o termo procede de terminologias científicas.

Mais tarde Antônio de Morais Silva elaborou o mais importante e célebre dicionário do português (SILVA, 1813) dos inícios de nossa tradição lexicográfica. A primeira edição do *Morais* de 1789 (SILVA, 1789) foi considerada pelo autor uma mera compilação do dicionário de Bluteau (1712), razão por que não lhe após seu nome. Ele afirma que apenas extraiu do dicionário bilingüe de Bluteau (1712) o vocabulário português. A segunda edição de 1813 pode ser considerada a edição *princeps* do *Morais*. Esse dicionário se baseou num *corpus* de 203 autores dos séculos XVI a XVIII como fonte de referência.

Constitui obra de grande fôlego para a época, embora contenha nomenclatura de apenas aproximadamente 40.000 verbetes. Morais sempre indica suas fontes documentais nos verbetes. Redigiu uma introdução em que explicou como confeccionou seu dicionário. Uma característica deste dicionário é o empenho do autor em fazer descrições precisas dos referentes e dos conceitos.

Podemos considerar o *Morais* (SILVA, 1813) como um dicionário de língua, registrando o vocabulário mais usual na língua escrita e oral do seu tempo. Um aspecto digno de nota: o *Morais* (*ibidem*) indica diferentes níveis de linguagem, se necessário, e as variações lingüísticas das palavras.

Em cada verbete deste dicionário, ao lado da entrada, indica-se a classe gramatical a que pertence a palavra. Vem, a seguir, a definição com exemplos tomados a autores, com indicação completa da referência: obra, capítulo, tomo, página etc. Os verbetes do *Morais* (SILVA, 1813) são mais bem estruturados e mais claros do que os de Bluteau (1712). Além disso, o *Morais* (SILVA, 1813) registra também os diferentes níveis de linguagem, isto é, se a palavra é vulgar, familiar, obscena, gíria, regional etc.

O registro de termos científicos, conforme a ciência da época, é outro aspecto importante do *Dicionário* de Morais (*ibidem*). Assim, quando pertinente, indicam-se os domínios do conhecimento: astronomia, anatomia, botânica, aritmética, arquitetura, farmácia, física, geografia, geometria, medicina, matemática, música, náutica etc.

Durante todo o século XIX e mesmo no século XX, o *Morais* constituiu uma referência lexicográfica fundamental da língua portuguesa, podendo ser considerado a primeira codificação abrangente do léxico português.

Ao longo do século XIX foram publicadas várias edições de *Morais*, com a adição de novos verbetes e alterando-se bastante a obra original desse autor (*ibidem*). Até mesmo na 3ª edição (SILVA, 1823) em que ele trabalhara muito, e que foi publicada após sua morte. A última edição do *Morais* – a 10ª – (SILVA, 1949) é uma obra já extremamente distanciada da original e, a rigor, nem deveria ser batizada com o nome de Morais. Trata-se da versão dirigida por José Pedro Machado e publicada pelo Editorial Confluência, 1949-1957, em doze volumes.

No século XIX duas outras obras lexicográficas merecem destaque: primeiro, o *Grande dicionário português* ou *Tesouro da língua portuguesa*, de Frei Domingos Vieira (1871-1874); segundo, o *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* de Caldas Aulete (1881). O dicionário de Vieira (1871) gozava e goza de reputação merecida. Registra uma ampla nomenclatura; em geral define bem as palavras; inclui um grande número de locuções, combinatórias, expressões idiomáticas e provérbios, além de abonações das palavras-entrada. A despeito de registrarem etimologias e muita informação, os verbetes poderiam ser melhor organizados e de modo mais sistemático. O *Aulete* (1881) possui muitas qualidades, podendo ser considerado um dicionário moderno para o seu tempo; registra sobretudo a língua da época da sua confecção, descartando arcaísmos. São boas as suas fontes documentais. Contudo, nas abonações, o *Aulete* (1881) só indica o autor, negligenciando informações importantes como o registro da fonte (obra), data da edição e página. Geralmente as definições são adequadas e a ordenação das acepções também.

Outro dicionário famoso, do século XIX, é o *Cândido de Figueiredo* (*Novo dicionário da língua portuguesa*) cuja primeira edição é de 1899. Seu autor pretendia ter elaborado o mais completo dicionário do português, pois gabava-se de ter incluído regionalismos de todos os territórios onde se falava o português no mundo (FIGUEIREDO, 1899). Contudo, apesar da extensão do repertório registrado, o dicionarista não teve muito cuidado em suas pesquisas sobre suas fontes documentais. A obra padece de sérios defeitos e contém até impropriedades graves. A nomenclatura é muito extensa, pois inclui muitas palavras raras. A microestrutura do verbete é bastante simples e, às vezes, as definições são ruins e até erradas. Esse dicionário teve muitas edições, embora não merecesse o grande prestígio que lhe foi atribuído.

Na primeira metade do século XX convém ressaltar algumas edições do *Morais*, do *Cândido de Figueiredo*, do *Aulete*.

3.2 Início da produção lexicográfica no Brasil. Desde a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), Machado de Assis programara a elaboração de um vocabulário de brasileirismos. Em 1926-1927 a ABL começou a imprimir e rever a primeira parte desse trabalho, que não chegou a ser publicado. Posteriormente houve tentativas frustradas de retomar o empreendimento.

Laudelino Freire apresentou um projeto de dicionário à Academia, lembrando aos acadêmicos que todas as grandes academias européias – a italiana e a francesa – tinham estabelecido como sua obra máxima a elaboração de um dicionário da língua. Como o projeto da ABL se desenvolvia lenta e precariamente, Laudelino decidiu elaborar um dicionário do português e montou sua equipe para tal fim. O *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, organizado por Laudelino Freire, foi publicado no Rio de Janeiro de 1939 a 1944. Organizado em cinco volumes, o dicionário (FREIRE, 1939) prima pela riqueza vocabular, com a inclusão de muitas locuções e expressões, neologismos e termos técnicos, além de outras qualidades como numerar as acepções das palavras-entrada. Entre outros problemas apresenta o de não ter cuidado com a inclusão de vocábulos meramente virtuais e não documentados na língua. Na Introdução de seu dicionário, diz Laudelino Freire que "o Brasil, país civilizado e de vida mais

que quatro vezes secular, ainda não possui o seu dicionário, sendo um dos poucos ou talvez o único nestas condições” (FREIRE, 1939, p.xiv).

Embora o *Grande e novíssimo dicionário* (FREIRE, 1939) buscasse preencher uma lacuna cultural brasileira, de fato tentou atender a consulentes do Brasil e de Portugal, ignorando o problema posto pelas divergências existentes entre as duas variedades do português, tanto no domínio lexical, no qual elas são mais abundantes, como também no gramatical e sintático. Laudelino Freire indicou os vocábulos usados em Portugal como lusitanismos, bem como os do português da África e da Ásia, considerando que fazia um dicionário para brasileiros. Esse dicionário (FREIRE, 1939) tentou padronizar a ortografia, problema extremamente sério para as sociedades de língua portuguesa naquela época, dado o caos ortográfico em que se vivia. Não obteve grande sucesso e não chegou a uma segunda edição.

Entretanto, a ABL ainda não produziu o seu dicionário, um dos objetivos de sua fundação. Em 1940 a Academia incumbiu Antenor Nascentes da elaboração desse dicionário. Foi escolhido como modelo o *Diccionario de la Real Academia Espanhola* (Drae). Em 1943 Nascentes entregou o manuscrito à ABL, o qual foi aprovado para publicação. Passaram-se ainda anos até que esse dicionário fosse publicado – 1961-1967 – em cinco volumes.

A nomenclatura do dicionário de Nascentes (1961), ou da Academia Brasileira de Letras, totaliza aproximadamente 100.000 verbetes. Não há abonações nos verbetes; quando necessário para o entendimento da definição, o dicionarista criou exemplos, que são, porém, raros. Apesar das muitas qualidades desse dicionário, ele também não teve grande fortuna. Primeiro, porque foi publicado muitos anos depois de concluído e não há nada que envelheça mais do que o léxico; segundo, porque resultou em obra volumosa e o público comprovadamente prefere compulsar uma obra lexicográfica em apenas um volume e que lhe custe menos.

3.3 Relativamente à descrição do léxico brasileiro, na verdade, nenhum desses dicionários havia-se desincumbido dessa tarefa.

Durante séculos o léxico do português brasileiro tivera a língua falada como suporte. A fixação da variedade brasileira do Português foi um processo lento que abrangeu séculos. Na verdade, as grandes obras lexicográficas do século XIX retrataram apenas o português europeu.

Convém lembrar que o português do Brasil (PB) é essencialmente a mesma língua de Portugal. As características lingüísticas típicas do PB situam-se no plano da *norma* e não do *sistema*. Entretanto, é no léxico que o português do Brasil mais se distingue do português europeu.

Somente em 1938 o português brasileiro passou a contar com um dicionário que registrou seu patrimônio lexical: o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP), obra modesta e de porte reduzido. É importante lembrar aqui que o dicionário é um instrumento indispensável e imprescindível na fixação do léxico de uma língua e ferramenta básica na consolidação de uma língua escrita e literária.

Pela primeira vez, pois, o PDBLP (PEQUENO..., 1938) documentou a norma lingüística do Brasil e seu vocabulário. Esse dicionário teve um sucesso extraordinário para a época, constituindo-se num *best-seller* no Brasil atrasado e rural de então. Até a 3ª edição de 1942 vendeu 100.000 exemplares. Nessa edição Aurélio Buarque de Hollan-

da Ferreira aparece como colaborador e redator. A partir da 6ª edição do PDBLP, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira passou a ser seu principal editor, tendo trabalhado intensamente em todas as suas edições sucessivas. O PDBLP teve onze edições, sendo a última de 1967; sua carreira gloriosa foi interrompida quando a ditadura militar fechou a Editora Civilização Brasileira, que o publicava. Esse desastroso feito do arbítrio político deixou os brasileiros novamente órfãos de um porta-voz da sua variedade lingüística. Tal lacuna dicionarística possibilitou a Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira publicar seu dicionário em 1975, obra essa que iniciou também uma carreira de sucesso, em grande parte por não ter nenhum concorrente de peso naqueles anos em que o Brasil já se tornara uma nação moderna e carecia tremendamente de um dicionário para preencher suas necessidades básicas de fornecer um padrão lingüístico e lexical e, mais ainda, um padrão ortográfico.

4 A lexicografia em língua portuguesa na contemporaneidade

Nesta última parte, serão comentados os quatro dicionários gerais do português contemporâneo: o *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999), o *Houaiss* (2001), o *Dicionário de usos* (BORBA, 2002) e o *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001).

4.1 Um dos problemas do dicionário *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) é a falta de fundamentação teórica de natureza lingüística e lexicológica. Existem propriedades na identificação de lexias complexas e nas subentradas dos verbetes. De fato, as fronteiras entre uma unidade lexical complexa e um sintagma discursivo livre são muito difusas, pois a lexicalização das unidades complexas não se verifica de modo uniforme. Para melhor explicitação desse argumento, cito trabalho meu não-publicado, *A unidade lexical e o lema do dicionário de língua*:

Nas realizações discursivas (orais e escritas) as fronteiras entre uma unidade lexical complexa e um sintagma discursivo são difusas. Existe toda uma gama de soldadura entre os elementos de uma seqüência lingüística. Ocorre um processo de cristalização dessas seqüências discursivas que pode desaguar naquilo que chamaremos de *lexia complexa*. Assim, podemos identificar lexias complexas cujos elementos componentes estão perfeitamente soldados, e outras com um forte índice de coesão interna. Quase poderíamos afirmar que a freqüência do uso vai dando aos falantes um forte sentimento de cristalização da seqüência discursiva ...

O fenômeno da *lexicalização* das unidades complexas não se verifica de modo uniforme. Os falantes discordam quanto ao grau de cristalização dessas unidades, máxime os grupos profissionais, usuários das linguagens especializadas.

Como o léxico é um conjunto aberto

As combinatórias lexicais discursivas podem deixar de ser meras combinatórias freqüentes de unidades léxicas para se converterem em novas unidades do léxico da língua. (BIDERMAN, 2000)

Além disso, uma vasta gama de ambigüidades se origina na ortografia, conservadora e inconsistente, uma vez que muitas unidades complexas já categorizadas em lexias complexas são grafadas como se fossem várias unidades.

Assim, por exemplo, na entrada/verbo *água*, o *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) inclui como subentradas: *água benta*, *água destilada*, *água mineral*, *água oxigenada*, *água potável*, o que procede, uma vez que tais unidades léxicas são, de fato, variações de uma entidade designada como *água*. E o dicionarista distingue, com pertinência, como entradas separadas: *água-de-colônia*, *água-de-coco*, considerando-as unidades léxicas distintas. Isso faz sentido, uma vez que *água-de-coco* e *água-de-colônia* não são modalidades de *água*.

Há outros casos, porém, em que o dicionarista deveria ter dado entrada separada para sintagmas lexicalizados (palavras compostas) que designam conceitos bastante distintos e já distanciados da base lexical de que derivam. É o caso de: *ar-condicionado*, *assistência social*, *folha corrida*, por exemplo. Essas unidades léxicas complexas derivam de *ar*, *assistência* e *folha*; porém, no atual estado sincrônico do português, constituem unidades léxicas autônomas, devendo ser-lhes dado o estatuto de palavras distintas que compõem o acervo vocabular da língua; logo, devem integrar a macroestrutura do dicionário.

Basta opor tais decisões a outras soluções diferentes em que Aurélio (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) deu entrada a palavras compostas considerando-as verbetes: *capim-açu*, *capim-amargoso*, *capim-bambu*, *capim-guiné*, *castanha-do-pará*, *castanha-do-maranhão*.

Há também incoerência no uso do hífen, pois ora o dicionarista grafia a unidade complexa com hífen, ora sem hífen.

Outros problemas surgiram de Aurélio (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) ter-se curvado ao peso da tradição lexicográfica, dando entrada individual a palavras desaparecidas de há muito no uso da língua. É o caso de verdadeiros fósseis lexicais como *guisa*, *soslaio*. Ora, tais vocábulos não existem mais no português contemporâneo – são palavras mortas. Assim, o dicionarista deveria ter considerado *à guisa*, *de soslaio* como entradas da nomenclatura, visto como são esses advérbios, ou locuções adverbiais, que perduram na língua moderna.

Outra inadequação de Mestre Aurélio: a não-discriminação de muitos homônimos hoje indiscutíveis no português moderno. Por ter tomado como modelo o *Diccionario de la Real Academia Española* (DICCIONARIO..., 1956), considerou como homônimos apenas palavras de étimo diferente. A dicionarística moderna prefere tratar como homônimos palavras de forma idêntica mas cujo significado está tão distanciado que não possuem mais semas comuns, mesmo se, no passado, esses vocábulos tiveram uma mesma origem. É o caso de *banco*, *barbeiro*, *bote*, *cabo*, *canal*, *estado*, *montar*, *ponto*, *renda*, *trevo* etc. Em alguns casos o dicionarista distinguiu os homônimos, como em *banco*, *cabo*, *renda*; mas em outros, não.

A edição de 1986, que é, de fato, a última edição do *Aurélio* (FERREIRA, 1986), visto como o *Aurélio do século XXI* (FERREIRA, 1999), já não foi obra de Mestre Aurélio, que já havia morrido. Não me parece que se deveria adulterar o dicionário usando o mesmo nome, como fez a editora, seguindo atitudes similares de editores do passado que assim agiram com o *Morais* (SILVA, 1813). A edição de 1986 (FERREIRA, 1986) contém 115.243 verbetes. Essa nomenclatura inclui um significativo número de neologismos e estrangeirismos, de termos técnico-científicos, de palavras desusadas e obsoletas, de vocábulos literários raros, muitos lusitanismos e ainda um número imenso de regiona-

lismos do Brasil, os quais Aurélio marcou como *brasileirismos*, num total de 24.632. Geralmente o dicionarista registrou a região do país em que o vocábulo seria usado. Carece, porém, de critério nesse caso também. Não indicou nenhuma de suas fontes documentais em que teria colhido tais regionalismos. Ora, os glossários e os vocabulários de regionalismos publicados no Brasil, nos séculos XIX e XX, com poucas exceções, não são fidedignos. Seja como for, Mestre Aurélio jamais registrou suas fontes de recolha, o que seria indispensável para um dicionário geral da língua com autoridade.

4.2 O dicionário *Houaiss* (2001) revela desconhecimento da Teoria Lexical, Gramatical e Lingüística.

Um exemplo é o tratamento dado a unidades menores que a palavra como *morfemas derivacionais* e *elementos de composição*. Embora os dicionários modernos incluam, e com razão, esse tipo de formantes de palavras, importa que os dicionaristas tenham bem claros e definidos tais conceitos. Não é o que ocorre no *Houaiss* (2001), sendo discutível a inclusão, nesse dicionário, de muitas unidades como *elementos de composição* em desacordo com a Teoria Lexical. No *Houaiss* (2001) há inúmeros deslizes, incluindo-se um número imenso de pseudo-elementos de composição. De fato, muitas vezes são aí incluídos como *elementos de composição* pseudomorfemas que não podem ser assim categorizados. Exemplos: *deix-*, *desequ-*, *desentros-*, *eleit-*, *envid-*, *fabr-*, *lobreg-*, *mend-*, *nomo-*, *-oivar*, *plant-*, *pot-*, *prec-*, *put-*, *reboc-*, *senh-*, *simetr(i/o)-*, *temper-*, *trib-*. Tais segmentos não têm autonomia. Em muitos casos trata-se de raízes ou radicais. Mas não são *elementos de composição*.

É verdade que a questão das fronteiras entre a composição e a prefixação é controversa. Contudo, os exemplos citados e centenas de outros não podem ser classificados nem como prefixos, nem como elementos de composição.

No *Houaiss* (2001), a **nomenclatura** inclui um número imenso de criações virtuais que não estão documentadas. Alguns exemplos: *abrenunciar*, *açafatar*, *diluviar*, *dobragem*, *doidaria*, *enfastiadiço*, *enfatismo*, *faxinal*, *feriar*, *feriável*, *gênito*, *imiscível*, *impolítica*, *impolítico*, *inesculpido*, *manducação*, *manducativo*, *manducável*, *martelejar* etc. Como afirmamos, no início, citando Lara (1992) e Rey (1994), o dicionário representa a memória coletiva da sociedade, recolhendo o acervo e o "registro das significações que nossa memória não é capaz de memorizar" (REY, 1994, p. xvii).

Muitas das contrafações do *Houaiss* (2001) derivam do fato de que ele recolheu sua nomenclatura em vários dicionários gerais do português que o precederam, os quais careciam de rigor na seleção das palavras-entrada.

Na ciência dicionarística contemporânea considera-se que uma palavra faz parte do patrimônio léxico da língua se ela tiver sido usada num determinado número de vezes por diferentes falantes e tiver ocorrido em mais de um tipo de gênero. De fato, o dicionário deve recolher e registrar o vocabulário em circulação na comunidade dos falantes (em geral os mais educados, mas não apenas) documentando essa *norma lingüística* de significados e usos, que não são necessariamente literários, podendo ser, por exemplo, textos jornalísticos.

Houaiss (2001) declarou em seu prefácio que seu dicionário inclui todos os regionalismos brasileiros, a grande maioria dos portugueses, bem como vocábulos regionais de todos os países de fala lusófona. Isso é, no mínimo, um exagero. Acresce que não são indicadas suas fontes documentais de regionalismos. No que respeita ao Por-

tuguês do Brasil, fica evidente que sua fonte de recolha foi o dicionário *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986), cujas limitações nesse particular já foram comentadas. Cabe ressaltar que o problema dos regionalismos ainda não foi examinado com o rigor que essa matéria requer. Seria necessária uma pesquisa de campo em todos os recantos do Brasil para poder dirimir dúvidas em relação às precárias fontes documentais existentes e restabelecer a verdade lexical.

Quanto a palavras *obsoletas*, existe uma pletera de arcaísmos no *Houaiss* (2001). No capítulo "**etimologia** e história das palavras", os autores do dicionário reivindicam como uma marca de superioridade do *Houaiss* (2001) sobre os dicionários contemporâneos do português o tratamento dessa questão, o que é questionável. A língua portuguesa não possui estudos confiáveis sobre a história de seu léxico em seu conjunto para que se possam fazer afirmações categóricas sobre a origem e a evolução de um número considerável de palavras do nosso vocabulário.

Em suma, para o português do Brasil, o *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) continua sendo um dicionário mais coerente e de melhor qualidade técnica que o *Houaiss* (2001).

Muitas das deficiências detectadas no *Aurélio* (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) e no *Houaiss* (2001) com relação à nomenclatura do dicionário resultou de não terem eles se fundamentado em um *corpus* de textos para documentar e autorizar a seleção das palavras-entrada, isto é, dos lemas de sua macroestrutura. A dicionarística moderna se baseia em um *corpus informatizado de referência* para a extração e a seleção das entradas (lemas) do dicionário. Em se tratando de um grande dicionário geral da língua, esse *corpus* precisaria ter grandes dimensões e ser muito diversificado para pretender representar o acervo lexical da língua.

4.3 O *Dicionário de usos do português do Brasil* (DUP), elaborado por F. S. Borba (2002) e outros docentes da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, baseou-se em um *corpus* de língua escrita de mais de 70 milhões de palavras do português brasileiro contemporâneo de 1950 a 1997. Esse *corpus* caracteriza-se por ser muito diversificado e muito representativo da variedade brasileira contemporânea, incluindo todos os tipos de gênero. O dicionário (BORBA, 2002) totaliza aproximadamente 62.000 verbetes e mais de 125.000 acepções. Uma de suas características é documentar cada significado e/ou uso da palavra-entrada com contextos recolhidos no *corpus*. Por essa razão representa, de fato, um retrato do português brasileiro como está sendo usado pelos usuários da língua hoje.

O modelo teórico em que se fundamenta é o da *gramática de valências*. O enfoque sintático-semântico não foi uma decisão muito acertada, sobretudo porque os usuários comuns não têm tais conhecimentos lingüísticos. Além disso, o verbete ficou sobrecarregado com informações gramaticais, dificultando a leitura e a compreensão do mesmo verbete. É verdade que, no caso do verbo, o velho modelo classificatório de verbos em transitivos, intransitivos etc. possui grandes limitações, e não dá conta dos dados lingüísticos. Seja como for, o modelo adotado não ajuda muito o consulente leigo em Lingüística. Outros classificatórios adotados para os nomes, como por exemplo humano/não-humano e contável/não-contável, não acrescentaram muito à descrição do uso das palavras, sobretudo porque tais classificações não foram praticadas de modo sistemático, faltando em numerosos casos. Do ponto de vista da Teoria Lexical,

também não considero boa a decisão de ignorar com frequência o fenômeno da *homonímia*, sobretudo a homonímia de tipo categorial. Assim, substantivos e adjetivos, verbos e substantivos homônimos têm um único lema como entrada; os distintos valores semânticos são arrolados como acepções diferentes de uma mesma unidade lexical considerada, portanto, como polissêmica. Assim, considerou-se *frio* adj. / *frio* Nm. como um só lema, isto é, uma unidade lexical. Igualmente: *fundo* adj. / *fundo* Nm. / *fundo* adv. constitui um único verbete. Os diferentes usos categoriais são registrados como acepções diferentes da mesma unidade léxica. Isso não só não ajuda o consulente a localizar o vocábulo que procura, como também é inexato teoricamente. De fato, a categorização sintática já se deu em nível do sistema da língua e podemos e devemos considerar cada uma dessas formas como unidades léxicas diferentes. Assim, no DUP (BORBA, 2002), as categorizações diferentes estão embutidas no mesmo verbete, contando apenas como novas acepções do vocábulo. Não entrarei em maiores detalhes, mas parece-me um tanto incoerente dar-se primazia para a sintaxe em um caso (adoção da Teoria das Valências) e não se dar no outro: categorização gramatical das unidades léxicas. Tal questão deriva em parte de uma decisão teórica infeliz para elaborar o dicionário: a classificação dos substantivos como nomes. Não é que esteja errado, claro, uma vez que os substantivos são nomes. Contudo, há dois poréns. De um lado, ignora-se a longuíssima tradição gramatical e lexicográfica da língua portuguesa, que sempre distinguiu as duas classes nominais: o substantivo e o adjetivo, em grande parte por causa das peculiaridades sintático-semânticas de cada uma delas. No caso da descrição dicionarística, resultou numa inconveniência séria. Foi preciso mudar todo o modelo de descrição do substantivo; isso tem muitas conseqüências. Gostaria de lembrar uma delas. O substantivo é a principal classe de palavras no processo de geração do léxico e constitui a metade das palavras do vocabulário de uma língua. Por isso funciona como a base principal de formação de lexias compostas e complexas particularmente no domínio das ciências e das técnicas. O modelo teórico formal adotado pelo DUP (BORBA, 2002) criou empecilhos na identificação das unidades derivadas por composição e sobretudo sua eventual inclusão como subentrada no interior do verbete. Vejam-se exemplos: *poder*, verbo, e *poder*, substantivo, foram tratados num único verbete; e *poder executivo* foi considerado uma unidade léxica composta, entrando como um lema da nomenclatura. Mas em *poder executivo* o valor semântico básico (os semas) do substantivo *poder* estão presentes. Logo, não se justifica a entrada autônoma. E onde estão *poder legislativo* e *poder judiciário*? Caso similar é o de *água*. *Água-de-cheiro*, *água-de-coco*, *água-de-colônia* são entradas, o que é legítimo, pois não são tipos de *água*, mas referem conceitos muito distintos no universo extralingüístico. Entretanto, como subentrada no verbete *água* deveriam constar *água potável*, *água salobra*, *água destilada*, *água oxigenada*.

Penso também que a equipe de dicionaristas deveria ter desprezado os *hapax legomena*, isto é, as palavras que ocorreram apenas uma vez no *corpus*, o que não fizeram. Assim, estão registradas como entradas, palavras cujo uso na língua da comunidade como um todo é muito questionável. Como se pretendeu fazer um dicionário de usos, vejo nisso uma incoerência. Os *hapax* podem representar palavras usadas *ad hoc* em circunstâncias particulares, caracterizando o idioleto de um falante ou até de

um escritor. Nem por isso fazem parte do acervo vocabular da língua como instituição social e histórica.

4.4 O *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) possui aproximadamente 70.000 entradas. Descreve o léxico da língua portuguesa contemporânea abrangendo os séculos XIX e XX. Considerar o vocabulário do século XIX contemporâneo é certamente inadequado. Este dicionário inclui também informações sobre outras variedades do português como a brasileira e as variedades de países lusófonos da África. Destina-se a um público amplo.

O *Dicionário da Academia* utilizou como *corpus de referência*:

- obras publicadas desde 1824 até 1994 (Portugal, Brasil e países lusófonos da África);
- obras institucionais portuguesas;
- Diário da Assembléia da República;
- leis e um *corpus* do Supremo Tribunal de Justiça;
- periódicos: jornais, revistas.

No item relativo à bibliografia utilizada, constam dicionários variados da língua portuguesa e de outras línguas: latim, francês, inglês etc.

Trata-se uma **obra descritiva** mas também **normalizadora** no que se refere à grafia, à fonética, à hifenação de compostos e com respeito ao problema do aportuguesamento de estrangeirismos.

No que se refere aos **estrangeirismos**, este dicionário tem uma posição bem-estabelecida, coerente e fundamentada lingüisticamente. Geralmente na forma aportuguesada (ex.: *abajur*), incluiu-se o conteúdo do verbete com remissão à segunda entrada (sem texto definitório) da forma estrangeira original [*abat-jour*] onde consta a remissão para a forma aportuguesada *abajur*. Foi uma decisão acertada, essa dupla entrada – o lema estrangeiro e o vocábulo equivalente aportuguesado. Esse é também o caso de *chauffage* e *chauffeur*, que remetem à entrada do equivalente português *aquecimento*, *motorista*, onde as palavras estão definidas. E de numerosos outros verbetes. Assim, em *e-mail* faz-se a remissão: V. *correio electrónico*. A lexia composta *correio electrónico* aparece como combinatória ou subentrada no verbete *correio* (acepção 11). Infelizmente essa inserção no interior de um verbete – *correio* – é uma desvantagem para o consulente que pode ter algum trabalho em localizar *correio electrónico*. É verdade, porém, que o destaque em negrito ajuda na consulta.

Por outro lado, esse exemplo de *correio electrónico* ilustra bem um dos problemas sobre o conflito entre as variedades do português, criando impasses para o uso deste dicionário por usuários da variedade brasileira. Sabemos que, a despeito do *Acordo ortográfico*, as normas do português europeu e do português brasileiro continuam sendo diferentes. Ver também outros exemplos em que ocorrem diferenças nas formas de aportuguesamento e, portanto, nas grafias: português europeu *brifingue*, *cartune*, *lô-bi*, *parque de campismo*. No português brasileiro, geralmente a forma inglesa original é mantida: *briefing*, *cartoon*, *lobby* e *camping*.

Este dicionário (DICIONÁRIO..., 2001) inclui palavras usuais no Brasil, embora em Portugal os significantes possam ser diferentes e até mesmo os significados, especialmente no caso de brasileirismos correntes como *banheiro* (*casa de banho*), *delegacia* (*esquadra*), *time* (*equipa*).

Quanto ao tratamento dos **homônimos**, foi feita a discriminação categorial, distinguindo-se dois ou mais vocábulos, o que é correto e adequado. Assim: *frio*¹ adj. / *frio*² s.m.; *docente*¹ adj. / *docente*² s.m.f.; *exterior*¹ adj. / *exterior*² s.m.; *falecido*¹ adj. / *falecido*² s.m.; *saneador*¹ adj. e *saneador*² sub.; *sucursal*¹ adj. e *sucursal*² sub. No caso dos homônimos semânticos, nem sempre foi feita a discriminação em itens lexicais diferentes, dando-lhes entradas separadas. Por exemplo: *canal* com todos os seus sentidos foi tratado como polissemia, a saber: 1. canal de irrigação, 2. Canal da Mancha..., 9. canal de televisão. Entretanto, *cabo*¹ está separado de *cabo*², embora ambos sejam vocábulos que derivam de *caput* do latim.

Em cada verbete o dicionário indica o **étimo** do lema. Vejamos alguns exemplos. Casos de vocábulos de origem indígena: *jacaré* (do tupi *yaka' ré* "o curvo"); *jararaca* (do tupi *yara' raka*) [cf. Cunha: "que envenena ao apanhar"]; *mirim* (do tupi *mi' ri*) [cf. Cunha: *mi' ri* "pequeno"]; *paçoca* (do tupi *pa' soka*) [cf. Cunha: *pa' soka*; *piaba* (do tupi *pi' awa* "de pele manchada"); *tapera* (do tupi *ta' pera* "aldeia extinta") Bras. Casa velha, em ruínas. Apesar de o dicionário cobrir parcialmente um vocabulário típico do Brasil, não constam do dicionário: *jataí*, *jatobá*, *jaú*, *jirau*, *pacu*, *uaçai*, *ubá*, *uiara* etc., e muitos outros itens lexicais que referem **elementos da realidade brasileira** como pássaros, peixes, animais e plantas.

Ainda relativamente à **etimologia**, o dicionário registra étimos de procedências variadas: a) *moqueca* (do quimb. *mu' keka*); *jiló* (do quimb. *njilu*); *tanga* (do quimb. *ntanga* "pano"); b) *nascituro* (do lat. *nasciturus*, part. fut. do v. *nasci* "nascer"); *taramela*, *trameia* (do lat. *trabella*, dim. de *trabes* "trave"); c) *jihad* (ár.); *jarra*¹ (do ár. *djarra*, "vasilha de barro para água"); d) *sangria* (do cast. *sangría*); e) *jingle* (ingl.); bem como criações vernáculas. Em muitos casos, informa-se apenas sobre a origem do étimo como nos exemplos citados (*jihad*, *jingle* e *sangria*). Apesar de o **corpus** de referência indicar dicionários etimológicos, a meu ver, a ciência da Etimologia não está suficientemente desenvolvida em bases científicas no mundo lusófono para que se possa certificar com rigor a origem e a evolução de grande parte do nosso vocabulário. Assim, tais informações, em muitos casos, têm de ser vistas com ressalvas.

No que se refere aos registros sobre **marcas de uso**, o *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) classificou certas acepções como típicas do Brasil, marcando-as como *brasileirismos* (Bras.), várias vezes tal informação é discutível. Seria necessário saber qual a fonte da informação usada pelos dicionaristas. Presumo que seja exclusivamente o *Dicionário Aurélio*. Alguns exemplos: *sabiá* Bras. Pop. pequena ferida que se abre nos cantos da boca ≡ boqueira. [Essa acepção é discutível.] *Moqueca*: 3. Bras. Cul. Peixe assado na grelha, envolto em folhas de bananeira. 4. Bras. Enfiada de peixes pequenos. 5. Bras. Espécie de cataplasma feito com folhas de mangueira e de tabaco, que coloca sobre a cabeça para debelar cefaléias. [Essa acepção é discutível.]; *bombeiro*: Bras. Canalizador. – Parece que só no Rio de Janeiro se usou *bombeiro* com tal sentido, mas não sei se as novas gerações o utilizam; de qualquer forma, não conheço registro fidedigno em outras regiões do Brasil, que justificassem a marca *Bras*. Ainda no verbete *bombeiro*: Bras. Fam. Criança que, durante a noite, tem incontinência urinária. Nunca ouvi ou vi tal uso, embora ambos os usos constem do *Aurélio*. E muitos outros exemplos como: *Capoeira*³ Bras. Os significados 4 e 5 são discutíveis. *Capoeiro*³ como adjetivo também. *Capoeiro*³ s.m. Pequeno veado [Essa acepção é dis-

cutível.] Veja-se ainda a estranha informação em *encardido*: Bras. “diz-se de coisa sobre a qual é difícil dar uma opinião”. E ainda: *tapera*: entrada como adjetivo. 1. Diz-se da casa ou prédio que não está habitado. 2. Que é meio tonto, amalucado.⁵ *Tico-tico*: 3. Estabelecimento de ensino básico; escola primária. E também: 2. Pessoa ou coisa de reduzidas dimensões, de pouca importância.⁶ *xodó* Bras. Ato de namorar = namoro.

Essas poucas amostras evidenciam que a questão dos *brasileirismos e regionalismos brasileiros* precisa de uma pesquisa séria para que os dicionários forneçam informações com maior rigor científico.

O uso do sinal + para indicar co-ocorrentes privilegiados não está indicado em itálico como se afirma nas “Indicações para consulta do dicionário”, mas em negrito. Seja como for o modelo não é bom, deixando a desejar sobretudo em casos como o de *água*. Exemplos: *bombeiro* ex. de combinatória fixa: *corpo + de bombeiros*; *encarnado*¹ adj. *cartão + encarnado*; *chato, cara + chata ... nariz + chato ... pé + chato*. Tal sistema é realmente inadequado para indicar as “combinatórias fixas”. Essas “combinatórias fixas” deveriam repetir a palavra-entrada, seguida dos elementos que integram a combinatória, para que haja maior transparência na descodificação das informações pelos eventuais consulentes.

Outras impropriedades:

1. a despeito dos exemplos registrados no verbete *celebrável*, esse vocábulo é apenas virtual. De fato, não constam abonações.

2. *Celenterado* adj. A definição “Que pertence ou é relativo aos celenterados” está incompleta. Seria necessário fazer a remissão ao verbete *celenterados*, embora esse venha a seguir.

3. *Celebrizar* (De célebre + suf. -izar). Este verbete está bem definido e até abonado; porém, *celebrização*, que também tem entrada própria, é um tanto esdrúxulo; consta um exemplo, mas não um registro que confirme que esta palavra ocorreu. *Chato* adj. A abonação de Alçada Baptista para este lema não foi devidamente documentada, pois a obra não está incluída nas “fontes documentais”. *Amover, amovível*. Tais vocábulos seriam realmente usados em Portugal? Talvez na linguagem jurídica, ou como termo arcaico. O Dicionário da Academia (DICIONÁRIO..., 2001) dá como étimo para *amover* o latim *amovēre*. Em latim esse verbo *amovēre* é mais raro que *movēre* e é mais usado na linguagem jurídica. Nas línguas latinas da Ibéria, *amovível* (port.) e *amovible* (esp.) são cultismos. Assim, é inadequado o uso de *amovível* na definição da acepção 3. De *chaveta*: “cunha amovível que serve para unir duas partes de um mecanismo ou de um objeto”. Parece que as entradas *amover* e *amovível* pretendem justificar essa definição. Tais palavras não constam do *corpus* da UNESP [CEL, Campus de Araraquara] de 180 milhões de palavras.

Nesse caso (*amovível*), a fonte de referência para a Academia pode ter sido o Houaiss (2001), que, como já foi dito, prima pela inclusão de vocábulos exóticos e raríssimos, se é que já foram realizados em textos do português. Nesse dicionário,

5 Acepção discutível. De onde tiraram essa informação?

6 Acepção discutível.

encontramos: *amover*, *amovibilidade*, *amovível*. Registra-se aí que o verbo e o adjetivo são dos séculos XV e XVI, afirmando-se que o adjetivo foi extraído das *Ordenações Afonsinas*. De fato, se a palavra tiver algum uso será apenas na linguagem jurídica, como indica o *Dicionário jurídico* de Magalhães e Malta (1997); contudo, nesse dicionário não existe um verbete para *amovível* e faz-se remissão a *removível*. De qualquer forma, o testemunho desta obra é que se trata de vocábulo exclusivo da linguagem jurídica, havendo nele também referência às *Ordenações Afonsinas* e *Leis Novíssimas*. Portanto, o vocábulo *amovível* não deveria ser usado para definir na língua geral.

Outros senões: *livre-docência*: termo definido como “atividade”. Na verdade é um concurso e um título. Por outro lado, entraram como lemas e verbetes autônomos: *livre-circulação*, *livre-trânsito* a par de *livre-arbitrio* e *livre-câmbio*, o que está bem. Entretanto, propõe-se como plurais: *livres-arbitrios*, *livres-circulações*, *livres-câmbios* e *livres-trânsitos*. Será que esses vocábulos são usados no plural?

No capítulo dos recursos mórficos de geração do léxico, este dicionário registra, por exemplo: “*Manu*- elemento de formação (Do lat. manus, mão). Exprime a noção de mão”. Tal classificação como “elemento de formação” está correta, embora fosse melhor usar um termo consagrado em Morfologia Lexical *formante*.

Geralmente as definições são corretas e adequadas. Exs.: *nação*: “conjunto de pessoas ligadas por tradições históricas e por uma língua, costumes e instituições comuns”. Contudo, não consta nas fontes a referência da obra *Casa do pó* de F. Campos, que abona essa acepção. De qualquer forma, é uma definição melhor que a do Aurélio (FERREIRA, 1975, 1986, 1999) e a do Houaiss (2001).

Outro exemplo de boa definição: *CD-ROM*, *quintalão*. Verbetes bem-feitos é o de *encardido*. Louve-se o fato de esse adjetivo, derivado de part. pass., ter merecido entrada própria; aliás, explicou-se no prefácio que, quando necessário, haveria um verbete individual para adjetivo participial.

Há inúmeros exemplos de verbetes que evidenciam a impossibilidade de se fazer um dicionário único, válido para as diferentes normas do português. No caso das variedades brasileira e européia, esse desiderato é inviável. Tem de ser como a Academia fez: o dicionário foi elaborado para os usuários europeus, contendo informações registrando as especificidades do português do Brasil, sobretudo de natureza semântica e referencial conforme salientado.

A inclusão de vocábulos de outras variedades do português no *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) é assistemática, deixando a desejar. Há um número insuficiente de entradas relativas às variedades do português não-europeu, aparecendo alguns itens quase como curiosidade, como por exemplo: termos de Macau: *chau-chau* (chauchau), *chau-min* (chaumin); de São Tomé: *quinté* (de quintal), *quidalê*; de Angola: *quibeba*, *quibenza*, *quicola*, *quitaba*. De fato, este desiderato de cobrir todo o universo de língua portuguesa no mundo até o momento presente está longe de ser factível. Continuam a vigorar as práticas do tempo de Candido de Figueiredo, quando a pretendida cobertura universal e integral do léxico do português em todos os continentes revelou-se uma falácia.

Apesar de tudo, o *Dicionário da Academia* (DICIONÁRIO..., 2001) é certamente um dos melhores dicionários gerais do português contemporâneo, se não o melhor.

Fundamentou-se em critérios científicos e é coerente na sua estrutura e descrição do léxico. Ademais, e esta é uma de suas maiores virtudes, baseou-se em um *corpus* de textos do português realmente produzidos.

BIDERMAN, M. T. C. Traditional and contemporary Portuguese dictionaries. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.53-69, 2003.

- **ABSTRACT:** *This article provides an overall view of dictionaries in the neo-Latin world, with a focus on the production of Portuguese dictionaries, mainly the reference works that cover the majority of the lexicon. After analyzing, in broad terms, the beginning of the dictionaristics in the Western tradition, it examines the most important early dictionaries of the Portuguese language. The article discusses the first dictionaries made in Brazil, and, in the last chapter deals with the most recent general Portuguese dictionaries, analysing and criticising four dictionaries, three Brazilians – Aurélio (FERREIRA, 1975), Houaiss (2001), Dicionário de usos (BORBA, 2002) and the European Portuguese Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (DICIONÁRIO..., 2001).*
- **KEYWORDS:** *Dictionaries; Portuguese lexicography; lexicographical tradition; general dictionaries of Portuguese; contemporary dictionaries of Portuguese.*

Referências bibliográficas

- AULETE, F. J. C. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Liv. Ed., 1881. 2v.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v.28, supl. p.1-26, 1984.
- _____. Conceito lingüístico de palavra. In: BASÍLIO, M. *Palavra*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p.81-97. (Série Linguagem, volume temático I).
- _____. *A unidade lexical e o lema do dicionário de língua*. Araraquara: FCLAr, 2000. (Não publicado).
- _____. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BORBA, F. S. et al. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v., 2 supl.
- DICCIONARIO de La Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe, 1956.
- DICIONÁRIO da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Verbo, 2001. 2v.
- DICTIONNAIRE de l'Académie Française. Paris: Veuve J.-B. Coignard, 1694. 2v.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. *Dicionário eletrônico Aurélio. Versão 3.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 1 CD-ROM.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite S.A. Ed., 1939-1944. 5v.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LARA, L. F. Sociolingüística del diccionario del español de México. *International Journal of the Sociology of Language (Berlin)*, n.96, p.19-34, 1992.
- MAGALHÃES, H. P.; MALTA, C. P. *Dicionário jurídico*. 8.ed. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.
- NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961-1967. 4v.
- NEBRIFA, A. *Dictionarium Aelii Antonii Nebrissensis ...: cui psaeteromnes aeditiones, eiusdem accessit Medicu[m] Dictionarium hactenus nondum typis evulgatum, a Ludovico Nunio... . Dictionarium vero propriorum nominum tam prodit auctius [et] locupletius ... In quo multa locorum nomina Hispan. seu vulgari nomenclatura. Antuerpiae [Belgica]: Iohannes Steelsius, 1545.*
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1999.
- PALENCIA, A. *Vocabulario universal en latin y en romance. Sevilla: Paulus de Colonia, 1490.*
- PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- REY, A. Prefácio. In: ROBERT, P. *Le petit Robert*. Paris: Les Dictionnaires Robert, 1994.
- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. *Alfa: Revista de Lingüística*, São Paulo, v.28, supl., p.45-69, 1984.
- ROBERT, P. *Le petit Robert*. Paris: Les Dictionnaires Robert, 1994.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 2.ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até...* 3.ed. Lisboa: Typographia de M.P. de Lacerda, 1823 2v.
- _____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10.ed. rev. corrigida muito aumentada e atualizada por Augusto Moreno, Cardoso Junior e José Pedro Machado. Lisboa: Editorial Confluência, 1949-1957. 12v.
- SINCLAIR, J. M. et al. *Looking up: an account of the COBUILD Project in Lexical Computing*. London: Collins Cobuild, 1987.
- VIEIRA, D., Frei. *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ed. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. Rio de Janeiro, 1871-1874.
- VOCABOLARIO degli Accademici de Della Crusca. Venezia: Giouanno Alberti, 1612.

FREQÜÊNCIA DE PALAVRAS: UM DIAGNÓSTICO DO VOCABULÁRIO DE REDAÇÕES DE VESTIBULAR

Roseli Imbernom do NASCIMENTO¹
Aparecida Negri ISQUERDO²

- RESUMO: Este artigo discute resultados de pesquisa léxico-estatística, realizada com base em um *corpus* de 450 redações de vestibular (1999 e 2000), de duas universidades do interior do Estado de São Paulo, uma pública e outra particular. Os resultados estatísticos dessa amostra do vocabulário de ingressantes universitários assemelham-se aos dados de outras pesquisas dessa natureza, sobretudo quanto à alta concentração da freqüência sobre um pequeno número de unidades lexicais: 11.151 unidades léxicas diferentes totalizaram 113.638 ocorrências do *corpus*. O confronto dos dados dessa pesquisa com os do *Dicionário de freqüências* do léxico do português brasileiro contemporâneo, de Biderman (1998), aponta um pequeno grupo de palavras (pouco mais de trezentos) comuns nas duas bases de dados e com índices de freqüência similares, o que indica a existência de um possível núcleo do vocabulário analisado que reúne palavras, provavelmente, usadas em qualquer tipo de texto. Esse fenômeno é marcado, sobretudo, nos vinte verbos mais freqüentes no *corpus*. Dados resultantes de recortes e de cruzamentos sociolinguísticos, a partir de variáveis como universidade de ingresso dos estudantes; conclusão do Ensino Médio em escola particular ou pública; sexo e renda familiar confirmam esse fenômeno. Dessa análise, dois fatores merecem particularmente destaque: a amplitude maior do vocabulário daqueles que ingressam na universidade pública e a "escolaridade" como variável que suplanta todas as demais.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico-estatística; vocabulário; redações de vestibular; estudantes universitários; verbos.

Preliminares

Uma série de previsões e de constatações sobre o funcionamento da língua e sobre os elementos gramaticais presentes nos discursos orais ou escritos pode ser feita por meio da léxico-estatística, comprovando que "o quantitativo é uma das propriedades do vocabulário" e que "a freqüência é uma característica típica da palavra". Des-

1 Departamento de Letras das Faculdades Integradas Toledo – 16015-270 – Araçatuba – SP – Brasil. Endereço eletrônico: fersmile@terra.com.br.

2 Departamento de Comunicação e Expressão do Campus de Dourados – UFMS – 79825-070 – Dourados – MS – Brasil. Endereço eletrônico: aparecida.negri@uol.com.br.

venda-se, assim, a *norma lexical* vigente, descrita por Biderman (1998, p.162) como “a média dos usos freqüentes das palavras que são aceitas pela comunidade de falantes”.

Entretanto, a língua não pode ser diretamente observável, por isso, de acordo com a equipe de pesquisadores portugueses que atuaram no projeto do *Português Fundamental*, quando se pretende verificar a freqüência de uso das palavras e a aferição da sua média, é necessário “tentar apreender e isolar, através de uma amostragem, o léxico comum de uma comunidade linguística” (CRUZ, 1987, p.314).

Tomando por base parâmetros teórico-metodológicos fornecidos pela léxico-estatística, realizamos uma pesquisa lexicográfica (NASCIMENTO, 2001) que estudou uma amostragem do vocabulário de estudantes universitários, aqui referido por VEU, registrado em 450 redações de vestibular de duas instituições de ensino superior do interior do Estado de São Paulo, uma pública – Unicamp/Campinas, 170 redações do vestibular de 1999 – e uma particular – Faculdades Toledo/Araçatuba, 280 redações do vestibular de 2000 –, que tiveram como tema “A comemoração dos 500 anos do Brasil”.

De um modo geral, os resultados apurados são bastante semelhantes aos dados obtidos por outros trabalhos voltados ao estudo da face quantitativa da linguagem e, de um modo muito especial, aos constantes do *Dicionário de freqüências* do léxico do português brasileiro contemporâneo, de Biderman (1998), doravante DIF, também elaborado mediante utilização de métodos estatísticos e computacionais. Nos dois trabalhos, observa-se que um determinado grupo de palavras – pouco mais de trezentos – registra um índice muito elevado de freqüência, ocupando, de forma quase idêntica, o topo das diversas listas de classificação. Esse fenômeno confirma as declarações de Biderman (1998, p.178-9) de que “por enorme que seja o léxico de uma língua, é reduzido o repertório efetivamente utilizado pelos falantes, até mesmo na língua escrita, que é a variante da língua que se serve de um vocabulário mais rico e mais variado”.

Essas palavras com índice elevado de freqüência, possivelmente, constituem o núcleo do vocabulário das redações dos ingressantes universitários, fenômeno que corrobora a constatação de Biderman (1998, p.169) de que existem “palavras multiuso que aparecem em qualquer texto, independentemente de seu conteúdo temático”.

Os procedimentos estatísticos não fornecem apenas dados objetivos, mas também indicam, por meio das escolhas de determinados itens lexicais feitas pelos falantes, a competência linguística e a visão de mundo dos indivíduos. O fato de serem “escolhidas” determinadas palavras – e não outras – demonstra uma dada realidade vivida, uma vez que as palavras são capazes de testemunhar a história e de sintetizar o pensamento humano.

Neste artigo, pretende-se discutir parte dos resultados obtidos com a pesquisa em questão. Para tanto, o trabalho foi dividido em três partes: visão geral dos resultados da pesquisa e análise comparativa com os dados do DIF; análise do comportamento dos vinte verbos mais freqüentes no VEU; breve discussão de alguns resultados a partir de variáveis sociolinguísticas.

Visão geral do corpus

As pesquisas léxico-estatísticas não deixam dúvidas de que não existe uma distribuição homogênea da freqüência das palavras usadas nos textos, e de que o alto

índice da frequência deve-se, fundamentalmente, a algumas poucas palavras, sobretudo às cinco primeiras. Esse fato ocorre em qualquer vocabulário que se analise e marca-se no *corpus* desta pesquisa, constituído de 11.151 unidades lexicais para um total de 113.638 ocorrências. A Tabela 1, na seqüência, comprova esse fato.

Tabela 1 – As cinco palavras mais freqüentes no VEU

Unidades/ocorrências	Freqüência acumulada
1ª - de = 4.693 ocorrências	
2ª - que = 3.959 ocorrências	18.932
3ª - e = 3.696 ocorrências	ocorrências
4ª - a = 3.358 ocorrências	(17% do corpus)
5ª - o = 3.226 ocorrências	

A alta freqüência registrada para um número tão ínfimo de palavras chama-nos a atenção: apenas cinco instrumentos gramaticais atingem, sozinhos, 17% da freqüência do *corpus*. Essa freqüência elevada torna-se ainda mais significativa quando se estabelece uma relação com as palavras de baixa freqüência e verifica-se que a freqüência assinalada por essas cinco primeiras palavras é três vezes maior que a de todas as unidades de freqüência 1 (os 5.813 *hapax legomena* – palavras que ocorrem uma só vez no *corpus*) (cf. BIDERMAN, 1998). Especialmente a soma das duas mais freqüentes é muito elevada (8.652 ocorrências). Confirma-se com isso o fenômeno do *dequeísmo*, ou tendência contemporânea de uso do “de” (preposição) e do “que” (pronomo relativo), conforme argumentam Paiva & Scherre (1999, p.206).³

O levantamento e a contagem das unidades lexicais foram feitos com base nas “palavras gráficas”, ou “formas flexionadas”, efetivamente realizadas nos textos, tendo sido considerados dois paradigmas para a avaliação das palavras de maior ocorrência no *corpus*: o das cem palavras mais freqüentes e o das palavras de freqüência igual ou superior a quarenta ocorrências (F40) – limiar instituído pelos lingüistas que desenvolveram o projeto do *Português fundamental* (1987).

As cem palavras mais freqüentes no *corpus* somam 51,3% – mais da metade do total. Esse índice, que se concentra sobre menos de 1% do total de unidades léxicas, é bastante semelhante àquele obtido por Duncan (1972, apud BIDERMAN, 1978), quando elaborou o primeiro dicionário de freqüência do português⁴ e constatou que as 100 primeiras palavras, referentes a 2% do total de unidades, registraram 61,98% da freqüência total.

3 Nesse trabalho, as autoras analisam o uso variável de determinadas preposições em diferentes processos de regência verbal. A respeito do “de” e do “que”, Paiva & Scherre (1999, p.206) ponderam: “a instabilidade do sistema preposicional fica evidente ... na tendência à inserção da preposição ‘de’ em contextos em que não se prevê sua ocorrência – dequeísmo – ... ou de sua queda em contextos onde é esperada – queísmo”.

4 A *Frequency Dictionary of Portuguese Words* (FDPW), de John C. Duncan Jr., PhD. Dissertation, Stanford University, 1972, citado por Biderman (1978, p.265-72), selecionou as 5.000 palavras que mais freqüentemente ocorreram num *corpus* de 500 000 palavras.

O Quadro 1 apresenta as cem palavras mais freqüentes no *corpus*, divididas em duas categorias – palavras plenas e palavras instrumentais – e confirma a predominância do segundo grupo.

Quadro 1 – As cem palavras mais freqüentes no VEU

21 palavras plenas (substantivos e adjetivos)	79 palavras instrumentais (advérbios, artigos, conjunções, contrações, denotadores expressivos, numerais, pronomes, preposições e verbos auxiliares/instrumentais)
anos, Brasil, brasileiro, brasileiros, cara, cultura, descobrimento, grande, história, índios, melhor, mundo, nação, país, países, pessoas, população, portugueses, povo, problemas, terra.	a, à, ainda, ao, aos, aqui, as, assim, até, cada, com, como, da, das, de, desde, do, dos, e, é, em, essa, esse, está, este, foi, há, hoje, isso, já, mas, mais, mesmo, muito, na, não, no, nos, nós, nossa, nosso, nossos, o, onde, os, ou, outros, para, pela, pelo, pode, pois, por, quando, que, quem, quinhentos, são, se, sem, ser, será, seu, seus, só, sobre, somos, sua, suas, também, tão, tem, temos, ter, todos, tudo, um, uma, você.

O grupo de palavras de F40 soma 359 unidades lexicais, atingindo 66,7% da freqüência total registrada, e é constituído, fundamentalmente, por palavras instrumentais, como artigos, pronomes, preposições, conjunções, advérbios, e por alguns verbos bastante freqüentes.

Essas palavras podem ser consideradas possíveis representantes do núcleo do vocabulário das redações dos universitários, tomadas como objeto de análise, na fase de ingresso no Curso Superior.

Pelo Gráfico 1, constata-se a alta concentração da freqüência sobre esse grupo de palavras de F40, comparada à dos demais intervalos de freqüência registrados.

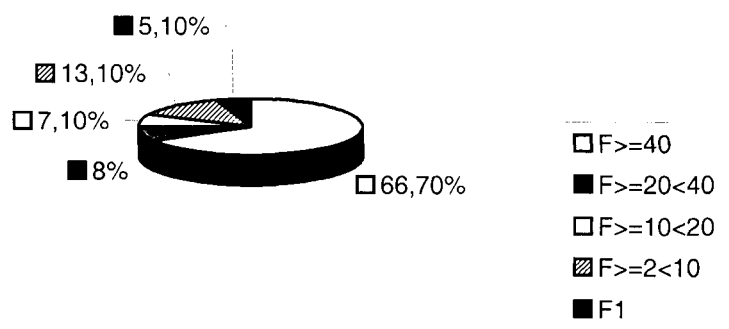


GRÁFICO 1 – Distribuição da freqüência das palavras por intervalos.

Na correlação desses dados com os do DIF, observa-se que, desse grupo das 359 palavras de freqüência igual ou superior a quarenta ocorrências, 308 palavras, ou seja, mais de 85% das mais freqüentes do *corpus* da pesquisa, coincidem com as mais fre-

qüentes do DIF.⁵ Cremos, por isso, que essas 308 palavras legitimam o seu papel de representantes do vocabulário ora analisado. Talvez possam, ainda, por meio de resultados de pesquisas futuras, ser consideradas “multiuso”, por aparecerem em qualquer texto.

Cerca de 25% dessas 308 palavras não estão “presas” à temática e ao gênero textuais, nem são de uso genérico. São, portanto, palavras plenas, ou de conteúdo nocional (substantivos, adjetivos e alguns verbos), as quais convencionamos chamar de *especiais*, que sintetizam o pensamento contemporâneo dos acadêmicos, pois correspondem ao que Matoré (1953) denominou de *mots témoins*, ou palavras-testemunhas da nossa história.

A frequência assinalada por algumas dessas palavras atesta bem esse fato. Com o estudo das variáveis, observou-se, por exemplo, que, no vocabulário dos estudantes – frise-se, em uso nos anos de 1999 e de 2000 –, a palavra *desemprego* apresenta uma frequência bastante alta, denotando a grande preocupação dos universitários com esse problema social existente no Brasil, atualmente. Na pesquisa de Biderman (1998), porém, que contemplou o período de 1950 a 1990, ela não figura entre as mais frequentes, todavia, está presente o seu antônimo – a palavra *emprego* –, registrando um momento histórico oposto.

Sublinhamos, dessa forma, a importante “abonação” que esse *Dicionário* concede aos resultados da pesquisa.

Os verbos mais frequentes

Nenhum vocabulário possui uma distribuição homogênea da frequência das palavras, embora exista uma certa regularidade das estruturas léxicas. Esse fenômeno pode ser observado por meio da Tabela 2, a seguir, que visualiza a lista dos vinte verbos mais frequentes, tanto no DIF quanto no vocabulário ora analisado. Os verbos extraídos do VEU foram lematizados e o número de ocorrências de cada uma das formas inclui todas as flexões existentes no *corpus*. O total de frequência desses vinte verbos é de 9.549 ocorrências, que corresponde a 8,4% do *corpus*.

Como se observa, treze verbos – *ser, ter, estar, poder, fazer, haver, ver, saber, dever, ir, dizer, chegar e dar* – estão tanto na lista dos vinte primeiros do DIF quanto na lista dos vinte primeiros do VEU. Apenas sete verbos – *querer, ficar, achar, falar, precisar, começar e olhar* –, que figuram entre os vinte mais frequentes do DIF, não estão entre os vinte do VEU. No lugar desses ausentes, constam, entre os vinte primeiros do vocabulário dos estudantes, os verbos *vir, viver, mostrar, possuir, existir, comemorar e descobrir*.

Cabem aqui dois tipos de considerações: uma sobre a semelhança dos treze verbos, outra sobre a dessemelhança dos sete. No primeiro caso, não nos surpreende a coincidência, uma vez que não só nos trabalhos desenvolvidos por Biderman (1998), mas também nas pesquisas realizadas em Portugal (*Português fundamental*) consta-

5 De acordo com Biderman (1998, p.161), foram consideradas mais frequentes 1.078 palavras de F>=500. O *corpus* desse *Dicionário* foi constituído por cinco diferentes tipos de literatura: *romanesca* (LR), *dramática* (LD), *tecnocientífica* (LT), *jornalística* (LJ) e *oratória* (LO), compreendidas no período de 1950 a 1990.

tou-se que o comportamento desses verbos era parecido. Os dados do VEU retomam, pois, as seguintes declarações de Biderman (1998) acerca da conclusão a que chegou Müller, em 1974, ao pesquisar os vinte verbos mais freqüentes no francês – exatamente os mesmos da lista do Dicionário:

esses vinte verbos mais freqüentes situam-se na escala decrescente de freqüência em posições quase idênticas; isso confirma também que distribucionalmente eles operam de maneira muito similar na língua, não importando o tipo de variáveis lingüísticas consideradas, a saber: língua falada ou escrita ... Os resultados demonstram, portanto, que o comportamento lingüístico desses verbos tem-se mantido quase imutável ao longo de duzentos anos. São, pois, verbos muito estáveis no idioma. (BIDERMAN, 1998, p.171)

Tabela 2 – Vinte verbos mais freqüentes nas bases de dados comparadas

Os vinte verbos mais freqüentes no DIF (corpus: 5 milhões)	Os vinte verbos mais freqüentes no VEU (corpus: 113.638)⁶
<i>Classificação/verbo/ocorrências</i>	<i>Classificação/verbo/ocorrências</i>
1 ^o - ser [50.222]	1 ^o - ser [3.770]
2 ^o - ter [34.586]	2 ^o - ter [1.006]
3 ^o - ir [28.965]	3 ^o - estar [702]
4 ^o - estar [27.746]	4 ^o - poder [567]
5 ^o - poder [16.593]	5 ^o - fazer [414]
6 ^o - dizer [15.445]	6 ^o - haver [330]
7 ^o - haver [15.004]	7 ^o - ver [293]
8 ^o - fazer [14.279]	8 ^o - vir [254]
9 ^o - dar [10.792]	9 ^o - saber [251]
10 ^o - ver [10.391]	10 ^o - viver [239]
11 ^o - saber [10.247]	11 ^o - dever [238]
12 ^o - querer [9.986]	12 ^o - ir [231]
13 ^o - ficar [8.605]	13 ^o - dizer [214]
14 ^o - achar [7.980]	14 ^o - mostrar [183]
15 ^o - dever [7.758]	15 ^o - possuir [159]
16 ^o - falar [5.259]	16 ^o - existir [148]
17 ^o - chegar [4.628]	17 ^o - chegar [147]
18 ^o - precisar [4.039]	18 ^o - comemorar [139]
19 ^o - começar [3.596]	19 ^o - descobrir [134]
20 ^o - olhar [3.383]	20 ^o - dar [130]

Esses resultados corroboram também a hipótese formulada pela mesma pesquisadora de que as conclusões de Müller sobre o francês talvez sejam válidas para o português. Veja-se, nesse caso, o fato de o primeiro e o segundo classificados – *ser* e *ter* – serem exatamente os mesmos, havendo apenas uma pequena variação na ordem de classificação dos demais.

⁶ Como se pode observar, o DIF baseou-se num corpus cinquenta vezes maior que o do VEU. Assim, essa diferença proporcional deve permear quaisquer comparações estabelecidas.

A título de exemplificação do trabalho de lematização das formas verbais mais frequentes no *corpus*, apresentamos na Tabela 3 todas as flexões dos cinco verbos mais empregados nas redações dos ingressantes universitários (ser, ter, estar, poder, fazer).

Tabela 3 – Lematização dos cinco verbos mais frequentes no VEU

1º colocado: SER = 3.770 ocorrências	2º colocado: TER = 1.006 ocorrências	3º colocado: ESTAR= 702 ocorrências	4º colocado: PODER = 567 ocorrências	5º colocado: FAZER = 414 ocorrências
1. ser [340]	1. ter [178]	1. estar [42]	1. poder [82]	1. fazer [93]
2. é [1393]	2. tem [301]	2. está [229]	2. pode [141]	2. faça [03]
3. és [08]	3. têm [62]	3. estado [41]	3. pôde [02]	3. façam [03]
4. era [139]	4. temos [198]	4. estamos [102]	4. podem [35]	4. faça [01]
5. eram [61]	5. tende [07]	5. estando [04]	5. podemos [114]	5. fará [09]
6. éramos [11]	6. tendo [37]	6. estão [111]	6. podendo [04]	6. farão [02]
7. éramos [03]	7. tenha [23]	7. estará [11]	7. poderá [18]	7. faremos [06]
8. foi [292]	8. tenham [09]	8. estarei [01]	8. poderão [05]	8. faria [03]
9. fomos [46]	9. tenhamos [08]	9. estarem [02]	9. poderei [03]	9. fariam [01]
10. for [16]	10. tenho [11]	10. estaremos [10]	10. poderem [02]	10. faz [65]
11. fora [43]	11. terá [09]	11. estaria [05]	11. poderemos [18]	11. fazê [04]
12. foram [134]	12. terão [06]	12. estaríamos [01]	12. poderia [30]	12. fazem [45]
13. forem [06]	13. terem [11]	13. estarmos [05]	13. poderiam [10]	13. fazemos [04]
14. fosse [27]	14. teremos [16]	14. estava [55]	14. poderíamos [06]	14. fazendo [40]
15. fossem [08]	15. teria [17]	15. estavam [18]	15. poderemos [06]	15. fazermos [02]
16. fôssemos [01]	16. teriam [9]	16. estávamos [04]	16. podia [04]	16. fazia [04]
17. fui [22]	17. tido [04]	17. estáveis [01]	17. podiam [03]	17. faziam [04]
18. são [359]	18. tinha [32]	18. esteja [08]	18. podíamos [01]	18. fazíamos [01]
19. sé [01]	19. tinham [14]	19. estejam [03]	19. possa [20]	19. feita [14]
20. sede [04]	20. tínhamos [08]	20. estejamos [01]	20. possam [12]	20. feitas [9]
21. seja [104]	21. tive [03]	21. esteve [08]	21. possamos [14]	21. feito [34]
22. sejam [23]	22. tivemos [09]	22. estive [02]	22. posso [13]	22. feitos [8]
23. sejam [06]	23. tiver [01]	23. estiver [01]	23. pude [06]	23. fez [30]
24. sendo [123]	24. tivera [02]	24. estiveram [05]	24. pudemos [03]	24. fiz [03]
25. será [143]	25. tiveram [18]	25. estivermos [01]	25. puderam [01]	25. fizemos [02]
26. serão [09]	26. tiverem [01]	26. estivesse [05]	26. pudermos [02]	26. fizeram [15]
27. serem [28]	27. tivermos [03]	27. estivessem [01]	27. pudesse [06]	27. fizermos [02]
28. seremos [08]	28. tivesse [09]	28. estou [25]	28. pudessem [02]	28. fizesse [04]
29. seres [17]			29. pudéssemos [04]	29. fizessem [02]
30. seria [55]				30. fizéssemos [01]
31. seriam [09]				
32. seríamos [01]				
33. sermos [27]				
34. sido [44]				
35. sou [07]				
36. somos [252]				

Com relação aos sete verbos – *querer, ficar, achar, falar, precisar, começar e olhar* –, presentes entre os vinte primeiros do DIF, mas ausentes na lista dos vinte primeiros do VEU, cumpre-nos, inicialmente, registrar a seguinte ressalva: não obstante esses verbos não integrarem o conjunto dos vinte primeiros do VEU, todos eles possuem uma frequência alta, qual seja: *querer* (total: 126), *ficar* (total: 127), *achar* (total: 47), *falar* (total: 71), *precisar* (total: 123), *começar* (total: 125) e *olhar* (total: 58). Esses números

demonstram que, com exceção dos verbos *achar*, *falar* e *olhar*, todos os demais – *querer*, *ficar*, *precisar* e *começar* – foram reiteradamente usados nos textos dos acadêmicos, registrando-se uma frequência quase idêntica entre eles e também muito próxima da frequência do vigésimo classificado – verbo *dar* –, com 130 ocorrências. Esse fato é sintomático de que, no *corpus*, esses verbos comportaram-se semelhantemente aos vinte primeiros.

Já os verbos *querer*, *ficar*, *precisar* e *começar* não integram o grupo dos vinte mais frequentes porque, dentre os sete verbos que assumiram os seus lugares na lista – *vir*, *viver*, *mostrar*, *possuir*, *existir*, *comemorar* e *descobrir*, quatro deles – *vir*, *mostrar*, *comemorar* e *descobrir* – estão presos à temática da proposta da redação e, dessa forma, justificam a sua alta frequência.

Uma última e, talvez, decisiva razão da não coincidência de sete verbos decorre do fato de que, também na lista dos vinte verbos do DIF, há alguns cujo uso é específico de uma determinada época ou gênero textual, não sendo, portanto, muito utilizados na produção de textos dissertativos. Esta incompatibilidade relativa ao gênero pode ser percebida no Quadro 2, que demonstra em qual tipo de literatura houve maior ocorrência de uso dos vinte primeiros verbos do DIF.

Quadro 2 – Tipo de literatura predominante em cada um dos vinte verbos do DIF⁷

1 ^o - ser : LT (tecnocientífica)	11 ^o - saber : LR (romanesca)
2 ^o - ter : LJ (jornalística)	12 ^o - querer : LR (romanesca)
3 ^o - ir : LJ (jornalística)	13 ^o - ficar : LR (romanesca)
4 ^o - estar : não há dados	14 ^o - achar : LD (dramática)
5 ^o - poder : LT (tecnocientífica)	15 ^o - dever : LT (tecnocientífica)
6 ^o - dizer : LR (romanesca)	16 ^o - falar : LR (romanesca)
7 ^o - haver : LR (romanesca)	17 ^o - chegar : LR (romanesca)
8 ^o - fazer : LD (dramática)	18 ^o - precisar : LR (romanesca)
9 ^o - dar : LR (romanesca)	19 ^o - começar : LD (dramática)
10 ^o - ver : LR (romanesca)	20 ^o - olhar : LD (dramática)

Esse quadro revela que, com exceção do verbo *estar*, do qual não possuímos dados, há um predomínio de formas verbais retiradas da literatura romanesca (dez verbos), quais sejam: *dizer*, *haver*, *dar*, *ver*, *saber*, *querer*, *ficar*, *falar*, *chegar*, *precisar*; existindo, depois, quatro verbos – *fazer*, *achar*, *começar*, *olhar* – pertencentes à literatura dramática; três verbos – *ser*, *poder* e *dever* – à literatura tecnocientífica; e dois verbos – *ter* e *ir* – à literatura jornalística.

O mesmo quadro também demonstra que, de um lado, os sete verbos ausentes na lista dos vinte primeiros do VEU – *querer*, *ficar*, *achar*, *falar*, *precisar*, *começar* e *olhar*

⁷ Os vinte verbos estão colocados na tabela de acordo com a ordem de classificação da sua frequência, conforme se pode conferir em Biderman (1998, p.172). Quanto à predominância dos tipos literários, esclarecemos que esses dados ainda não foram publicados, mas a eles tivemos acesso em razão da gentil cessão das informações pela mesma pesquisadora.

– pertencem a um gênero determinado, isto é, quatro verbos – *querer, ficar, falar, precisar* – registram no DIF uma frequência mais elevada na literatura romanesca e três verbos – *achar, começar, olhar* – apresentam maior incidência na literatura dramática. Por outro lado, constatamos que “todos” os verbos cuja ocorrência é maior na literatura tecnocientífica e na literatura jornalística – *ser, ter, ir, poder* e *dever* – também são os mais frequentes no vocabulário dos estudantes. Isso faz supor que esses cinco últimos verbos provenientes das literaturas tecnocientífica e jornalística sejam indispensáveis a qualquer tipo de texto, justificando-se, pois, a sua presença significativa no vocabulário dos ingressantes universitários.

Algumas variáveis sociolingüísticas

Não obstante a análise do aspecto quantitativo do vocabulário apresentar marcas de regularidade das estruturas lexicais nele existentes, é necessário destacar as diferenças “qualitativas”, ligadas às condições socioeconômico-culturais dos falantes, que apenas podem ser analisadas à luz das orientações da Sociolingüística.

Cumprir informar que foram vários os critérios utilizados, tanto isoladamente quanto em conjunto, para avaliar a “qualidade” do vocabulário. Uma vez que, aqui, não cabe descrevê-los com detalhes, destacamos apenas dois: o da frequência maior de determinadas palavras plenas, denominadas *especiais*, cujo conteúdo referencial fosse bastante específico, e o da maior adequação do vocabulário aos padrões da norma culta.

Dos vários cruzamentos dos dados sociolingüísticos, constata-se a independência de algumas variáveis e a interdependência de outras. Independentemente de quaisquer outros fatores externos, a *escolaridade*⁸ suplanta as demais variáveis, não havendo, entretanto, outras variações significativas, nem mesmo no que tange às diversas camadas socioeconômicas. No estudo da variável que separa os dois grupos de estudantes (universidade particular ou pública), constata-se que o vocabulário daqueles que se preparam para concorrer a uma vaga na universidade pública é mais específico e diversificado, conforme mostra o Quadro 3.

Um dado muito significativo, sobretudo em termos qualitativos, refere-se aos itens lexicais que representam legitimamente a preferência de uso dos dois grupos de estudantes. Referimo-nos às 137 palavras colocadas na primeira coluna do quadro e cuja frequência atingiu ou superou o limiar de frequência 40, tanto no conjunto das universidades quanto isoladamente em cada um dos *corpora*. Como se observa pelas formas destacadas, essa mesma listagem contém 32 palavras plenas, das quais 12 são consideradas *especiais*. São elas: *cultura, falta, governo, grande, história, melhor, mundo, problemas, social, sociedade, tempo* e *vida*. A maioria dessas palavras é de conteúdo abstrato e expressa tendências sócio-históricas, ou pensamentos da nossa época.

⁸ É importante assinalar que esse termo foi utilizado genericamente, aqui, tanto para se referir à Universidade de ingresso quanto ao tipo de escola (pública ou privada) na qual o estudante cursou o Ensino Médio.

Quadro 3 – Palavras de F>=40, segundo a Universidade *Particular* ou *Pública* (parâmetro considerado: as 359 mais freqüentes no *corpus* total)⁹

Palavras de F>=40 no <i>corpus</i> total e nos dois <i>corpora</i> (137)	Palavras de F>=40 no <i>corpus</i> total e no <i>corpus</i> da PARTICULAR (39)	Palavras de F>=40 no <i>corpus</i> total e no <i>corpus</i> da PÚBLICA (50)	Palavras de F>=40 no <i>corpus</i> total, mas com freqüência inferior a 40 nos dois <i>corpora</i> (133)
<p>a, à, ainda, anos, ao, aos, apenas, apesar, aqui, as, assim, até, bem, Brasil, brasileira, brasileiro, brasileiros, cada, com, como, cultura, da, das, de, descobrimento, desde, dia, do, dos, e, é, eles, em, então, entre, era, essa, esse, esta, está, estão, este, falta, fazer, foi, foram, governo, grande, há, história, hoje, índios, isso, já, mais, mas, melhor, mesmo, muitas, muito, muitos, mundo, na, nação, não, nas, nem, no, nós, nos, nossa, nossas, nosso, nossos, o, onde, os, ou, outros, pais, países, para, parte, pela, pelo, pelos, pessoas, pode, pois, população, por, porque, portugueses, pouco, povo, problemas, qual, quando, Quase, que, quem, quinhentos, riquezas, são, se, seja, sem, sempre, sendo, ser, será, seu, seus, sim, só, sobre, social, sociedade, somos, sua, suas, também, tanto, tão, tem, temos, tempo, ter, Terra, terras, todo, todos, tudo, um, uma, vez, vida.</p>	<p>agora, antes, brancos, cara, cientistas, comemorar, costumes, crânio, descoberta, descobertas, diferentes, dizer, ele, estamos, fome, futuro, gente, habitantes, Luzia, mistura, mostrar, mudar, nada, negros, podemos, políticos, povos, raça, raças, realmente, rosto, talvez, tecnologia, vai, vamos, várias, vários, violência, vivemos.</p>	<p>além, alguns, amigo, às, Cabral, carta, colônia, colonização, cultural, desenvolvimento, disso, economia, econômica, educação, enquanto, época, estava, eu, exemplo, exploração, fato, fomos, grandes, identidade, independência, índio, início, interesses, lhe, maior, maioria, manchetes, me, meu, milhões, minha, ouro, outras, passado, pau, poder, política, porém, Portugal, quanto, relação, séculos, situação, todas, você.</p>	<p>algumas, ano, atrás, através, atualmente, bom, busca, características, certeza, certo, chegada, coisa, coisas, continua, colonizadores, contra, comemoração, completar, condições, continente, corrupção, culturas, dar, depois, descoberto, desemprego, dessa, desse, desta, deste, deve, devemos, devido, dias, diferente, dinheiro, distribuição, durante, econômico, enfim, eram, escolas, esperança, essas, esses, estado, estar, estes, estrangeiros, europeus, existe, existem, existência, fatos, faz, fazem, fazendo, fora, forma, governantes, homem, homens, imagem, importante, isto, lado, lo, lugar, luta, maneira, mãos, meio, melhorar, menos, milênio, miscigenação, miséria, momento, mostra, muita, nacional, nações, nativos, naturais, negro, neste, notícias, nova, novas, novo, num, nunca, origem, outra, outro, parece, Paulo, Pedro, pelas, pobre, pobres, portanto, possível, possui, poucos, presente, primeiro, primeiros, própria, principalmente, qualquer, realidade, recursos, renda, respeito, sabe, sabemos, saber, saúde, século, seria, sido, sociais, tal, tantas, têm, toda, vem, trabalho, ver, verdade, verdadeira, viver.</p>

⁹ Todas as palavras destacadas são plenas, ou de significação externa.

debate é inerente à ciência. Dessa forma, os resultados e as análises apresentados talvez se revistam de um caráter de incompletude muito maior do que propriamente conclusivo, podendo haver, ainda, muito mais perguntas que respostas envolvendo o objeto de estudo da pesquisa realizada.

À guisa de conclusão, cumpre-nos, assim, apenas retomar alguns dados mais expressivos e refletir sobre os aspectos mais relevantes do ponto de vista dos objetos pretendidos, lembrando que este trabalho apresenta resultados apenas parciais de uma pesquisa maior.

Preliminarmente, convém destacar que, ao se estudar a sistematicidade do vocabulário, deve-se atentar para a diversidade e a variabilidade também própria da sua natureza. Essa diferenciação não se refere apenas ao plano lingüístico, ou seja, às estruturas lexicais internas, mas expande-se para o mundo exterior. Sobretudo considerando os elementos da estruturação da realidade, é possível observar não existirem formas de se desenvolver uma análise – muito menos descrição – precisa e exaustiva dos fatos.

Há que se assinalar também a confirmação, na prática, de algumas regras de organização perante a diversidade e a variabilidade da língua, que se manifestam no vocabulário. Uma delas refere-se à existência de um comportamento *regular* quanto à distribuição da frequência e ao número de unidades lexicais. Esse fenômeno da força da estrutura sobre a variação foi constatado não só com base no *corpus* total, mas também nos *corpora* resultantes dos recortes das variáveis estudadas. A *regularidade*, aqui observada, diz respeito à alta frequência dos instrumentos gramaticais e de um determinado grupo de verbos, e à baixa frequência das palavras plenas, ou de conteúdo externo – em especial, substantivos e adjetivos.

Outro fator a ser ressaltado refere-se à impossibilidade de se fazer qualquer tipo de avaliação do vocabulário sem operar recortes no *corpus*. Somente com base nos estudos das variáveis existentes nos grupos sociolingüísticos, foi possível perceber as semelhanças e/ou dessemelhanças e obter um resultado satisfatório, caracterizando a amplitude maior ou menor do vocabulário analisado, bem como a sua adequação ou inadequação de uso.

Os dados evidenciam, conclusivamente, maior competência vocabular por parte dos estudantes que ingressam na universidade pública, talvez em razão de estarem mais bem preparados para concorrer às vagas limitadas que ela oferece. Mostram, também, que aqueles que, até o Ensino Médio, estudaram em escola particular também possuem um conhecimento maior em termos vocabulares.

Se “o léxico é o indicador mais seguro de dificuldade do texto” e se as deficiências dos estudantes na compreensão da escrita, ou na percepção da função dos itens lexicais no texto, são decorrentes do ensino (KLEIMAN, 1989, p.132), deduz-se, então, que, sobretudo na escola da rede pública, os alunos não têm sido submetidos à prática de atividades adequadas ao desenvolvimento do seu vocabulário ativo. Diante desses resultados, não se pode deixar de ressaltar, mais uma vez, a necessidade de se refletir sobre o decisivo papel da Escola como “divisor de águas”, também no que concerne ao ensino da língua materna.

Comparando as duas listas de palavras, que atingiram o limiar de frequência 40 em cada *corpus*, observa-se que no rol da Instituição Pública há um grupo maior de palavras *especiais*. São dezoito palavras (*cultura, desenvolvimento, economia, econômica, educação, época, exploração, grandes, identidade, interesses, maior, maioria, milhões, passado, política, relação, séculos e situação*), que equivalem a 36% do total, contra onze palavras – 22% – registradas na lista da universidade particular (*brancos, diferentes, fome, futuro, gente, mudar, negros, políticos, violência, vivemos e tecnologia*).

Analisando-se aquele conjunto de dezoito palavras *especiais*, observa-se a presença de temas abrangentes, do ponto de vista do contexto vivido pela sociedade brasileira. Em particular, a palavra *política*, e não *políticos*, constante da lista da Instituição Particular, parece ser capaz de comprovar esse fenômeno e, ao mesmo tempo, de sintetizar o pensamento dos estudantes da Escola Pública. Na oposição entre *política/políticos* é possível supor que, enquanto este grupo trata da questão *política* do Brasil, aquele discute a situação dos *políticos* brasileiros.

Há também um dado curioso do ponto de vista gramatical: ocorre maior incidência de marca de plural nas palavras plenas do vocabulário dos estudantes da Instituição Pública; isso denota tendência de concordância em sintagmas nominais. Essa população apresenta, portanto, maior domínio dos elementos lingüísticos exigidos na variante de prestígio, ou modalidade escrita-culta.

Quando essas populações são subdivididas em quatro grupos sociolingüísticos, de acordo com a variável: escola (particular ou pública) em que concluíram o Ensino Médio, os dados são ainda mais expressivos. Tomando-se por parâmetro a extensão dos textos dos estudantes, ou seja, o número médio de palavras por redação, este trabalho apurou os seguintes resultados: a) textos de estudantes de universidade pública advindos da rede particular de ensino: média de *364 palavras*; b) textos de estudantes de universidade pública advindos da rede pública de ensino: média de *329 palavras*; c) textos de estudantes de universidade particular advindos da rede particular de ensino: média de *206 palavras*; d) textos de estudantes de universidade particular advindos da rede pública de ensino: média de *181 palavras*.

Todos esses elementos presentes e/ou ausentes no vocabulário de cada grupo de estudantes confirmam a existência de divergências qualitativas e contribuem para que se considere mais amplo o vocabulário dos ingressantes na universidade pública, sobretudo dos que concluíram o Ensino Médio em escola da rede particular.

Esses resultados demonstram a relação entre língua e sociedade, ou seja, o imbricamento entre fenômenos lingüísticos e aspectos sociopolíticos, e ainda denunciam problemas de desigualdades decorrentes da má qualidade do ensino de Língua Portuguesa, até o Ensino Médio, sobretudo na escola pública.

Verifica-se, portanto, que esse tipo de pesquisa no âmbito do vocabulário é de particular interesse para o ensino, pois somente com o conhecimento sobre quais vocábulos merecem maior atenção, ou sobre quais fatores desencadeiam semelhanças e/ou dessemelhanças com relação ao uso, é que se pode "evitar o empirismo na escolha do vocabulário para fins didáticos" (BIDERMAN, 1998, p.179).

Considerações finais

A árdua tarefa de se investigar os mistérios que envolvem a linguagem humana exige uma explicação científica, ao mesmo tempo sempre provisória, uma vez que o

Agradecimentos

Às Instituições de Ensino Superior – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP) e Faculdades Integradas Toledo de Araçatuba (SP) –, que forneceram o corpus para a pesquisa, e à Prof^a Dr^a. Maria Tereza Camargo Biderman (UNESP), por sua inestimável colaboração na cessão dos materiais de sua pesquisa.

NASCIMENTO, R. I. do; ISQUERDO, A. N. Frequency of words: a diagnostic of the vestibular compositions vocabulary. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.71-84, 2003.

- **ABSTRACT:** *This paper presents the results of a lexical-statistical research on a corpus formed by 450 "vestibular" compositions (1999 and 2000) from a private and a public university in São Paulo state. The statistical results from this sample of the university applicants vocabulary resemble the data from another researches in the same area, specially when it comes to the high frequency level of the small amount of lexical units: 11,151 different types totaling 113,638 tokens in the corpus. The confrontation of this research data to the data from the Frequency Dictionary of Contemporary Brazilian Portuguese lexicon, by Biderman (1998), shows a small amount of words (a slight more than three hundred) which were common in the two databases and which shared similar frequency levels. This indicates the existence of a possible nucleus of the analyzed vocabulary which might gather words probably used in any kind of text. This phenomenon is, above all, marked by the twenty most frequent verbs in the corpus. Data resulting from different samples and from sociolinguistic crossings of a few variables such as the university the students applied for; public or private high school graduation, gender and family income, confirm this phenomenon. From this analysis, two findings deserve to be highlighted: the superiority of the vocabulary from those applying for a private university and the "school background" as a variable that overcomes all the others.*
- **KEYWORDS:** *Lexical-statistical; vocabulary; "vestibular" compositions; university applicants; verbs.*

Referências bibliográficas

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.

_____. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de freqüências do português. *Alfa: Revista de Lingüística*, São Paulo, v.42, n. esp., p.161-81, 1998.

CRUZ, M. L. S. da. A norma lexicográfica no tratamento do *Corpus* de freqüência. In: NASCIMENTO, M. F. B. do; RIVENC, P.; CRUZ, M. L. S. da. *Português fundamental: métodos e documentos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, 1987, p.311-421. v.2, tomo primeiro.

KLEIMAN, A. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1989. 213p.

MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie: domaine français*. Paris: Marcel Didier, 1953. 126p.

NASCIMENTO, R. I. do. *O vocabulário dos estudantes universitários: um estudo com base em redações de vestibular*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2001.

PAIVA, M. da C. de; SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *Delta*, São Paulo, v.15, n. esp., p.201-32, 1999.

Bibliografia consultada

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998. p. 11-20.

NASCIMENTO, M. F. B.; CRUZ, M. L. S. da. O inquérito de disponibilidade. In: NASCIMENTO, M. F. B.; RIVENC, P.; CRUZ, M. L. S. da. *Português fundamental: métodos e documentos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987. p.27-40. v.2, tomo 2.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998. 262p.

REY, A. *La Lexicologie*. Paris: Klincksieck, 1970. 323p.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. *Alfa*, Revista de Linguística, São Paulo, v.28 supl., p.45-69, 1984.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986. 96p.

A DISTRIBUIÇÃO DOS ADVÉRBIOS MODALIZADORES NA SENTENÇA: UMA ANÁLISE DE BASE GERATIVA¹

Patrícia TOSQUI²

Beatriz Nunes de Oliveira LONGO³

- RESUMO: Apresenta-se uma análise das possibilidades de distribuição dos advérbios modalizadores na sentença, comparando-se as línguas portuguesa e inglesa. A base do estudo é a teoria dos Princípios e Parâmetros, tomando-se como referência principal a hierarquia universal de Cinque (1999).
- PALAVRAS-CHAVE: Modalização; advérbios modalizadores; sintaxe gerativa.

Introdução

Apresentamos neste artigo uma análise da distribuição dos advérbios e, particularmente, dos advérbios modalizadores, na sentença. A classe dos advérbios modalizadores é bastante ampla e pode expressar diferentes valores, mas tem como característica comum apresentar, de modo mais ou menos explícito, algum tipo de intervenção do falante na definição da validade e do valor do enunciado que produz. Pode, assim, modalizar quanto ao dever, modalizar quanto ao valor de verdade, restringir o domínio dentro do qual o enunciado é verdadeiro e até mesmo avaliar afetivamente o próprio enunciado. Adotamos aqui, com base nessa definição, a classificação proposta por Neves (2000) para os advérbios modalizadores, a saber: Deônticos (como *necessariamente*); Epistêmicos, subdivididos em Afirmativos (como *certamente*) e Relativos (como *provavelmente*); Delimitadores (como *basicamente*) e Afetivos, subdivididos em Subjetivos (como *felizmente*) e Intersubjetivos (como *francamente*).

1 Este artigo baseia-se em capítulo da dissertação de Mestrado (TOSQUI, 2002) defendida e orientada, respectivamente, pelas autoras, e que contou com auxílio da Fapesp, processo n. 99/108228-7. Agradecemos ao(s) revisor(es) de *Alfa* os comentários e sugestões, salientando que os problemas remanescentes são de nossa responsabilidade.

2 Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Endereço eletrônico: patriciatosqui@uol.com.br.

3 Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Endereço eletrônico: longo@sunrise.com.br.

Tomando por base trabalhos de orientação sobretudo gerativa, procuramos identificar em quais posições os advérbios dessa classe podem ser gerados dentro de uma sentença e, a partir de estudos comparativos, verificar se há diferenças nos parâmetros que determinam as posições em diferentes línguas. As línguas selecionadas para este estudo foram o português brasileiro e o inglês. Os exemplos foram extraídos, em português, do corpus montado no Laboratório de Lexicografia da UNESP (CLL), por Francisco da Silva Borba, e do CD-ROM do jornal *Folha de S.Paulo* (FSP), de 1999, e, em inglês, da versão DEMO do corpus *Cobuild Direct Corpus Sampler* (CDC), disponível na Internet.

Uma análise lingüística de base sintática não pode considerar palavras isoladamente, uma vez que sabemos que, dependendo das relações entre os elementos da sentença, diferentes construções são possíveis em uma língua natural. Assim, encontramos pesquisas sobre a posição de advérbios dentro da sentença que analisam também o movimento do verbo e de outros constituintes para verificar que deslocamentos e alçamentos geram diferentes ordens de elementos.

Pesquisas sobre a posição dos advérbios na teoria gerativa

Pollock (1989) apresentou uma inovação na teoria gerativa quanto à posição dos constituintes da sentença. Ao contrário do que se supunha até então, o autor afirma que é o advérbio – e não o verbo – que ocupa posição fixa na sentença. Ele propõe também subdividir o Sintagma Flexional (IP) em duas categorias funcionais: Tempo (TP) e Concordância (AgrP), e afirma que o deslocamento do verbo para tais posições é o que explica as diferenças de superfície entre as línguas.⁴ Costa (1996) questiona alguns aspectos da proposta de Pollock, e realiza outros testes em relação à posição do verbo, evidenciando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Ojea López (1994) apresenta uma divisão da estrutura funcional dos sintagmas que origina um aumento no número das categorias funcionais. A autora afirma que, de acordo com os parâmetros que caracterizam as línguas naturais, cada língua pode, a partir dos princípios oferecidos pela Gramática Universal, desenvolver certas categorias funcionais, e não outras, e ordená-las de maneira própria. Assim, a posição dos advérbios na sentença pode ser determinada mediante o estudo aprofundado das categorias lexicais e, sobretudo, pela identificação das categorias funcionais, que podem variar de uma língua para outra. Seguindo essa linha de raciocínio, Cinque (1999) também analisa a estrutura funcional da sentença e, por meio de comparações entre diversas línguas, conclui que a sentença possui uma formação funcional extremamente rica, que não varia em diferentes línguas. Esse aspecto contradiz a proposta de Ojea López (1994) de que as línguas têm estruturas funcionais diferentes. Pesquisando as manifestações morfológicas das categorias funcionais em línguas pertencentes

4 A proposta de Pollock (1989) foi incorporada à teoria chomskyana na explicação de várias diferenças de ordem nas línguas. Por questões de delimitação de espaço, não nos deteremos nessa proposta. Embora estejamos analisando o português brasileiro e o inglês, aproveitamos os estudos comparativos de Pollock (1989), de Costa (1996) e de Ojea López (1994), que apresentam propostas universalistas sobre a estrutura funcional das sentenças.

Tomando por base trabalhos de orientação sobretudo gerativa, procuramos identificar em quais posições os advérbios dessa classe podem ser gerados dentro de uma sentença e, a partir de estudos comparativos, verificar se há diferenças nos parâmetros que determinam as posições em diferentes línguas. As línguas selecionadas para este estudo foram o português brasileiro e o inglês. Os exemplos foram extraídos, em português, do *corpus* montado no Laboratório de Lexicografia da UNESP (CLL), por Francisco da Silva Borba, e do CD-ROM do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), de 1999, e, em inglês, da versão DEMO do *corpus Cobuild Direct Corpus Sampler* (CDC), disponível na Internet.

Uma análise lingüística de base sintática não pode considerar palavras isoladamente, uma vez que sabemos que, dependendo das relações entre os elementos da sentença, diferentes construções são possíveis em uma língua natural. Assim, encontramos pesquisas sobre a posição de advérbios dentro da sentença que analisam também o movimento do verbo e de outros constituintes para verificar que deslocamentos e alçamentos geram diferentes ordens de elementos.

Pesquisas sobre a posição dos advérbios na teoria gerativa

Pollock (1989) apresentou uma inovação na teoria gerativa quanto à posição dos constituintes da sentença. Ao contrário do que se supunha até então, o autor afirma que é o advérbio – e não o verbo – que ocupa posição fixa na sentença. Ele propõe também subdividir o Sintagma Flexional (IP) em duas categorias funcionais: Tempo (TP) e Concordância (AgrP), e afirma que o deslocamento do verbo para tais posições é o que explica as diferenças de superfície entre as línguas.⁴ Costa (1996) questiona alguns aspectos da proposta de Pollock, e realiza outros testes em relação à posição do verbo, evidenciando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Ojea López (1994) apresenta uma divisão da estrutura funcional dos sintagmas que origina um aumento no número das categorias funcionais. A autora afirma que, de acordo com os parâmetros que caracterizam as línguas naturais, cada língua pode, a partir dos princípios oferecidos pela Gramática Universal, desenvolver certas categorias funcionais, e não outras, e ordená-las de maneira própria. Assim, a posição dos advérbios na sentença pode ser determinada mediante o estudo aprofundado das categorias lexicais e, sobretudo, pela identificação das categorias funcionais, que podem variar de uma língua para outra. Seguindo essa linha de raciocínio, Cinque (1999) também analisa a estrutura funcional da sentença e, por meio de comparações entre diversas línguas, conclui que a sentença possui uma formação funcional extremamente rica, que não varia em diferentes línguas. Esse aspecto contradiz a proposta de Ojea López (1994) de que as línguas têm estruturas funcionais diferentes. Pesquisando as manifestações morfológicas das categorias funcionais em línguas pertencentes

4 A proposta de Pollock (1989) foi incorporada à teoria chomskyana na explicação de várias diferenças de ordem nas línguas. Por questões de delimitação de espaço, não nos deteremos nessa proposta. Embora estejamos analisando o português brasileiro e o inglês, aproveitamos os estudos comparativos de Pollock (1989), de Costa (1996) e de Ojea López (1994), que apresentam propostas universalistas sobre a estrutura funcional das sentenças.

a diferentes famílias, o autor chega a um número de aproximadamente quarenta projeções funcionais possíveis. Cinque (1999) apresenta ainda uma hierarquia dessas projeções funcionais, também aparentemente válida para todas as línguas. Aproveitamos, dessa hierarquia, a ordem correspondente aos advérbios modalizadores, a qual será apresentada adiante.

A proposta de Cinque

Na tentativa de definir as possíveis posições que os advérbios ocupam na sentença e as características comuns aos itens pertencentes ao mesmo grupo, alguns autores propuseram uma classificação para os advérbios com base em sua distribuição. Jackendoff (1972), um dos primeiros autores a se dedicar ao estudo dos advérbios com base na teoria gerativa, correlacionou a posição dos advérbios na sentença a regras de interpretação semântica, chegando à seguinte classificação: advérbios relacionados ao verbo (advérbios de VP), advérbios orientados para o sujeito e advérbios orientados para o falante (advérbios de S, classe na qual se encontram os modalizadores). Com base no grau de interação que apresentam em relação à sentença, Quirk & Greenbaum (1973) subdividiram os advérbios em três grupos principais: adjuntos (mais integrados à estrutura da oração), conjuntos (periféricos, desempenham uma função conectiva) e disjuntos (periféricos, abrangem os modalizadores). Cinque (1999), em seu estudo, aproveita essas classificações, apresentando uma distinção entre advérbios internos ao VP (como os advérbios de tempo, lugar e modo), e advérbios externos ao VP (ou seja, advérbios de S, que são os advérbios selecionados para nosso estudo).

Cinque parte da hipótese de Pollock (1989) de que os sintagmas adverbiais externos ao VP são gerados em posições fixas nas sentenças e de que as diferentes possibilidades de distribuição nas línguas se devem a deslocamentos dos verbos. Para ele, as diferentes posições adverbiais básicas correspondem classificações diversas, a não ser em casos em que o advérbio se tenha deslocado como parte de outro constituinte.

Diferentes posições indicam também diferentes interpretações semânticas, como podemos observar nos exemplos:

- (1) Francamente, João estava bêbado.
- (2) João estava francamente bêbado.

Além disso, Cinque também propõe que os sintagmas adverbiais externos aos VPs ocupam a posição de especificadores únicos de projeções funcionais. Tais projeções podem ou não ter manifestação morfológica, dependendo da língua. A hipótese de que os advérbios (AdvPs) preencheriam a posição de especificadores dentro dos sintagmas funcionais correspondentes a projeções de categorias flexionais explicaria a ordenação rígida dos AdvPs, que refletiria a ordenação de tais sintagmas funcionais.

Já os advérbios internos ao VP, também chamados circunstanciais (modo, tempo, lugar etc.), além de não serem ordenados entre si, exerceriam o papel de atributos, quando em posição inicial, ou predicativos (em posição final), dentro do VP, assim como os adjetivos dentro de DP. Tais advérbios, portanto, não se classificam como especificadores. Para justificar sua proposta, o autor apresenta os seguintes argumentos:

(i) considerar que os advérbios são adjuntos não explica a ordenação fixa dos advérbios entre si, nem o seu posicionamento em relação aos núcleos funcionais (à esquerda).

(ii) observando sentenças do italiano em que um auxiliar ou um participio pode preceder ou seguir uma série de sintagmas adverbiais, Cinque conclui que deve haver várias posições nucleares numa sentença. Se os advérbios fossem adjuntos de diferentes projeções máximas, o participio ou o auxiliar não poderia ocorrer entre virtualmente qualquer par de advérbios, como podemos verificar no exemplo apresentado pelo autor:

- (3) a. **Ho** francamente purtroppo evidentemente una pessima opinione di voi.
b. Francamente **ho** purtroppo evidentemente una pessima opinione di voi.
c. Francamente purtroppo **ho** evidentemente una pessima opinione di voi.
d. Francamente purtroppo evidentemente **ho** una pessima opinione di voi.
- (4) a. **Tenho** francamente infelizmente evidentemente una pèssima opinìo sobre vocês.
b. Francamente **tenho** infelizmente evidentemente una pèssima opinìo sobre vocês.
c. Francamente infelizmente **tenho** evidentemente una pèssima opinìo sobre vocês.
d. Francamente infelizmente evidentemente **tenho** uma pèssima opinìo sobre vocês.]

Observando essas possibilidades, Cinque (1999) propõe a estrutura (5), em que X corresponde às posições do V auxiliar (VAux):

(5) [X [francamente X [infelizmente X [obviamente X...]]]]

Outra seqüência discutida por Cinque (1999) é (6):

(6) *João *obviamente felicemente* tinha aceito.

De acordo com Cinque 1999, (6) não é possível porque os advérbios afetivos, como *felicemente*, ocupam uma posição superior aos epistêmicos, como *obviamente*, o que confirma a necessidade de posição fixa e da hierarquia de ordenação. Se postulássemos adjunção livre (à direita ou esquerda), não teríamos como impedir (6).

Evidenciando assim que os sintagmas adverbiais ocupam posições de especificadores únicos de diferentes projeções máximas, Cinque (ibidem) afirma que os núcleos de tais projeções são categorias funcionais distribuídas de acordo com uma ordenação previamente determinada. As ordens que se manifestam nas diferentes línguas são subsequências de uma única hierarquia universal de núcleos funcionais,⁵ estabelecida com base na comparação entre diferentes línguas e em estudos de diversos autores.

5 Desse modo, a tarefa da criança na aquisição da linguagem seria grandemente facilitada: ela teria apenas de aprender quais projeções se manifestam morfologicamente em sua língua.

Assim, para Cinque (idem, p.33), os advérbios sentenciais em inglês, independentemente da posição em que se projetam, obedecem à mesma ordem que a presente nas línguas românicas:

- Advérbios afetivos intersubjetivos precedem advérbios afetivos subjetivos:

(7) a. *Honestly* I am *unfortunately* unable to help you.
[*Honestamente* eu sou *infelizmente* incapaz de ajudá-lo.]
b. * *Unfortunately* I am *honestly* unable to help you.
[* *Infelizmente* eu sou *honestamente* incapaz de ajudá-lo.]

- Advérbios afetivos subjetivos precedem advérbios epistêmicos afirmativos:

(8) a. *Fortunately* he had *evidently* had his opinion of the matter.
[*Felizmente* ele tinha *evidentemente* formado sua opinião sobre o assunto.]
b. * *Evidently* he had *fortunately* had his opinion of the matter.
[* *Evidentemente* ele tinha *felizmente* formado sua opinião sobre o assunto.]

- Advérbios epistêmicos afirmativos precedem advérbios epistêmicos relativos:

(9) a. *Clearly* John *probably* will learn French perfectly.
[*Obviamente* João *provavelmente* vai aprender francês perfeitamente.]
b. * *Probably* John *clearly* will learn French perfectly.
[* *Provavelmente* João *obviamente* vai aprender francês perfeitamente.]

- Advérbios epistêmicos relativos precedem advérbios de tempo (passado, presente, futuro), embora possam segui-los em caso de topicalização:

(10) *Probably* he *once* had a better opinion of us.
[*Provavelmente* ele *outrora* tinha uma opinião melhor sobre nós.]

(11) *Once* he *probably* had a better opinion of us.
[*Outrora* ele *provavelmente* tinha uma opinião melhor sobre nós.]

- *Talvez/ Perhaps* precede advérbios orientados para o sujeito:

(12) John will *perhaps* *carefully* withdraw.
[João *talvez* vá *cuidadosamente* recuar.]
* John will *carefully* *perhaps* withdraw.
[* João vá *cuidadosamente* *talvez* recuar.]

Em suma, adaptando a hierarquia de Cinque (1999) a nosso trabalho, percebemos que a ordem das várias classes de AdvPs em inglês corresponde à encontrada em línguas românicas:

(13) *frankly* > *fortunately* > *evidently* > *probably* > *once/then* > *perhaps* > *wisely*

- (14) francamente > felizmente > evidentemente > provavelmente > uma vez/então > talvez > sabiamente

Os advérbios delimitadores externos ao VP, que Cinque chama de “de domínio”, como, por exemplo, *socialmente*, são, para o autor, gerados em posição topicalizada, assim como os afetivos intersubjetivos. Os delimitadores podem também fornecer uma moldura (*frame*) relevante dentro da qual se avalia o grau de verdade de um ato de fala. Por isso, Cinque (1999) conclui que devem preceder todos os advérbios modalizadores. O autor apresenta os seguintes exemplos:

- (15) a. Politically, there are frankly no grounds for being merry.
b. * Frankly, there are politically no grounds for being merry.
[Politicamente, não temos francamente motivos para ficar contentes.
* Francamente, não temos politicamente motivos para ficar contentes.]
- (16) a. Politically, there is unfortunately no solution.
b. * Unfortunately, there is politically no solution.
[Politicamente, não há infelizmente solução.
* Infelizmente, não há politicamente solução.]
- (17) a. Politically, there's probably nothing to do.
b. * Probably, there's nothing politically to do.
[Politicamente, não há provavelmente nada a fazer.
* Provavelmente, não há politicamente nada a fazer.]

Cinque (1999, p.13) afirma que os advérbios afetivos intersubjetivos são gerados à esquerda de *talvez* e dos advérbios orientados para o falante, mas podem também aparecer em posição topicalizada, à esquerda de todos os advérbios sentenciiais, “plausivelmente na posição dos advérbios delimitadores”. O autor afirma ainda que, na apresentação de sua hierarquia, omitiu a posição topicalizada que abriga os advérbios delimitadores.

Por tratar predominantemente da relação dos advérbios com os núcleos de projeções funcionais, Cinque (ibidem) não menciona a incidência dos delimitadores sobre os sintagmas adjetivos. Sabemos, porém, que essa subclasse de advérbios pode incidir também sobre tal classe de palavras, como podemos verificar nos exemplos:

- (18) Teatro só é uma opção para os *lingüisticamente* **abençoados** – pior para o resto de nós, porque o teatro húngaro tem fama internacional. (FSP)
- (19) We were used to thinking of childhood as a *basically* **healthy** time. (CDC)
[Pensávamos na infância como uma época *basicamente* **saudável**.]

Uma subclasse de advérbios que parece gozar de certa liberdade de distribuição é a dos advérbios de tempo ancorados nos intersubjetivos, como *agora*, *então*, *uma vez*. Para Cinque (1999), apesar de estes advérbios precederem os orientados para o sujeito e, preferencialmente, *talvez*, eles podem aparecer antes ou depois dos modalizadores até a subclasse dos epistêmicos:

- (20) *Francamente agora* você me irritou.
Agora francamente você me irritou.
- (21) *Felizmente agora* você está conosco.
Agora felizmente você está conosco.
- (22) *Provavelmente agora* ela nos escutará.
Agora provavelmente ela nos escutará.

Focalizando especialmente as posições ocupadas pelos modalizadores, apresentamos a seguinte adaptação da hierarquia proposta por Cinque (ibidem):

Hierarquia Universal dos Advérbios Modalizadores⁶

[Modalizadores Delimitadores] > Modalizadores Afetivos Intersubjetivos >
Modalizadores Afetivos Subjetivos > Modalizadores Epistêmicos Afirmativos >
Modalizadores Epistêmicos Relativos > Advérbios de Tempo (Passado,
Presente e Futuro) > Modalizador *Irrealis* (*talvez*) > Modalizadores Aléticos⁶
(de necessidade > de possibilidade > de volição) > Modalizadores
Deônticos > Advérbios de modo (*bem, mal*)...

A maioria dos advérbios de nosso estudo se distribui pelas camadas mais altas da hierarquia. Os delimitadores, segundo Cinque (ibidem), seriam posicionados antes dos afetivos intersubjetivos.

Nesse quadro, os advérbios de nosso estudo estão acompanhados de outras subclasses de advérbios, a fim de mostrar a distribuição das subclasses que nos interessam e suas relações com outras subclasses. Assim, podemos observar que Cinque (ibidem) acrescenta a modalização “*irrealis*”, exemplificada pelo advérbio “*talvez*”. Para o autor, esse advérbio apresenta características específicas, por isso não pode ser considerado epistêmico relativo.⁷

Por fim, Cinque (ibidem) apresenta os advérbios de modo, que se posicionam na base da hierarquia. O autor ressalva que, em algumas línguas românicas, o verbo pleno pode se deslocar para núcleos funcionais distintos, o que possibilita seu posicionamento acima do advérbio de modo, como acreditamos ser o caso do português:

- (23) João fez muito *bem* a sua tarefa.
[*John did very *well* his homework.]

Para as categorias funcionais que têm manifestação morfológica no inglês, Cinque (1999, p.153) apresenta uma hierarquia resumida – que utilizaremos como ponto de partida para nosso estudo.⁸

6 Embora Cinque (1999, p.203) reconheça que a lógica e a linguagem não podem ser identificadas, acaba por manter a distinção epistêmicos/aléticos/deônticos.

7 Tais diferenças se encontram na distinção entre modo e modalidade (*mood* e *modality*) e entre os modos indicativo/subjuntivo (*realis/irrealis*). Para saber mais sobre a distinção entre modo e modalidade, ver Palmer (1986).

8 A hierarquia resumida foi extraída, por Cinque (1999), de Chomsky (1957).

Segundo Cinque (ibidem), a categoria Tempo (T) se posiciona entre os advérbios epistêmicos e os não epistêmicos. Entretanto, na interação com auxiliares, os modalizadores epistêmicos, no inglês, se posicionam após o Aspecto Perfectivo, como podemos observar em orações com verbos auxiliares:

- (24) Kersee's training methods **have certainly worked** for Jackie, though. (CDC)
 He **will probably look** for someone who has a lighter or matches. (CDC)

Observemos agora o seguinte exemplo:

- (25) Prices must not have been being raised.
 [Os preços não devem ter estado sendo aumentados.]

Como se vê, nessa sentença, todas as categorias funcionais da hierarquia estão expressas morfologicamente, e a diferença entre o inglês e o português seria apenas quanto à negação. A partir dessas constatações, o autor afirma que (26) e (27) têm a mesma estrutura sintática básica, não envolvendo estruturas adicionais de adjunção ou especificação:

- (26) Prices rise.
 [Os preços aumentam.]
- (27) Fortunately prices probably already no longer rise so rapidly.
 [Felizmente os preços provavelmente já não aumentam mais tão rapidamente.]

Aqui, podemos observar outra diferença entre as duas línguas: como em inglês o verbo pleno não se desloca, é precedido por todos os AdvPs. Em português, como se sabe, por questões de checagem de traços, o V se desloca para uma posição acima do advérbio *mais (no longer)*.

Cinque (1999) afirma que a estrutura *lexical* das duas orações, contudo, não é necessariamente a mesma, uma vez que os dados evidenciam que, em alguns casos, os morfemas aparentemente ocorrem em posições mais baixas do que as ocupadas pelos núcleos funcionais correspondentes. Em condições normais, os auxiliares e modais não são acentuados (*stressed*) e aparecem à esquerda dos advérbios. Cinque (ibidem) conclui que mais estudos são necessários para determinar o âmbito de incidência dos auxiliares em diferentes línguas.

Outra posição muito comum dos advérbios modalizadores é a topicalizada.⁹ Qualquer advérbio modalizador pode aparecer topicalizado no início ou no final de uma sentença, respectivamente seguido ou precedido de pausa, como em:

⁹ Seguindo Cinque (ibidem), estamos considerando como tópico um constituinte que ocupa uma posição mais saliente na sentença.

(28) *Sinceramente*, não sei de onde tiraram essa conclusão. (FSP)

(29) *Francamente*, é um absurdo. (CLL)

(30) Recebo isso com indiferença, *sinceramente*. (SSP)

(31) Guardadas as devidas proporções, *naturalmente*. (CLL)

Segundo Costa (1996), o sintagma topicalizado (TopP) é uma projeção independente que tem sua ordem estabelecida de acordo com outras categorias, como em [CP... [TopP...[TP...], o que torna aceitável uma sentença como:

(32) João disse que *provavelmente* Maria deu uma flor a Pedro.

Uma restrição para essa posição topicalizada ocorre em relação ao sintagma complementizador (CP), que abriga conjunções e palavras interrogativas. De acordo com Cinque (1999), os advérbios modalizadores só podem seguir, mas nunca preceder, os sintagmas CP:

(33) Fale desse problema com alguma outra de suas amigas, **porque** *francamente* eu estou enojada da coisa toda. (FSP)

* Fale desse problema com alguma outra de suas amigas, *francamente* **porque** eu estou enojada da coisa toda.

(34) And I think this is the point **where** *frankly* everybody's got to get their act. (CDC)

* And I think this is the point *frankly* **where** everybody's got to get their act.

Além da topicalização, Cinque (ibidem) menciona o uso parentético dos modalizadores, que pode levar a algumas alterações na ordem natural:

(35) Não que isso tire a vez dos peixes e frutos do mar, que são a base, *logicamente*, da culinária local. (FSP)

(36) Estão em discussão, *basicamente*, as porcentagens da divisão do faturamento anual de pelo menos US\$ 2 bilhões. (FSP)

(37) What, *honestly*, do I mean by rounded? (CDC)

(38) The silence that reigned again seemed, *logically*, to focus upon Martin Perish. (CDC)

Outra projeção funcional que pode interferir na distribuição dos advérbios é a dos sintagmas determinantes (DPs). De acordo com Cinque (ibidem), os DPs são projeções independentes das dos Adv, e sua distribuição varia de língua para língua. Analisamos aqui especificamente o caso do DP sujeito. Assim como os auxiliares, o sujeito pode ocupar diversas posições com relação aos advérbios que precedem o verbo, mas não em relação ao que o seguem:

(39) *Freqüentemente* João viaja nas férias.

João *freqüentemente* viaja nas férias.

* Já João viajou nas férias.

* *Completamente* João terminou o trabalho.

Assim, Cinque (1999) postula que o sujeito tem deslocamento aparentemente opcional em relação a advérbios sentenciais em inglês, possivelmente para checar algum traço adicional em uma posição de especificador mais alta. O mesmo comprovamos para o português:

- (40) [Socially / Frankly / Fortunately / Certainly / Probably / Perhaps / Necessarily / * Completely / * Well] **John** is happy with that.
- (41) [Socialmente / Francamente / Felizmente / Certamente / Provavelmente / Talvez / Necessariamente / * Completamente / * Bem] **João** está/ esteja feliz com isso.
- (42) **John** [socially / frankly / fortunately / certainly / probably / perhaps / necessarily / * completely / * well] is happy with that.
- (43) **João** [socialmente / francamente / felizmente / certamente / provavelmente / talvez / necessariamente / * completamente / *bem] está/ esteja feliz com isso.

A natureza da posição está relacionada à interpretação semântica, e o deslocamento às vezes é obrigatório para checagem de traços. Em alguns casos, posições diferentes determinam escopos diferentes:

- (44) *Obviamente* a água é um elemento químico (é óbvio que a água é ...).

A água é um elemento *obviamente* químico (e não matemático, por exemplo).

Dada essa evidência de que os DPs e os VPs se deslocam na sentença, e a postulação de que cada AdvP é gerado necessariamente em uma posição única de especificador de um determinado núcleo funcional, as diferentes possibilidades distributivas do advérbio, de acordo com Cinque (1999, p.109), se explicam por deslocamentos do verbo e do sujeito, que podem variar de língua para língua, como podemos exemplificar em:

- (45) *Probably* George will have read the book.
George *probably* will have read the book.
* George will *probably* have read the book.
George will have *probably* read the book.
- (46) *Provavelmente* Jorge vai ter lido o livro.
Jorge *provavelmente* vai ter lido o livro.
? Jorge vai *provavelmente* ter lido o livro.
* Jorge vai ter *provavelmente* lido o livro.

De acordo com Cinque (1999), a negação também possibilita várias posições diferentes dos elementos da sentença. Enquanto os AdvPs que precedem a negação não podem cair em seu escopo (47), no caso de AdvPs que a seguem, temos duas possibilidades. Alguns podem ser considerados dentro ou fora de seu escopo (48), enquanto outros *nunca* estão sob o escopo da negação (49):

(47) Esta condição *necessariamente* não terá conseqüências (= não terá).
This condition *necessarily* will not have consequences.

(48) Esta condição não terá *necessariamente* conseqüências (= poderá ter ou não).
This condition will not *necessarily* have consequences.

Em (48), mesmo que, dependendo do contexto, uma ou outra interpretação possa ser favorecida, tanto a interpretação em que o advérbio está sob o escopo da negação quanto a em que não está são possíveis. Já em (49), o AdvP está necessariamente fora do escopo da negação:

- (49) a. Eu não tenho *francamente* nada mais a dizer.
a. [I haven't *frankly* anything else to add.]
b. João não tinha *evidentemente* se inteirado de nossa chegada.
b. [John hadn't *evidently* learned of our arrival.]
c. João não é *provavelmente* capaz de nos ajudar.
b. [John isn't *probably* able to help us.]

As classes de advérbio em (49) correspondem às projeções mais altas da sentença (epistêmicos e afetivos). Todos esses dados levaram Cinque (1999) às seguintes conclusões sobre a interação de advérbios e negação: quando *não/not* (juntamente com o verbo) está à direita de um advérbio, só pode ter se originado em um NegP mais baixo do que o advérbio (não incluindo o advérbio em seu escopo (47)). Quando *não/not* (juntamente com o verbo) está à esquerda de um advérbio (abaixo do modalizador epistêmico), não sabemos se se originou em um NegP à esquerda do Adv, ou à sua direita. Isto significa que uma sentença como (50) pode corresponder tanto a (51a) como a (51b):

(50) João não tinha *deliberadamente* abandonado a candidatura.

- (51) a. João *deliberadamente* não tinha abandonado a candidatura.
a. (= não abandonou a candidatura).
b. João não tinha abandonado a candidatura *deliberadamente*.
b. (= abandonou, mas não deliberadamente).

Na presença de dois advérbios à direita de *não + V*, pode ser que apenas o mais à direita esteja sob o escopo da negação, ou ambos, ou nenhum, *mas nunca somente o mais à esquerda*. Vejamos (52):

(52) João não era *deliberadamente normalmente* polêmico com seus chefes.
[John wasn't *deliberately usually* polemical with his bosses.]

Isso sugere que *não* pode se originar em um sintagma de negação (NegP) entre os dois advérbios, ou à direita de ambos, ou à esquerda de ambos. O fato de que os AdvPs mais altos não podem ser interpretados sob o escopo da negação mesmo quando *não + V* os precede parece indicar que nenhum NegP pode ser gerado acima da modalidade epistêmica.

Dessa forma, concluímos que os advérbios modalizadores podem ocorrer topicalizados, no início ou no fim da sentença, ou ainda de forma parentética, em diferentes posições da sentença.

Considerações finais

Podemos resumir as hipóteses levantadas neste trabalho da seguinte maneira:

- a hierarquia das projeções funcionais e dos advérbios modalizadores proposta por Cinque (1999) é a mesma para o português brasileiro e para o inglês;
- diferentes posições podem ter diferentes interpretações semânticas ou levar a diferentes escopos e, portanto, a diferentes classificações;
- os advérbios modalizadores não se deslocam na sentença; eles são gerados na posição de especificadores de um determinado núcleo funcional;
- os elementos que se deslocam em relação aos advérbios modalizadores são o verbo e seus auxiliares, os DPs e a negação, provocando diferenças distributivas nas diferentes línguas;
- os deslocamentos dos verbos e auxiliares do português não correspondem aos do inglês, o que provoca diferenças distributivas nas duas línguas, principalmente porque o verbo pleno não se desloca em inglês;
- os advérbios modalizadores aparecem freqüentemente de forma topicalizada na sentença, tanto no início quanto no final, ou ainda de forma parentética, normalmente acompanhados de pausa. As posições topicalizadas normalmente não implicam alterações de escopo. Uma ressalva é feita apenas para alguns delimitadores que, mesmo topicalizados, não incidem sobre todo o enunciado, mas emolduram o campo de atribuição do valor de verdade.
- o sintagma de negação não incide sobre os advérbios epistêmicos e, conseqüentemente, sobre os hierarquicamente superiores. Quando posicionado à esquerda de um advérbio “mais baixo” do que os epistêmicos, pode ser interpretado como tendo escopo sobre o advérbio ou não.

TOSQUI, P.; LONGO, B. N. de O. The distribution of modal adverbs in English and Portuguese sentences: a generative-based analysis. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.85-97, 2003.

■ **ABSTRACT:** *This paper presents a comparative analysis of the position of adverbs in English and Portuguese sentences, assuming the general framework of the Principles and Parameters Theory, with special reference to Cinque's (1999) universal hierarchy.*

■ **KEYWORDS:** *Modality; modal adverbs, generative syntax.*

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. *Syntact structures*. Mouton: The Hague, 1957.
- CINQUE, G. *Adverbs and functional heads*. New York: Oxford, 1999.
- COSTA, J. Adverb positioning and V-movement in English: some more evidence. *Studia Linguistica*, Lund, SE, v.50, n.1, p.22-34, 1996.
- JACKENDOFF, R. *Semantic intepretation in generative grammar*. Cambridge, Mass: Mit Press, 1972.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- OJEA LÓPEZ, A. I. Adverbios y categorías funcionales en español. *Revista Española de Lingüística*, Madrid, v.24, n.2, p.393-416, 1994.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- POLLOCK, J. Y. Verb movement, universal grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, MA, v.20, n.365-424, 1989.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S. *A university grammar of English*. London: Longman, 1973.
- TOSQUI, P. *Advérbios modalizadores: subsídios para dicionários bilíngües*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

DE METRIFICAÇÃO E POESIA LATINA

Alceu Dias LIMA¹

- RESUMO: A distinção *fonética* x *fonologia* é decisiva no estudo da prosódia latina, pois propicia o estudo dos versos dessa língua sem recurso à pronúncia em voz alta dos seus fonemas. Assim, para que o *a* inicial da *Eneida* cumpra seu papel, basta contar-se com que ele contém, por sua abertura máxima, todas as vogais da língua. O tempo, como unidade da língua, é importante na constituição do verso latino. Mas é preciso insistir em que tempo, aí, não é sílaba, portanto o verso latino tem constituição diferente do verso em idiomas modernos. Por isso, em latim, versos são realidade em grande parte psíquica, pouco importando se, para os romanos, eram também física. Só no conceito greimasiano de *efeito de* ou *dos sentidos* é que se tem um indicador seguro para a leitura de versos latinos.
- PALAVRAS-CHAVE: Fonologia; metrificacão; prosódia; poesia latina; Virgílio.

Distintividade e pronúncia

A distintividade, tomada em sentido amplo e não apenas no que toca à quantidade, a distintividade enquanto característica número um dos significantes da língua, não é função das qualidades físicas dos sons nela atuantes e sim da diferença que opõe cada um desses mesmos sons a todos os demais, de forma a permitir o funcionamento econômico do sistema verbal que as engloba no seio de cada comunidade de língua. Só por ingenuidade no trato com os fatos da linguagem verbal ocorreria a alguém atribuir a sons em si, sejam eles os da voz humana, relação direta com os conceitos por eles significados, isto é, realizada sem a mediação do sistema significante unificador, no seio do qual atua. O que fica aí dito de um modo geral para os dois planos, o do significante e o do significado, adquire força especial ao tratar-se da prosódia, dada a regularidade e extensão, por assim dizer, natural, com que são os seus re-

¹ Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.
Endereço eletrônico: mclima@sunrise.com.br.

cursos utilizados no desenvolvimento da poesia e da arte que esta enseja. A ressalva, se se prefere, o cuidado com que é preciso aí trabalhar, é antes de tudo o que parece adequado enunciar-se como segue: exceto no tocante ao timbre aberto ou fechado do **e** e do **o**, e à pronúncia proparoxítona dos polissílabos com a penúltima breve, o macro e a braquia empregados na indicação da quantidade das vogais e, em conseqüência, das sílabas por estas formadas, já não representam, pelo que toca à pronúncia moderna das línguas não mais faladas, qualquer outro traço de prosódia passível de emissão oral. Nem por isso está o estudioso de outras épocas (de épocas diferentes da dos romanos) autorizado a lançar mão, na leitura em voz alta de versos latinos, de supostos substitutos à representação da quantidade latina, sustentem-se estes na tonalidade ou na intensidade da emissão silábica. Tais experimentos têm contra si, além de outros inconvenientes, o de não assentarem no ouvido a equivalência, se é que não a igualdade entre versos com número diferente de sílabas. A consciência dessa espécie de furos na leitura moderna de versos latinos tem, ao contrário, a vantagem de levar ouvidos romanizados a computar esses vazios num como que exercício de transferência ao psíquico de dados que para o leitor nato tinham existência física. Se isso representa uma perda estética, tem pelo menos a vantagem não desprezível do respeito à verdade filológica. A filologia é de fato o complemento necessário à boa recepção moderna de textos escritos no passado.

O papel expressivo, mas secundante do verso

Enquanto manifestação privilegiada do mais alto poder expressivo que uma língua pode alcançar, versos são o testemunho irretorquível seja de sólidas construções neles plasmadas, seja do próprio sistema virtual que as trouxe à vida. Este fica, por tal modo, igualmente imortalizado, graças à realização plástica e rítmica que faculta ao sistema virtual.

Pouco importa que a leitura moderna em voz alta de hexâmetros latinos, como os de Lucrécio, Virgílio, Ovídio, ou de algum outro grande poeta da Roma antiga, não corresponda à expectativa do ouvido musicalmente dotado daqueles que se acham no direito de reclamar das insuficiências dessa leitura esburacada; pouco importa que semelhante desconforto acuse até algum despreparo do leitor para sua tarefa. Prevalce aí, é de se crer, o juízo que a luminosa percepção do filósofo assim pôde exprimir:

Desde o momento, com efeito, em que não é mais o som, como na música, nem a cor, como na pintura, que absorvem e representam todo o conteúdo, o tratamento musical deste, de acordo com as leis da harmonia e da melodia, perde sua razão de ser e não deixa subsistir, a não ser de modo muito geral, a figuração da duração das sílabas e das palavras, assim como o ritmo, a eufonia, etc. (HEGEL, 1944, p.12)

De acordo com essa posição, pode-se convir em que características métricas não são por si as únicas decisivas na leitura apropriada de um texto verbal. Impõem-se a essa leitura outras exigências, que, satisfeitas, compensam deficiências do conhecimento métrico-prosódico.

O sopro eminentemente épico pelo qual Virgílio abre o seu poema da Roma imperial deve muito da sua eficácia à abertura plena desse **a** inaugural de **Arma**, sob cuja abrangência máxima vêm abrigar-se todas as vogais com que são satisfeitas as necessidades do cantar heróico. O efeito fonético do **a** inicial vai-se passo a passo ampliando, graças ao harmonioso concerto bem orquestrado de outras diferentes vozes que o secundam, todas de localização cômoda na retórica, na morfologia, na sintaxe e no léxico latinos. A ressaltar-se assim, de saída, a velha e boa retórica, muito bem representada por essa hendiádis, figura tanto mais expressiva quanto rara, daquele como que dois por um em *arma uirumque*, “as armas e o herói”, em vez de “as armas heróicas” ou “do herói”. Tudo bem de acordo com a definição do Houaiss (2001) para essa figura, a hendiádis: “figura que consiste em exprimir por dois substantivos, ligados por conjunção aditiva, uma idéia que usualmente se designa por um substantivo e um adjetivo ou complemento nominal”; com destaque há de ser também tratada a movimentada morfologia do nome, com sua força expressiva sempre atuante a cada ocorrência dessa numerosa classe de palavras, rica em espécies e variáveis, trate-se de um novo item de vocabulário ou de um dos tipos de flexão, interna ou externa, como o **a** (breve) final de **arma** e o **-um** de **uirum**, alongado nesse contexto fônico, ambos prenúncio da ação regente do verbo, implicada, com muita economia, no próprio conteúdo lexical dessa outra classe de palavras, que dá continuação ao texto de Virgílio: **cano**.

O verso e o sistema próprio que o regula

Neste ponto da reflexão sobre um verso de Virgílio, tomado como texto, reflexão conduzida até aqui predominantemente por idéias lingüísticas, as quais se comportam como se seu ponto de chegada teórico fosse a proposição, a análise, por mais despretensiosa que queira ser, se vê como que paralisada, em razão da insuficiência explicativa dessa escolha. De fato, não haverá como ler, na passagem em estudo, a seqüência textual constituída pelas duas sílabas que formam o verbo **cano**, na primeira pessoa do presente indicativo: **cano**, sem a reconsideração e a reorganização daqueles traços que, do ponto de vista dos princípios teóricos até ali seguidos, eram simples suporte material do sistema fonológico que sustenta as unidades morfossintáticas. Claro está que essa é uma nova operação a ser conduzida pelos trâmites de um novo sistema, o da métrica. Essa, por assim dizer, mudança de orientação haverá de ser cuidadosamente praticada, ainda que tenha parecido justificável e oportuno, já na operação anterior, tratar a ocorrência muito marcante do **-o** longo de **cano**, nem que fosse como simples ressonância física, numa espécie de repercussão sonora, de simples eco natural à incidência ainda mais marcada do **a** inicial. É graças às injunções significantes do hexâmetro, alçado assim à condição de sistema, que se há de apreciar essa unidade no contexto do poema, em que ela se impõe enquanto fator indispensável da criação de textos poéticos. Não é que, com essa inflexão a favor dos sistemas previamente estabelecidos, por vezes, é certo, com excesso de refinamento na organização lógica independente dos seus múltiplos constituintes, se pretenda defender um cientificismo ingênuo, apesar de muito pedante, mas, sobretudo, inútil nas

suas autocentradas pretensões. Aqui, o que se está buscando é aquele mínimo de organização teórica, único capaz de trazer o conhecimento acadêmico de línguas não mais faladas por falantes natos ao âmbito das ciências humanas. É aí que, sem abrir mão de encaminhamento metodológico específico, está esse saber aberto aos influxos de outras ciências do homem, com as quais ou colabora ou se estagna a serviço de taxionomias numerosas, é bem verdade, mas sem outro fruto que não seja o da erudição em si. Esta não tem, por isso mesmo, por onde distinguir-se do vazio eruditismo.

Voltando, pois, ao que foi antes chamado de injunções, ou seja, de imposições da métrica, indicam-se a seguir, as que, salvo melhor juízo, não podem faltar a um apanhado, mesmo geral, do assunto. Não sem antes insistir em outro ponto sobre o qual parece necessário deter-se. É que não há aqui maior preocupação em estar sempre de acordo com a lição dos tratados de métrica antiga, em particular no que concerne à presença nesses tratados de indicações para a representação oral da pronúncia das sílabas nos pés métricos de um hexâmetro datílico, de modo que o ouvido – não os olhos – possa apreender a diferença entre sílaba breve e sílaba longa, pouco importando se por natureza ou se por posição, e entre ársis e tésis. Isso não equivale a afirmar que essa diferença não será levada na devida conta, na apreciação estética de versos, a ocorrência dos textos submetidos à apreciação, haja ou não preocupação de tipo metalinguístico. Muito pelo contrário, reconhecer essa diferença, nem que para isso se tenha de recorrer à metalinguagem, é crucial na leitura viva, isto é, ritmada, por mais que em voz baixa, dos versos. Assim, já que se tem em mira a leitura moderna dos textos antigos de poesia, podem, quem sabe, resumir-se como segue alguns princípios da métrica, úteis a um propósito com esse alcance.

1 O hexâmetro latino distribui-se em vinte e quatro unidades tempo sobre a linha do verso. A um moderno cabe esclarecer que tempo é, para o romano falante nato do latim até pelo menos o século I d.C., uma unidade da língua, com valor distintivo na sua fonologia e, em consequência, com representação sonora na fonética dessa mesma língua. Isso, independentemente do fato de que o latim carecesse, ao que se sabe, de sinal gráfico para representar esse fonema. Como se percebe, não é só ao transcrever discursos em línguas modernas que o alfabeto latino se mostra deficitário.

2 Os tempos se realizam nas sílabas, sem que com estas se confundam foneticamente e sem que sobre eles pese uma restrição do tipo um tempo para cada sílaba. Por força dessa faculdade é que há sílabas de um só e sílabas de dois tempos, respeitado sempre, nunca é demais insistir, o princípio de que **tempo nunca é sílaba**¹. Ou, por outras palavras, não são as sílabas que são submetidas à regularidade métrica para formar versos latinos e sim o tempo nelas incorporado.

3 Os 24 tempos de um hexâmetro estão reagrupados em seis subunidades de quatro tempos cada uma, chamadas pés, as seis enfileiradas uma após a outra, do primeiro ao sexto pé, na linha do hexâmetro. Dois são os tipos de pé na formação do hexâmetro: o dátilo, formado, por sua vez, de duas partes, sendo a primeira dessas partes representada pelos dois primeiros tempos do pé, realizados sobre uma única sílaba, dita, por isso, longa, mais evidente na pronúncia do pé e chamada ársis, e a outra parte, a segunda, representada pelos dois últimos tempos do pé, realizados cada um sobre uma sílaba, dita, por isso, breve, esta parte é menos evidente na pronúncia do pé.

e é chamada tésis. O dátilo é graficamente representado por -UU e pode ser substituído, no verso, por um pé chamado espondeu, formado de duas sílabas longas e igualmente constituído de duas partes, ársis e tésis. O espondeu é graficamente representado por --. O uso -- falar de uso aqui é referir-se ao hábito dos romanos de recitarem seus versos -- criou e fixou certas regras para a substituição de um dátilo por um espondeu. Assim sendo, na prática, só os quatro primeiros pés do hexâmetro podiam ser substituídos por equivalentes espondeus; o quinto é sempre dátilo, garantindo, com isso, a base para que o verso seja chamado hexâmetro datílico, mesmo que ocorram espondeus nele. Sempre em razão do uso, o último, ou seja, o sexto pé passou a ser constituído de duas sílabas, sendo a primeira delas normalmente longa e mais marcada quanto à pronúncia e a segunda, indiferentemente longa ou breve e menos marcada na pronúncia. Costuma-se representar assim o último pé: $\underline{\quad} \underline{\quad}$. Trata-se, nesses tópicos arrolados como decorrências do uso, de acréscimos nem sempre criteriosos, antes destinados a acudir às necessidades práticas de declamadores de versos desejosos de mostrar-se peritos. Só depois foram esses acréscimos incorporados, de modo não de todo feliz, à própria teoria. De tudo isso resulta para o hexâmetro o seguinte esquema geral:

$\text{---UU} \mid \text{---UU} \mid \text{---UU} \mid \text{---UU} \mid \text{---UU} \mid \text{---U}$

ou

$\text{---} \mid \text{---} \mid \text{---} \mid \text{---} \mid \text{---UU} \mid \text{---}$
 $1^{\text{a}} \quad 2^{\text{a}} \quad 3^{\text{a}} \quad 4^{\text{a}} \quad 5^{\text{a}} \quad 6^{\text{a}}$

4 Conforme visto, tempo, unidade da métrica, não se confunde com sílaba. Esta, lembre-se, ainda servindo à realização do tempo métrico, continua a ser subunidade da língua. É, pelo menos, o que dispõe a teoria e é definitivo. Como, porém, os dois sistemas, o da língua e o da métrica, devem contribuir, sem prejuízo daquilo que é específico de cada um, para a expressão de um mesmo texto, foi preciso que ambos se ajustassem segundo conveniências de unidade imprescindíveis ao texto por sua própria definição. Dessa necessidade de colaboração entre sistemas diferentes é que se foram criando novas regras de conduta, se não para o próprio hexâmetro, para sua leitura. A referência aqui é àquela leitura que, por parte dos falantes natos do latim da Roma antiga, era feita em voz alta, mas que, para quem veio depois, tem todo interesse em fazer-se em voz baixa ou mesmo silenciosamente, a fim de se dar chance a que conhecimentos de métrica a duras penas assimilados adquiram uma como que voz, tênue de início, mas a seguir vibrante, à medida que se integre à vida psíquica do leitor atual. Vale a propósito lembrar que, segundo respeitável opinião (LALANDE, 1993, p.471), “os fenômenos psíquicos”, ou “os estados psíquicos”, neste sentido (o fenomenal e empírico da palavra), são considerados como pertencentes ao mesmo gênero que os fenômenos físicos, os fenômenos fisiológicos etc.

Dentre essas regras, cabe destacar as que se alicerçam na respiração natural e na necessidade psíquica de conferir relevo à expressão do que é sentido com força especial e se manifesta por meio de cortes, isto é, de pausas e acentos. Daí, para a métrica, as **cesuras** e os **ictus**. No que toca ao hexâmetro, verso de extensão considerável, es-

ses cortes e acentos, primeiro naturais e espontâneos, passaram depois a ter existência regulamentada, desde que a métrica e seus artifícios foram encampados pela escola, ainda que com os usuais exageros de classificações, muitas delas pouco úteis por falta de fundamentação ou praticidade. Seguindo, pois, com os devidos ajustes, a contribuição escolar, tem-se, no tocante aos tipos de cesura, em primeiro lugar, a que cinde o verso aproximadamente ao meio, isto é, após o quinto meio-pé e é, por isso, chamada pentemímera. Enquanto processo regular dos textos corretamente metrificados, a cesura precisa, para ser eficaz, satisfazer a duas exigências expressivas básicas. Uma diz respeito à métrica e a outra, à língua. No que concerne à métrica, uma cesura consiste em praticar-se, de preferência no ponto esperado, o quinto meio-pé, uma inflexão rítmica que propicie à emissão da unidade verso em duas subemissões, perceptíveis o suficiente para que essa unidade consista no equilíbrio entre essas duas partes. Para sublinhar ainda a eficácia do procedimento, sem que se perca em sutileza, vale a exigência de que a incisão se dê entre a ársis e a tésis de um mesmo pé, o terceiro. Evita-se assim, com essa hábil providência, a inelegância do corte praticado exatamente ao meio, o que deixaria a impressão desagradável de que o que se busca é apenas o simetrismo fácil, mas desagregador. Como fator positivo da legitimidade lingüística da operação, tem-se mais o requisito de que a cesura incida num ponto em que a coerência sintática dos componentes oracionais dispostos sobre a linha da proposição também a legitime. Tudo isso é agenciado sempre com vistas à unidade soberana, sem a qual nunca será franqueado a humanos o acesso àquele "reflexo vivo do real", de que falava o filósofo. "E isso sem nenhuma aparência de intenção" (HEGEL, 1944, p. 34). Há ainda a assinalar, qual consequência provável desse trabalho da refinada técnica dominada pelo poeta, a regalia a ele facultada de poder utilizar, em gesto a ele familiar, como posições de relevo na realização de textos de poesia em língua antiga, o início e o fim de cada hemistíquio, enquanto seqüências resultantes da cesura. Quase tudo isso até tem sido observado por alguns sistemas de ensino em gozo de estima, sem, contudo, tirar dessas intuições os resultados, quem sabe, mais apreciáveis e definitivos na criação de uma teoria. Foi ao chegar ao ponto em que o conhecimento da cesura se fez necessário à correta apreciação lingüístico-estilística de um verso de Virgílio – Virgílio, cujo hexâmetro justifica e, mais que justifica, impõe toda a reflexão sobre a arte do verso em latim –, foi, pois, aí que se fez necessário encontrar o devido lugar a essa digressão em que fossem lançados fundamentos vivos de métrica.

A cesura pentemímera

Voltando agora à leitura já iniciada do verso I, 1 da *Eneida* (VIRGILE, 1959) e contando, sem mais, com lições da métrica aí resumida, pode-se observar o que vem a seguir. A modulação rítmica é, desde esse primeiro verso da *Eneida*, fator decisivo da altíssima qualidade poética alcançada por Virgílio e decorre, em grande parte, do uso que é feito da cesura pentemímera. Nesse verso de abertura do poema, ela incide após

a sílaba **-no**, em fim de hemistíquio e dispõe, com a requerida harmonia clássica, as duas partes constitutivas sobre o hexâmetro:

Ārmā irūmq̄ e cānō	Troiaē q̄ui p̄rim s āb ōrīs
1 ^a hemistíquio	2 ^a hemistíquio

É graças a essa disposição equilibrada das massas fônicas, ou seja, das unidades significantes sobre os vinte e quatro tempos do verso, que o ritmo pode desenvolver-se, sustentando-se segundo condicionamentos físicos e psíquicos acionados na leitura. Dela, isto é, da leve parada regulamentar que a cesura aí requer após a sílaba **-no**, depende que esse **o** longo (pronunciado em dois tempos métricos), com seu amplo espectro fônico, ecoe, em movimento retroativo, a magnitude sonora do **a** inicial; que se assegure, ao mesmo tempo, a continuidade do verso, graças à solidariedade de ársis e tésis sobre um mesmo pé: *-nō Trō-*; que assim sejam reforçados os vínculos da coesão e se garanta ainda uma vez a unidade do todo. Cumpre não esquecer que, pelo aspecto morfológico da língua, a primeira pessoa da flexão verbal, cumulativamente exercida por **-o** final de verbo, consolida, graças a mais essa coincidência, o efeito unidade de todo o poema alicerçado com tanta firmeza. É o que confere ao discurso que o sustenta a força ilocucional dos discursos performativos, perfeitamente adequada à situação, pois se trata do uates inspirado pela divindade para cantar Roma.

O signo poético e a plenitude da significação

Essa reflexão sobre a importância da métrica latina para a leitura da poesia numa língua do passado ficaria sem um dos seus fundamentos mais sólidos e abrangentes se deixasse de consignar idéias de Greimas (1972) sobre a poética subjacente a textos de poesia em linguagem verbal em sentido amplo, mas específico. Em primeiro lugar, entre elas, acha-se o postulado da correlação do plano da expressão com o plano do conteúdo. Não ocorreria a ninguém enunciar esse postulado, a não ser que tivesse partido daquela outra concepção, já antes enunciada, qual seja, a de que, tratando-se da linguagem verbal e não ainda da poesia, esta com suas premissas próprias, a não confundirem-se com as da língua, tratando-se, pois, da linguagem verbal, ia-se dizendo, “a fonação, isto é, a execução das imagens acústicas, não afeta em nada o sistema em si”, ou ainda “o caráter diacrônico da fonética concorda muito bem com o princípio de que nada do que é fonético é significativo ou gramatical na extensão da palavra” (SAUSSURE, 1969, p.36, 194). Isso está em conformidade com a lição da filosofia já lembrada neste escrito, segundo a qual “o espírito separa seu conteúdo do elemento puramente sonoro e se manifesta por meio de palavras que, sem deixarem de ser sonoras, descem ao nível de simples signos exteriores de comunicação” (HEGEL, 1944, p.11). Afora essa clara demarcação das fronteiras, não haverá outra forma de conduzir uma indagação sobre a especificidade da poesia sem, ao mesmo tempo, atropelar a

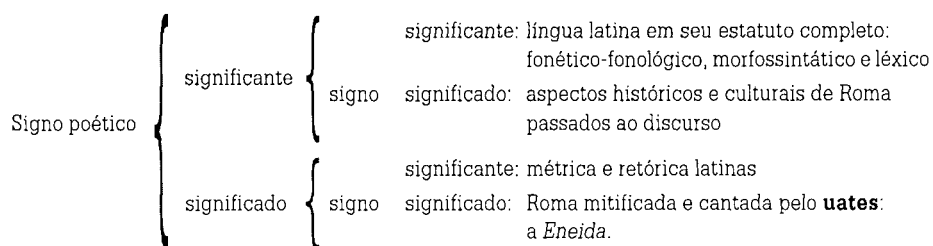
que tem por objeto a linguagem verbal. Ou, procurando ir direto ao problema, o conhecimento da poesia só será legítimo quando for o resultado da madura cogitação na esfera do signo e da significação verbal. Essa insistência quanto à delimitação de conceitos adequados ao objeto em estudo se justifica pela necessidade de que sejam evitados exageros como os que se referem à fonética. O conhecimento que dela se tem hoje só parece satisfatório quando são tomados por objeto sons da voz humana a serviço da fala, reproduzidos segundo técnicas ajustadas a esse fim e submetidos a análise e descrição tão exaustivamente precisa quanto o permitir o discurso metodológico para o fim elaborado. Semelhante visão do assunto, cientificista, sem dúvida, mas nem por isso mesmo pragmática, é a que há de convir a uma graduação em Letras à qual interesse ressaltar, até como estímulo à propaganda, as aplicações práticas da matéria, no caso, as de tipo didático e até clínico. O ponto de vista se revelará outro, mais amplamente humano e fecundo, se, naquilo que toca às questões da fonética e da prosódia, ele for acolhido com as precauções a serem adiante indicadas. Ele será então válido em especial quando o que estiver em causa forem línguas não mais faladas por falantes natos. Vale também a advertência de que a conservação e a transmissão dos textos nessas línguas é feita pela mediação exclusiva de alfabetos rudimentares, além de truncados em sua capacidade de representação dos traços fônicos. Devem, pois, ser acolhidos, reconheça-se, pela transcendental importância do serviço que prestam, sem jamais esquecer entretanto as deficiências que a leitura desses textos apresenta, por exemplo, no que tange às possibilidades da sua pronúncia. A pronúncia com efeito, quer como articulação dos sons de uma língua e o modo de articulá-los, quer enquanto complexo dos elementos característicos que formam a fonética de uma língua, quer, ainda, como simples maneira de falar, é parte insubstituível do ensino/aprendizado, mesmo rudimentar, de qualquer língua, ainda que não mais falada. A natural estranheza que a apresentação de um texto escrito, sem a correspondente leitura em voz alta, suscitaria, confirma a igualmente natural precedência do oral sobre o escrito. Mas não indica que já se está, sem mais, preparado para a pronúncia correta dos textos escritos. Ao contrário, será essa até a oportunidade para aquela saudável indicação dos limites dentro dos quais trabalha a crítica textual. Faz parte da formação do latinista saber administrar, com a devida parcimônia, os dados de que dispõe. E é qualidade insubstituível de toda boa estratégia o trabalho com o sistema, como foi aqui indicado, mesmo que em grande parte induzido mediante a observação dos fatos ao alcance do observador. Não é verdade que "historicamente o fato de fala precede sempre"? A propósito, advirta-se também que

A palavra **historicamente** conserva qualquer coisa desse sentido [o da coleção de fatos], em particular quando se opõe a **logicamente**. Por exemplo: Duas teorias que se implicam **logicamente**, ainda que não se liguem **historicamente** (na realidade concreta, nos fatos). (LANDE, 1993, p.471, grifos do autor)

Com essa observação, fica mais fácil perceber o sentido limitadoramente prático da precedência dos fatos, representados, neste caso, pelos textos latinos. Para a teoria, ou, o que dá na mesma, para o pensamento conduzido, segundo exigências do método, por dedução, a precedência é do sistema, constituído, aqui nesta reflexão,

pelo signo e a significação, conforme há pouco lembrado. É com essa abertura metodológica que se poderá perceber de que modo questões localizadas, haja vista as da prosódia e da métrica, podem ser compreendidas e, em conseqüência, resolvidas no âmbito da reflexão sobre a linguagem verbal, aqui representada pelo latim materno dos romanos. Já não será difícil, assim, perceber também como esses problemas, de outra forma intrincados, ou mesmo insolúveis, se deixam equacionar e resolver nos da própria língua. Esta, enquanto sistema primeiro, os compreende na qualidade de subsistemas aos quais outorga, além de uma certa autonomia, o direito de a conduzir a seu glorioso destino. De propósito, fala-se aí de uma certa autonomia, não de autonomia, sem mais. É para poder deixar claro que problemas de linguagem verbal, ainda tratando-se do discurso da poesia, hão de ser resolvidos no âmbito da reflexão sobre a linguagem e as línguas que a representam. O conhecimento destas só será legítimo quando os conceitos com que se lidou na constituição desse saber tiverem sido amplos o suficiente para fornecer a explicação cabal de tudo que a ela concerne enquanto processo de significação. A poesia é, por excelência, fato de linguagem e de língua. Como tal, o seu conhecimento só estará satisfeito quando tratado entre as questões afetas, como aquelas, ao signo e à significação, apenas ajustadas, no que for necessário, a esse papel específico da poesia, ou, o que vale o mesmo, do signo poético. É o que distingue essa espécie significante das demais é, conforme muito bem o intuiu Ezra Pound, que “grande literatura é simplesmente linguagem carregada de significado até o máximo grau possível” (POUND, 1970, p.40).

Transferindo o raciocínio à questão do signo e da significação, tem-se que literatura, isto é, poesia é um signo, ainda que resultante de um rearranjo em texto, no qual tanto o plano da expressão, ou o significante, quanto o plano do conteúdo, ou seja, o significado, são já, cada qual por si, um signo completo, mais ou menos segundo o seguinte esquema:



O que faz da linguagem verbal o mais eficiente, o mais cômodo e, sobretudo, o mais enriquecedoramente humano sistema de significação é dispor ela de plano de expressão fundado sobre sons da voz humana. Oralmente emitidos, sem prejuízo da respiração, eles são articulados segundo limites fixados sem muita rigidez e de modo não consciente, no sentido de que não foi nenhum guru que os inventou e impôs ao grupo. O que os faz aceitos são motivações de ordem cultural vigentes no seio de cada comunidade de língua. A condição para que as coisas sejam assim é que esse conjunto de sons, os fonemas, tomados em sua condição de entidades sonoras, mediadas, portanto, por um dos sentidos, o da audição, não interfira de modo direto no processo propriamente significativo, conforme visto. É por isso que monossílabos são tão ex-

pressivos quanto polissílabos, sendo que isso não é objeto de registro sequer no ensino escolar de línguas. Só no exercício de uma das suas atividades arquetípicas, aquelas mesmas de que Huizinga (1971, p.7) dizia que “são desde o início, inteiramente marcadas pelo jogo”, é que se faz possível impor número e ordem a essa sucessão desordenada de sons e sílabas. Só no exercício dessa prerrogativa maior, a do jogo, brincando com as palavras e seu plano de expressão, utilizados não mais na produção do sentido como faz a língua, é que o homem, o poeta se vê capaz de criar efeitos de sentido e, em situação-limite, efeitos dos próprios sentidos. Percebe-se assim por que o **a** inicial da *Eneida* (VIRGILE, 1959) não se lê apenas como o primeiro componente fonético/fonológico da palavra **arma**, isto é, não apenas por suas características sonoras e distintivas tais como vogal, oral, plena, mas pelo próprio impacto dela sobre a base física da audição. Daí poder-se falar de efeito de sentido, tal como definido pela semiótica greimasiana: “impressão de ‘realidade’ produzida pelos nossos sentidos quando entram em contato com uma semiótica subjacente” (GREIMAS & COURTÈS, 1983).

É, de fato, quando o ouvido, mesmo o de quem apenas lê, e pouco importa que subsidiado por dados da psique lingüisticamente advertida, ou seja, quando o ouvido é alcançado por aquele **a** inicial da *Eneida* (VIRGILE, 1959), como se fosse pelo fragor de armas que se entrecrocavam, e não mais apenas pelo fonema latino inicial da palavra **arma**, que então tem início, mais do que como efeito de sentido, como efeito dos sentidos, o grande poema virgiliano. Oportuno se faz, por isso, lembrar ainda uma vez a advertência de Francastel (1968, p.1713): “não há obra válida, a não ser realizada. A intenção não basta para que um objeto ou um sistema de signos materiais se transforme em obra de arte”. Também não basta que se brinque ou se jogue com as palavras da língua. Será ainda preciso que, nesse jogo, todo o povo que fala ou falou essa língua se veja espelhado e immortalizado. Que a memória dos seus feitos, assim perenizados na língua, permaneça na lembrança dos pósteros, pelo menos daqueles que, com algum talento e esforço, se dêem ao trabalho de conhecê-la.

LIMA, A. D. Latin meter and poetry. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.99-109, 2003.

- *ABSTRACT: The distinction between phonetics and phonology is fundamental in the study of Latin prosody for it favors the analysis of Latin verses without the help of effective pronunciation of the phonemes of that language. Thus, for the initial a in the Aeneid to play its role, it is enough to realize that, due to its maximum openness, it contains all the vowels of the language. Time as a language unit, is decisive in the constitution of the Latin verse. It is necessary to insist, however, that time here is not the same as syllable and this makes the Latin verse different from the verse in modern languages. Therefore, in Latin, verses are primarily a psychic reality, no matter whether they were a physical reality for the Romans. Only in Greimas' concept of effect of (the) senses can one have a safe indicator for the reading of Latin verses.*
- *KEYWORDS: Phonology; meter; prosody; old Latin poetry; Virgil.*

Referências bibliográficas

- FRANCASTEL, P. Esthétique et ethnologie. In: ETHNOLOGIE générale. Paris: Gallimard, 1968. (La Pléiade, 24).
- GREIMAS, A. J. *Essais de semiotique poetique*. Paris: Larousse, 1972.
- GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.
- HEGEL, G. W. F. *Esthétique*. Paris: Mouton, 1944. v.3, 2. pt.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MILLER, A. *Uma vida*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- POUND, E. *ABC da literatura*. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.
- ROSSET, C. *L'enseignement du latin élémentaire*. Tese. 1970. Biblioteca da Universidade de Paris. (Mimeografado).
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1969.
- VIRGILE. *Enéide*. Paris: Les Belles Lettres, 1959.
- YOUNG-BRUEHL, E. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Trad. Antonio Transito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

A DESUMANA NEUTRALIDADE DA MÉTRICA

João Batista Toledo PRADO¹

- RESUMO: A frase que serve de título a este trabalho foi recolhida de um ensaio sobre a poetisa russa Anna Akhmatova, escrito pelo poeta e crítico Joseph Brodsky (1994) e intitulado *A musa lastimosa*. O apreço negativo em que, ali, o crítico tem à métrica – efeito do emprego do adjetivo “*desumana*” e, até certo ponto, do substantivo “*neutralidade*” – é responsável por um certo constrangimento, induzido em quem, nos dias que correm, se ocupa do estudo da poesia clássica greco-latina, cuja existência se funda por inteiro na observância estrita de metros inventariados e exaustivamente catalogados ao longo de mais de dois milênios de estudos. É forçoso procurar compreender o real papel da métrica na composição de poemas, se não pelo prestígio que o prêmio Nobel de Literatura de 1987 confere a sua crítica, pelo menos pela recorrência com que asserções desse mesmo naipe aparecem em poetas que exercem atividade crítica, como o Otávio Paz (1982) de *O arco e a lira*, ao afirmar categoricamente que “*metro e ritmo não são a mesma coisa*”. Esse artigo utiliza tais afirmações como ponto de partida para uma reflexão sobre o engendramento do ritmo e da poeticidade de versos em latim.
- PALAVRAS-CHAVE: Joseph Brodsky; métrica; poética; ritmo; língua latina; plano da expressão.

Em alguns de seus poemas [de Akhmatova], aquela salmodia tende a se confundir tanto com a voz da autora que ela se vê obrigada a acentuar a concretude dos detalhes ou da imagem a fim de salvá-los, bem como salvar sua própria mente, da desumana neutralidade da métrica.

(BRODSKY, 1994, p.41)

O ritmo não é medida, nem algo que está fora de nós; somos nós mesmos que nos transformamos em ritmo e rumamos para “algo”. O ritmo é sentido e diz “algo”. Assim, seu conteúdo verbal ou ideológico não é separável. Aquilo que as palavras do poeta dizem já está sendo dito pelo ritmo em que as palavras se apóiam. E mais: essas palavras surgem naturalmente do ritmo, como a flor do caule.

(PAZ, 1982, p.70)

¹ Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Endereço eletrônico: jbtprado@uol.com.br.

Os estudos tradicionais de metrificação, poética e versificação antigas podem ser comparados, pelo que toca à fortuna histórica de seu desenvolvimento, a um edifício em que sempre predominaram as riquezas do detalhe, a sofisticação do ornamento e as dimensões da altura, compreendidas todas entre a tradicional base de onde se eleva até o ponto culminativo aonde pretende chegar a construção. Constata-se, porém, que o prédio se elevou cada vez mais, ao longo dos séculos, sem a solidez de uma fundação bem estabelecida no solo de princípios teóricos que lhe teriam permitido elevar-se ainda mais e mais firmemente.

Mas qual seria o plano mais indicado para fincar as bases de uma tal fundação, ou seja, por onde exatamente se deveria começar a empreitada? A resposta, parece tê-la encontrado Perini (1982), ao abordar a questão da métrica, antes de mais nada, com os princípios de sua natureza mesma, com o que propiciou a existência do fenômeno, ou seja, com a relação entre *métrica, poesia e ritmo*.

Pelo que se lê em Perini (ibidem), é possível chegar à conclusão de que afirmar que o ritmo guarda estreita relação com a capacidade humana de percebê-lo como uma sensação, como um resultado psíquico de estímulos, oriundos de elementos recorrentes numa certa ordem ou sucessão temporal – de sílabas longas e breves, no caso da poesia latina, aqui em tela –, permite concebê-lo como um sentido, de que o metro é portador. É possível estabelecer, então, uma analogia com o signo linguístico, a qual poderia ser enunciada à maneira da seguinte proporcionalidade: *o ritmo está para o metro, assim como o significado está para o significante*, com todas as implicações disso, incluindo-se aí a arbitrariedade² do vínculo entre um e outro.

Uma visão do fenômeno métrico, assim orientada, permitiria compreender o real papel da métrica na composição de poemas e, mais ainda, na de poemas da Antigüidade clássica, de vez que críticas como a elaborada por eminentes críticos de poesia não pode simplesmente ser posta de lado, não apenas pelo prestígio de que gozam alguns deles – como Brodsky (1994), cujas palavras serviram de título a este trabalho – mas, principalmente, pela insistência com que aparecem na atividade crítica de muitos dos melhores poetas, que exerceram também atividade crítica. Tal é o caso de Otávio Paz (1982), quando, em seu célebre *O arco e a lira*, afirmava categoricamente que “metro e ritmo não são a mesma coisa” (p.84) e que “nem todo poema – ou, para sermos exatos, nem toda obra construída sob as leis da métrica – contém poesia” (p.16).

Antes de prosseguir, porém, será conveniente retomar as idéias de Brodsky (1994), neste texto epigrafado, em seu ensaio sobre a poetisa russa Anna Akhmatova. No âmbito de seu ensaio, o crítico russo naturalizado americano descreve-a reiteradas vezes como a poetisa dos “metros rigorosos, das rimas exatas e das frases curtas” (ibidem, p.34). Se a observância e o emprego preciso da métrica é uma de suas marcas registradas e, de fato, Brodsky não cessa de louvar tal característica, afirmando mesmo que “Nenhum poema é escrito apenas para contar uma certa história...”, que “a

2 “O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário” (SAUSSURE, 1980, p.81). Seguindo a analogia entre o ritmo e o metro do verso com o significante e o significado do signo, a arbitrariedade do primeiro explicar-se-á pelas mesmas causas da do segundo, ou seja, pelas convenções criadas por uma coletividade ao longo de sua existência histórica.

prosódia sabe mais sobre o tempo do que um ser humano gostaria de se ver forçado a lidar” e que “O som ... é o lugar do tempo num poema ...” (ibidem, p.41-2), é cabível indagar o que representam os qualificativos *desumana* e *neutra* com que se refere à métrica de forma geral.

Brodsky (ibidem) nos conta também que Anna Akhmatova é o pseudônimo poético da russa Anna Gorenko, que viveu e compôs seus versos até 1966, data de sua morte, tendo presenciado os eventos históricos das duas Grandes Guerras Mundiais, bem como sofrido os reveses de uma Rússia convulsionada por movimentos como a Revolução Russa de 1905, a Revolução Socialista de 1917 e todos os acontecimentos que marcaram aquela sociedade a partir de então.

Sob o novo regime, as pessoas de seu círculo próximo, amigos e parentes – em geral, quase todos poetas – foram caladas de uma forma ou de outra. Seu primeiro marido foi executado pelas forças de segurança de Lênin; o terceiro, também preso, morreu na prisão; seu filho passou dezoito anos encarcerado e, embora ela própria tenha permanecido em liberdade, foi condenada a um ostracismo não oficial por mais de quarenta anos, durante os quais não conseguiu publicar um único livro só seu. Tais eventos foram capazes de substituir um discurso poético, que se ocupava, sobretudo, do tema do amor, por outro, que enveredou por um caminho de poemas escritos *in memoriam* daquelas vidas que lhe iam sendo subtraídas e que, com o tempo, lhe acabou valendo o título de *Musa Lastimosa*.

É sob a ótica de tais fatos que se deve ler a afirmação do crítico russo sobre a “desumana neutralidade da métrica”, porque, como se sabe, a mesma estruturação prosódica pode prestar-se, por exemplo, tanto à expressão do lírico discurso das paixões quanto à dos de cunho puramente ideológicos e políticos que costumam caracterizar a assim chamada *poesia engajada* de uma época.

Transpostos para a cultura latina, talvez se pudessem flagrar momentos dessa diversidade de empregos, permitidos por uma mesma matriz poética, que, sob o prisma de uma tragédia pessoal como a experimentada por Akhmatova, levariam decerto a qualificar o expediente métrico que os origina, se não como *desumano*, ao menos como *neutro*, em passagens tais como, por exemplo, esta:

1. Tityre, tu patulae recubans sub tegmine fagi
2. siluestrem tenui Musam meditaris auena;
3. nos patriae finis et dulcia linquimus arua.
4. nos patriam fugimus; tu, Tityre, lentus in umbra
5. formosam resonare doces Amaryllida siluas.

6. O Meliboe, deus nobis haec otia fecit.
7. namque erit ille mihi semper deus, illius aram
8. saepe tener nostris ab ouilibus imbuet agnus.
9. ille meas errare boues. ut cernis, et ipsum
10. ludere quae uellem calamo permisit agresti.

Títiro, à sombra da faia deitado,
música agreste em simples flauta ensaias;
nós, doces campos e a pátria deixamos;
da pátria partimos; tu, calmo à sombra,
fazes a mata ecoar bela Amarílis.

Ah, Melibeu! Um deus nos fez tais ócios:
p'ra mim será sempre um deus; no altar dele
sangrará sempre do aprisco um carneiro.
Deixou vagarem meus bois, como vês,
e que eu toque o que queira em meu cálamô.

(VIRGILE, 1910, p.43-44, tradução nossa)

esta:

1. Aeneadam genetrix, hominum divomque voluptas,	1. “Ó Mãe da prole de Enéias, prazer dos homens e deuses,
2. alma Venus, caeli subter labentia signa	2. Alma Vênus, tu que habitas, sob estrelas vacilantes,
3. quae mare navigerum, quae terras frugiferentis	3. em mares plenos de naus e em terras prenhes de frutos!
4. concelebras, per te quoniam genus omne animantum	4. É por ti que toda a raça dos viventes se concebe
5. concipitur visitque exortum lumina solis:	5. e, nascendo, vê a luz. Fogem, ó deusa, de ti,
6. te, dea, te fugiunt venti, te nubila caeli	6. fogem os ventos, de ti fogem as nuvens do céu,
7. adventumque tuum, tibi suavis daedala tellus	7. fogem à tua chegada. A ti, delicado, o solo
8. summittit flores, tibi rident aequora ponti	8. estende flores suaves. A ti sorriem as ondas,
9. placatumque nitet diffuso lumine caelum.	9. e, calmo, o céu resplandece co’uma luz amplificada.”

(LUCRÈCE, 1954, p.2, tradução nossa)

e, ainda, esta:

1. Cum subit illius tristissima noctis imago,	Se vem a visão da noite tristíssima, hora final para mim na Cidade, se lembro a noite em que tudo perdi, lágrimas inda dos olhos escorrem.
2. quae mihi supremum tempus in Vrbe fuit,	
3. cum repeto noctem, qua tot mihi cara reliqui,	
4. labitur ex oculis nunc quoque gutta meis.	

(OVIDE, 1987, p.12, tradução nossa)

em que tanto a miséria do pastor expatriado nos expurgos de César, talvez em proveito de algum veterano da batalha de Filipos, serve ao pretexto nitidamente panfletário de indiciar Otávio como aquele *deus* não nomeado, a quem Títiro afirma ter recorrido para manter suas terras, como a solene *Invocação a Vênus*, que abre o monumental poema de Lucrécio e lhe dá um tom, que nada deixa a esperar dos que se encontram nas aberturas de poemas da melhor tradição épica, e como, ainda, o plangente lirismo de um Ovídio exilado, cantando em seus versos a dolorida memória da noite em que teve de deixar Roma, e que, em que pesem dessemelhanças imputáveis ao efeito cumulativo das estrofes elegíacas, compartilham, ainda, da mesma natureza datílica e hexamétrica – um pentâmetro é, enfim, um hexâmetro catalético (por *catalexis in syllabam* do 3º e do 6º pés) – da mesma natureza, dizia-se, que a dos anteriores, pois estão vazados com a mesma matriz: a do hexâmetro latino.

As diferenças, no entanto, são desde logo encontradas e de pronto reconhecíveis, simplesmente porque o que funda a poesia não é a mera organização, segundo um padrão determinado, de seu substrato fônico, lição aprendida formalmente desde Aristóteles³ e, decerto, intuída bem antes.

3 “Excetando-se a métrica, nada há de comum entre Homero e Empédocles” (ARISTÓTELES, 1992, p.18).

Além dos expedientes métricos, portanto, é preciso descobrir o que mais contribui para reconhecer nos enunciados o "papel coercitivo e determinante" que, segundo Jakobson, eles alcançam quando em função poética. O que se constata é que as "figuras de som recorrentes" (JAKOBSON, 1985, p.144) na poesia estão sempre associadas, seja por identidade, seja por dessemelhança, a algum traço presente no recorte estrutural do conteúdo:

Em suma, a equivalência de som, projetada na seqüência como seu princípio constitutivo, implica inevitavelmente equivalência semântica, e em qualquer nível lingüístico, qualquer constituinte de uma seqüência que tal suscita uma das duas experiências correlativas que Hopkins define habilmente como "comparação por amor da parecença" e "comparação por amor da dessemelhança". (JAKOBSON, 1985, p.146-7)

Esse conceito de equivalência foi desenvolvido por Samuel Levin que, tendo-se apoiado em Jakobson, a enunciou assim:

Um poema combina, no eixo sintagmático, elementos que, na base de suas equivalências naturais, constituem classes ou paradigmas de equivalência. Conforme disse Roman Jakobson: "A função poética projeta o princípio da equivalência, do eixo de seleção sobre o eixo de combinação". Ademais, a exploração dessas equivalências, que podem derivar de traços fônicos ou semânticos, não é fortuita, mas processa-se sistematicamente num poema. (LEVIN, 1975, p.51)

Segundo Levin (1975), tais equivalências convergem para um ponto comum, sempre que um elemento semântico ocorre no enunciado em parceria com algum elemento posicional de sua estrutura. Partindo dessa idéia de convergência dos dois níveis do enunciado, chega-se à concepção de uma estrutura formal, a que ele chamou *acoplamento*:

Não é, pois, a mera convergência que é importante, e sim a relação entre uma convergência dessa espécie e de outra. Somente quando comparamos duas convergências que tais e descobrimos certa relação entre elas é que temos a estrutura importante para a poesia. Essa relação é aquela em que duas convergências abarcam formas naturalmente equivalentes (isto é, equivalentes quanto ao som ou ao sentido, ou quanto a ambos) que ocorram em posições equivalentes; por outras palavras, quando temos um acoplamento de convergências. Ora, duas formas quaisquer que ocorram em posições equivalentes representam um emparelhamento de convergências; mas só se as formas forem naturalmente equivalentes é que teremos ACOPLAMENTO, a estrutura verdadeiramente importante para a poesia. (LEVIN, 1975, p.55)

A essa característica da poesia, isto é, dos enunciados não apenas metrificados, mas reconhecidamente poéticos, Jakobson (1985), citando Hopkins, chama *paralelismo*, pois se trata de uma congruência entre planos, o da expressão e o do conteúdo, e deve ser tomado como designação equivalente do que, aqui, chamaremos *isomorfismo*. Sobre aquele termo este outro tem, no entanto, a vantagem de tornar explícito o fato de que o que se encontra em relação paralela é o recorte formal da estrutura lingüística subjacente ao enunciado poético.

Ademais, o termo *isomorfismo* remete a um conceito implicado na análise dos fatos humanos que constituam sistemas de significação e foi formulado por Greimas e Courtés da seguinte maneira:

Isomorfismo é a identidade formal de duas ou mais estruturas que dependem de planos ou de níveis semióticos diferentes, reconhecível em razão da homologação possível das redes relacionais que os constituem. Assim, um isomorfismo pode ser reconhecido, por exemplo, entre as articulações do plano da expressão e do conteúdo, homologando

*femas : semas :: fonemas : sememas ::
silabas : enunciados semânticos.*

É evidente que tal isomorfismo não leva em consideração as dimensões das unidades do plano dos signos, no interior dos quais as estruturas da expressão e do conteúdo se realizam no momento da manifestação... (GREIMAS & COURTÉS, 1983, p.245)

Como em sua definição o isomorfismo implica o particular relacionamento de homologação entre os planos, é conveniente observar que, para os autores,

Homologação é uma operação de análise semântica, aplicável a todos os domínios semióticos, que faz parte do procedimento geral da estruturação. É considerada uma formulação do raciocínio por analogia ... Enquanto disciplina imposta ao raciocínio analógico, cuja importância para a pesquisa não deve ser subestimada, a homologação é um procedimento geral que ultrapassa os limites da semântica (em sentido restrito). (p.221)

Para efeito de aplicação na análise da poesia latina, considerar-se-ão homologados os sentidos criados no nível da expressão, quais sejam, os compreendidos fonologicamente quer pela metrificação, quer pelas pausas e equivalências estruturais de enunciados, estrategicamente posicionadas nos versos, quer ainda pela recorrência fonêmica dos signos, e que mantenham relação de correspondência com os sentidos recortados pela forma do conteúdo desses enunciados. Assim, por exemplo em:

*lānŭā diffīcīlīs dŏmīnī, tē vĕrbĕrĕt īmbĕr,
tē lŏuīs īmpĕrīŏ fŭlмінă mīssă pĕtānt*

"Porta de amo cruel, te açoite a chuva,
partam-te raios por ordem de Júpiter!"

(TIBULLE, 1950, p.18, tradução nossa)

podem-se ver acoplamentos, homologações e isomorfismos, em correspondências dessa ordem: 1. no nível do conteúdo, a substância, que é a indignação do amante separado de sua amada, é recortada na forma de imprecações dirigidas contra a porta da casa que separa os dois; 2. no nível da expressão, a substância da massa fônica da cadeia silábica é recortada na forma de signos latinos, dispostos numa seqüência de combinatórias quantitativas, em que se reconhecem dois versos, um hexâmetro e um pentâmetro, formando um dístico elegíaco; 3. a forma da expressão apresenta alta densidade de fonemas consonantais oclusivos surdos, /t/, /p/, e sonoros, /d/, /b/, enquanto a do conteúdo se distribui em dois enunciados contendo dois segmentos contrastivos, o da porta, com função vocativa na primeira metade do hexâmetro, em paralelo com o pronome objetivo *te* no início da segunda metade do hexâmetro e na

primeira do pentâmetro, que retoma conceitualmente o nome *ianua* em vocativo, e os predicados dispostos paralelamente nas segundas metades do hexâmetro e do pentâmetro; tais contrastes são realçados ainda pela pausa métrica instaurada pela cesura, que faz o fluxo prosódico mover-se em dois movimentos contrários nos dois versos, o primeiro deles contendo o paralelismo nome/pronome + atributo nominal/verbal (*Ianua + difficilis domini / te + Iouis imperio*), o segundo, uma estrutura transposta de pronome objetivo + [verbo + nome sujeito] / [nome sujeito (c/ atributo participial) + verbo] [*te uerberet imber / (te) fulmina missa petant*]; 4. a imprecisão do enunciador, sentida também pelo valor do subjuntivo verbal, como que se materializa pela expressividade desses versos, tanto no sentido instaurado pela articulação dos fonemas significativos, quanto na estrutura do enunciado; tem-se, portanto, por força da homologação de estruturas pertencentes a dois níveis formais, o da expressão e o do conteúdo, uma mensagem isomórfica, cujo resultado é o efeito de sentido da chuva e do raio, de um lado, fustigando a porta que lhes resiste, do outro. Procurou-se manter tal efeito na tradução desse dístico, por meio de expedientes como o de conservar-lhe o elevado índice de oclusivas, explorando e reiterando o sentido vernáculo de “chover” com o fonema sibilante de “açoitar” e o chiante de “chuva”, além do paralelismo latino entre o vocativo “porta” e sua retomada no pronome *te*, sublinhados com recurso à paronomásia, em “Porta de (amo...) / partam-te (raios...)”.

Como se vê, não há no poema nada ao acaso, nem há, de fato, qualquer componente do discurso poético que não deva ser levado em conta na análise da expressividade, como faz questão de lembrar Fónagy:

A busca da expressividade, inerente à linguagem poética, nada deixa para o acaso. Mesmo o “ruído”, o corte nada habitual de um grupo ou de uma palavra, violentamente contrário ao uso, deve ser interpretado como uma mensagem...

Da mesma forma, tudo o que consideramos até aqui como redundância – distribuição regular de vogais e consoantes, de breves e longas, de sílabas tônicas e átonas; correspondência múltipla entre os níveis fonético, lexical e sintático; orquestração sinfônica do conjunto – tudo isso deve ser visto agora como um tipo de mensagem estética ou musical, independente das palavras e de seu conteúdo, e que tende a substituir o acompanhamento musical, depois que a poesia se separou da música. A “música” da poesia é tão expressiva quanto a música propriamente dita e não se deixa reduzir a uma simples sequência rítmica de tensões e de resoluções. (FÓNAGY, 1966, p.108, tradução nossa)

PRADO, J. B. T. The inhuman neutrality of metrics. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.111-118, 2003.

- *ABSTRACT: The title of this paper was taken from a phrase that was picked up from an essay on the Russian poet Anna Akhmatova entitled The Keening Muse and written by Joseph Brodsky (1994), a poetry critic and a poet himself. In this paper the poetry critic appears to consider metrics as a negative thing – which can be easily noticed in the use of terms such as inhuman and neutrality. That may cause a certain embarrassment for those who nowadays are concerned with the study of Greek and Latin poetry, whose entire existence depends on strictly respected meters, which have been carefully inventoried and exhaustively cata-*

logged throughout the past two thousand years. Thus it is important to understand the real role of metrics in the composition of poems, not only because of the prestige lent by the 1987 Nobel laureate to his own opinions, but also for the recurrence of such kind of statement, as, for instance, that of Octavio Paz (1982) in *The Bow and the Lyre*, where he says that "metre and rhythm are not the same thing". This paper uses statements like those as a starting point for a reflection about the rhythm and poeticalness in verses written in old latin.

■ **KEYWORDS:** Joseph Brodsky; metrics; poetics; rhythm; Latin language; expression plan.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Poética. ΠΕΡΙΠΟΙΗΤΙΚΗΣ*. Trad. Eudoro de Souza. Ed. bilingüe grego-português. São Paulo: Ars Poética, 1992.
- BRODSKY, J. *Menos que um*. Trad. Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FÓNAGY, I. Le langage poétique: forme et fonction. In: BENVENISTE, E. et al. *Problèmes du langage*. Paris: Gallimard, 1966. p.72-116.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. A. D. Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1983.
- JAKOBSON, R. Lingüística e poética. In: _____. *Lingüística e comunicação*. 12.ed. Trad. I. Blikstein e J. P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1985. p.118-62.
- LEVIN, S. R. *Estruturas lingüísticas em poesia*. Trad. J. P. Paes. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1975.
- LUCRÈCE. *De la nature*. Introduction et notes de Henri Clouard. Paris: Garnier, 1954.
- OVIDE. *Tristes*. 2.ed. Texte établi et traduit par J. André. Paris: CUF, 1987.
- PAZ, O. *O arco e a lira*. 2.ed. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PERINI, G. B. Fundamenti di metrica. In: TRAINA, A.; PERINI, G. B. *Propedeutica al latino universitario*. 3.ed. Bolonha: Pàtron, 1982. p.201-41.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 9.ed. Trad. A. Chelini, J. Paulo Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1980.
- TIBULLE. *Tibulle et les auteurs du Corpus Tibullianum*. 3.ed. Texte établi et traduit par Max Ponchont. Paris: Les Belles Lettres, 1950.
- VIRGILE. Ecloga I. In: VIRGILE. P. *Virgili Maronis Opera*. 18.ed. Texte établi par E. Benoist; revue par M. Duvau. Paris: Hachette, 1910. p.43-47.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Advérbios modalizadores, p.85
Análise do discurso, p.37
Citações de vozes, p.21
Coerção discursiva, p.21
Comunidade pressuposicional, p.21
Definição, p.37
Desconstrução, p.9
Dicionário, p.37
Dicionários, p.53
Dicionários contemporâneos do português, p.53
Dicionários gerais do português, p.53
Discurso, p.21
Efeito de sentido, p.21
Ensino de língua estrangeira, p.9
Escrita, p.9
Estudantes universitários, p.71
Fonologia, p.99
Joseph Brodsky, p.111
Leitura, p.9
Léxico-estatística, p.71
Lexicografia, p.37
Lexicografia em língua portuguesa, p.53
Língua latina, p.111
Língua portuguesa, p.37
Métrica, p.111
Metrificação, p.99
Modalização, p.85
Plano da expressão, p.111
Poesia latina, p.99
Poética, p.111
Prosódia, p.99
Redações de vestibular, p.71
Ritmo, p.111
Sintaxe gerativa, p.85
Tradição lexicográfica, p.53
Verbos, p.71
Virgílio, p.99
Vocabulário, p.71

SUBJECT INDEX

- Citation voices, p.21
Contemporary dictionaries of
Portuguese, p.53
Deconstruction, p.9
Definition, p.37
Dictionaries, p.53
Dictionary, p.37
Discourse, p.21
Discourse analysis, p.37
Discursive coercion, p.21
Expression plan, p.111
Foreign language teaching, p.9
General dictionaries of Portuguese, p.53
Generative syntax, p.85
Joseph Brodsky, p.111
Latin language, p.111
Lexical-statistical, p.71
Lexicographical tradition, p.53
Lexicography, p.37
Meaning effect, p.21
Meter, p.99
Metrics, p.111
Modal adverbs, p.85
Modality, p.85
Old Latin Poetry, p.99
Phonology, p.99
Poetics, p.111
Portuguese, p.37
Portuguese lexicography, p.53
Pressupositional community, p.21
Prosody, p.99
Reading, p.9
Rhythm, p.111
University applicants, p.71
Verbs, p.71
"Vestibular" compositions, p.71
Virgil, p.99
Vocabulary, p.71
Writing, p.9

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

BIDERMAN, M. T. C., p.53
CATTELAN, J. C., p.21
ISQUERDO, A. N., p.71
LIMA, A. D., p.99
LONGO, B. N. de O., p.85
NASCIMENTO, R. I. do, p.71

NUNES, J. H., p.37
SELIGMAN, K., p.37
SILVA, F. de F. da, p.9
PRADO, J. B. T., p.111
TOSQUI, P., p.85

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A *Alfa – Revista de Linguística* publica trabalhos inéditos de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Título*, o *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto (*Título*, *Abstract*, *Keywords*), em inglês.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial três cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em *Word for Windows*, versão 6.0 ou 7.0, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para jul-

gamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias dos trabalhos.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; **resumo** (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Linguística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês), **abstract** e **keywords**. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências bibliográficas**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a **bibliogra-**

fi consultada com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939)*. 256f. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

■ Artigos e periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1. 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p. 114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala..." Quando for necessário

especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas, no texto com mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (fonte 11) e sem aspas (NBR 10520 da ABNT de agosto de 2002).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

ENDEREÇO PARA ENVIO DE ARTIGOS: Alfa: Revista de Linguística – FCL – UNESP/Ar. – Rodovia Araraquara – Jaú – Km 1 – Araraquara – SP – CEP 14800-901

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Sidnei Simonelli

Produção Gráfica

Anderson Nobara

Edição de Texto

Nelson Luís Barbosa (Assistente Editorial)

Ada Santos Seles (Preparação de Original)

Fábio Gonçalves e

Ana Luiza Couto (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Cia. Editorial (Diagramação)